PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ
ESCOLA DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TEOLOGIA

RAQUEL DE FÁTIMA COLET

REDE ECUMÊNICA DA JUVENTUDE:

MEMÓRIA, IDENTIDADE E ATUAÇÃO NO MOVIMENTO ECUMÊNICO BRASILEIRO

CURITIBA
2016

RAQUEL DE FÁTIMA COLET

REDE ECUMÊNICA DA JUVENTUDE:

MEMÓRIA, IDENTIDADE E ATUAÇÃO NO MOVIMENTO ECUMÊNICO BRASILEIRO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Teologia, da Escola de Educação e Humanidades, da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Teologia.

Orientador: Prof. Dr. Elias Wolff

CURITIBA

2016

Dados da Catalogação na Publicação
Pontifícia Universidade Católica do Paraná
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/PUCPR
Biblioteca Central

C694r
2016

Colet, Raquel de Fátima
Rede Ecumênica da Juventude : memória, identidade e atuação no movimento ecumênico brasileiro / Raquel de Fátima Colet ; orientador: Elias Wolff. – 2016.
147. ; 30 cm

Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2016
Bibliografia: f. 112-130

1. Rede Ecumênica da Juventude. 2. Jovens - Vida religiosa. 3. Movimento Ecumênico. 4. Direitos humanos. I. Wolff, Elias. II. Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Teologia. III. Título.

CDD 20. ed. – 280.042

Pontifícia Universidade Católica do Paraná
Escola de Educação e Humanidades
Programa de Pós-Graduação em Teologia
Mestrado e Doutorado

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE EXAME DE DISSERTAÇÃO Nº. 112

DEFESA PÚBLICA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE

RAQUEL DE FÁTIMA COLET

Aos vinte e seis dias, do mês de fevereiro de dois mil e dezesseis, às catorze horas reuniu-se na Sala de 08 de Pós-Graduação -Segundo Andar da Escola de Educação e Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, a Banca Examinadora constituída pelos professores: Elias Wolff , Marcial Maçaneiro e Roberto Ervinio Zwestch, para examinar a Dissertação da candidata Raquel de Fátima Colet , ingressante no Programa de Pós-Graduação em Teologia - Mestrado, no primeiro semestre de dois mil e catorze. Linha de Pesquisa: Bíblia e Evangelização. A mestranda apresentou a dissertação intitulada: **"REDE ECUMÊNICA DA JUVENTUDE: MEMÓRIA, IDENTIDADE E ATUAÇÃO NO MOVIMENTO ECUMÊNICO BRASILEIRO."** A candidata fez uma exposição sumária da dissertação, em seguida procedeu-se à arguição pelos membros da banca e, após a defesa, a candidata foi Aprovada com louvor pela Banca Examinadora. A sessão encerrou-se às 16 h 00 min. Para constar, lavrou-se apresente ata, que vai assinada pelos membros da Banca Examinadora.

Prof. Dr. Elias Wolff Elias Wolff
Presidente/Orientador.

Prof. Dr. Marcial Maçaneiro M Maçaneiro
Convidado Interno

Prof. Dr. Roberto Ervinio Zwestch Roberto E. Zwetsch
Convidado Externo

CIENTE
Prof. Dr. Agenor Brighenti
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Teologia- *Stricto Sensu*
PPGT - PUCPR

Programa de Pós-Graduação em Teologia PUCPR

Às juventudes, especialmente da REJU e da
PJ, por serem sinais e instrumentos do Reino
na vida e na missão.

AGRADECIMENTOS

A Deus, cuja graça é a primeira *oikos* que nos acolhe e nos move; o amor fontal no qual a vocação teológica encontra seu sentido e fecundidade.

À família, berço das experiências de *koinonia* e do itinerário da fé. A convicção dos passos brota das estradas da origem que ensinaram a andar e a não perder de vista o horizonte que se almeja.

À Companhia das Filhas da Caridade, especialmente às Irmãs da Província de Curitiba, com quem aprendo diariamente a arte do amor-serviço, da doação e do compromisso com os Pobres. Esse passo dado é para, com vocês e junto aos preferidos do Reino, servir melhor!

Às juventudes, que tem sido o inspirador e feliz desafio da missão, e que traduzem a novidade criativa e instigadora do Reino! Tantos nomes, tantos rostos e trajetórias que foram interlocutores diretos deste trabalho. Gratidão especial aos e às jovens da Rede Ecumênica da Juventude, que acolheram essa pesquisa em suas teias e ajudaram a tecê-la. Aos facilitadores nacionais Daniel Souza e Edoarda, facilitadores regionais com quem tive um diálogo mais direto, obrigada! Neste mesmo ensejo, agradecimento às irmãs e irmãos que encontrei nas andanças ecumênicas, especialmente do Movimento Ecumênico de Curitiba (MOVEC).

À comunidade acadêmica da PUCPR, professoras, professores e colegas, com os quais tenho trilhado o laborioso e libertador caminho da Teologia. Neste percurso, agradecimento especial ao Prof. Elias Wolff, que foi quem me apresentou e desafiou às travessias ecumênicas e que, ao assumir a orientação deste trabalho, conjugou apoio e acompanhamento com o respeito e valorização da autonomia-autoria de quem pesquisa; atitudes de mestre! Gratidão também ao Prof. Agenor Brighenti, presença de motivação e inspiração no estudo teológico e na ação pastoral. Mestres são aqueles que nos desafiam a olhar mais longe!

Aos amigos e amigas de caminhada, companheiras e companheiras do trabalho diário e das andanças pastorais. Genimara, Lourença, Cladilson, Jardel, Paolla, Rodrigo, Tailaine, Geraldo, Leôncio e tantos outros! Nossas trajetórias necessitam da autenticidade das amizades que nos irmanam e sustentam!

“Eu derramarei o meu Espírito sobre toda
carne: e os vossos filhos
e as vossas filhas profetizarão;
os vossos velhos sonharão;
e os vossos jovens terão visões”.
(Joel 2. 28-29)

RESUMO

A Rede Ecumênica da Juventude (REJU) é uma articulação de jovens surgida em 2007 com a dupla finalidade de fomentar novas lideranças para o Movimento Ecumênico (ME) e incidir politicamente em relação aos direitos juvenis. Fundamenta teologicamente essa modalidade de diálogo o ecumenismo compreendido sobre a tridimensionalidade da unidade entre cristãos, entre as pessoas que tem fé e entre todos que lutam pela paz e pela justiça. A pesquisa objetiva apresentar a trajetória da Rede no cenário nacional a partir do duplo enfoque da incidência pública e da atuação junto às demais iniciativas ecumênicas. Metodologicamente, esse processo se estrutura pela abordagem exploratória, de cunho qualitativo e de caráter fenomenológico, auxiliada por pesquisa bibliográfica e documental. O estudo apresenta um breve resgate da presença juvenil no ME contemporâneo, a trajetória histórica da Rede e uma releitura de sua atuação em perspectiva teológica. Constata-se que a história do ME é significativamente marcada pela participação das organizações juvenis, residindo nelas suas primeiras expressões. Na esteira destas e favorecida pelo fortalecimento do empenho ecumênico voltado para a atuação sociopolítica, a REJU surge com a originalidade de articular jovens de diversas tradições religiosas, organizações ecumênicas e movimentos sociais. Sua presença tem sido relevante no acompanhamento da agenda pública brasileira em relação às Políticas Públicas de Juventude, tanto com representatividade nas instâncias governamentais quanto na proposição e acompanhamento das pautas relativas à luta por direitos. Nestes espaços e no interior do ME nacional, a Rede tem fomentado o empoderamento juvenil a partir de temas como o combate às várias formas de intolerância, laicidade do Estado, justiça socioambiental, democracia, violência e extermínio da juventude. Por sua natureza ecumênica em abertura estreita para o diálogo inter-religioso, essa ação apresenta um conjunto de elementos teológicos que, na perspectiva cristã, podem ser identificados a partir de três categorias a) *diaconia*, enquanto expressão de serviço à comunidade humana, em especial aos jovens e pobres; b) *koinonia*, pelas características dos vínculos estabelecidos entre seus sujeitos; c) *leitourgia*, pelo fundamento espiritual e celebrativo intimamente unido à ação que empreende. Comportando conquistas e desafios, seu breve histórico evidencia a REJU como expressão legítima e original do ME brasileiro, contribuindo para o testemunho do diálogo e cooperação entre credos, em vista de uma casa realmente justa e habitável para todos e todas.

Palavras-chave: Rede Ecumênica da Juventude. Movimento Ecumênico. Juventudes. Incidência eclesial e social. Direitos Juvenis.

ABSTRACT

ECUMENICAL NETWORK OF YOUTH: MEMORY, IDENTITY AND ACTION IN THE BRAZILIAN ECUMENICAL MOVEMENT

The Ecumenical Network of Youth (REJU) is an organization of young people which emerged in 2007 with the dual purpose of fostering new leadership for the Ecumenical Movement (EM) and acting decisively and politically in relation to juvenile rights. The theological basis of this type of dialogue is the ecumenism understood about the tridimensionality of unity among Christians, among people who have faith and among all who struggle for peace and justice. The research aims to present the Network trajectory on the national scene from the dual role of the public impact and the action with the other ecumenical initiatives. Methodologically, this process is structured by the exploratory approach, with qualitative approach and phenomenological character, aided by bibliographical and documentary research. The study presents a brief review of youth presence in the contemporary EM, the historical trajectory of the Network and a reinterpretation of its action in theological perspective. It is evident that the history of the EM is significantly marked by the participation of youth organizations, in which can be found their first expressions. Following those expressions and favored by the strengthening of ecumenical commitment toward the socio-political activities, the REJU arises with the originality of articulating young people from different religious traditions, ecumenical organizations and social movements. Its presence has been important in monitoring the Brazilian public agenda in relation to the Youth Public Policy, both with representation in government departments and in proposing and monitoring of guidelines on the fight for rights. In these spaces and within the national EM, the Network has promoted youth empowerment from issues such as the fight against various forms of intolerance, secular state, social and environmental justice, democracy, violence and youth extermination. For its ecumenical nature in close openness to interreligious dialogue, this action presents a set of theological elements in the Christian perspective that can be identified from three categories a) *diaconia* as an expression of the service of the human community, especially the young and the poor; b) *koinonia* for the characteristics of the links established between its members; c) *leitourgia*, for the spiritual and celebrative basis intimately attached to the action undertaken. Recognizing achievements and challenges, its brief history highlights the REJU as legitimate and original expression of Brazilian EM, contributing to the testimony of dialogue and cooperation between faiths in view of a world really fair and livable for everyone and all.

Key-words: Ecumenical Network of Youth. Ecumenical Movement. Youths. Ecclesial and social impact. Juvenile Rights.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABUB	Aliança Bíblica Universitária do Brasil
ACA	Associação Cristã de Acadêmicos
ACE	Ação Católica Especializada
ACEs	Agências de Cooperação Ecumênica
ACF	Associação Cristã Feminina
ACM	Associação Cristã de Moços
ACT	*Action by Churches Togheter*
AE	Acompanhante Ecumênico
ASEL	Ação Social Ecumênica Latino-americana
ASETT	Associação Ecumênica de Teólogos e Teológas do Terceiro Mundo
ASTE	Associação de Seminários Teológicos Evangélicos
AUGE	Associação Universitária de Grupos Evangélicos
CIIC	Conselho Internacional de Igrejas Cristãs
CIEE	Comunidade Internacional de Estudantes Evangélicos
CLAI	Conselho Latino-Americano de Igrejas
CCLA	Comitê de Cooperação para a América Latina
CEB	Conferência Evangélica Brasileira
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CECA	Centro Ecumênico de Evangelização, Capacitação e Assessoria
CEDI	Centro Ecumênico de Documentação e Informação
CEDITER	Comissão Ecumênica dos Direitos da Terra
CELADEC	Comissão Latino-americana de Educação Cristã
CELAM	Conselho Episcopal Latino-americano
CENACORA	Comissão Ecumênica de Combate ao Racismo
CER	Compartir Ecumênico de Recursos
CESE	Coordenadoria Ecumênica de Serviço
CESEEP	Centro Ecumênico de Serviço à Evangelização e Educação Popular
CETELA	Comunidade de Educação Teológica Ecumênica Latino-Americana e Caribenha
CFE	Campanha da Fraternidade Ecumênica
CMI	Conselho Mundial de Igrejas
CoMIn	Conselho Missionário Internacional

CONAJE	Conselho Nacional da Juventude Evangélica/IECLB
CONIC	Conselho Nacional de Igrejas Cristãs
CONJUVE	Conselho Nacional de Juventude
CPID	Comissão para a Participação das Igrejas no Desenvolvimento
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CREDEIR	Comissão Regional de Ecumenismo e Diálogo Inter-religioso da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - Regional Sul III
DHESCA	Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais
EAA	*Ecumenical Advocacy Alliance*
EGGYS	*Ecumenical Global Gathering of Youth and Students*
FALJE	Federação Argentina de Ligas Juvenis
FE Brasil	Fórum Ecumênico Brasil
FLD	Fundação Luterana de Diaconia
FNRA	Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo
FOCER	Fórum Regional do Compartilhar Ecumênico de Recursos
FTL	Fraternidade Teológica Latino-americana
FUMEC	Federação Mundial de Estudantes Cristãos
GERT	Grupo Ecumênico de Reflexão Teológica
GTI	Grupo de Trabalho Interdisciplinar
ICAR	Igreja Católica Romana
IEAB	Igreja Episcopal Anglicana do Brasil
IECLB	Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil
IPI	Igreja Presbiteriana Independente
IPU	Igreja Presbiteriana Unida
ISAL	Igreja e Sociedade na América Latina
JMJ	Jornada Mundial da Juventude
JUC	Juventude Universitária Católica
ME	Movimento Ecumênico
MEC	Movimento Estudantil Cristão
MEET	Movimento Ecumênico de Estudantes de Teologia
MMM	Marcha Mundial das Mulheres
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MVE	Movimento Voluntário Estudantil

OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OBJ	Organização Brasileira de Juventude
ONG	Organização não-governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PAD	Processo de Articulação e Diálogo
PASUNE	Pastoral Universitária Ecumênica
PAYE	*Pre-Assembly Youth Event*
PCPUC	Pontifício Conselho para a Promoção da Unidade dos Cristãos
PEAPI	Programa Ecumênico de Acompanhamento na Palestina e Israel
PJ	Pastoral da Juventude
PPJ	Política Pública de Juventude
PROFEC	Programa de Formação e Educação Comunitária
PUC	Pontifícia Universidade Católica
REJU	Rede Ecumênica da Juventude
REJUMA	Rede de Juventude pelo Meio Ambiente e Sustentabilidade
RENAFRO	Rede Nacional de Religiões Afro-brasileiras e Saúde
SOUC	Semana de Oração pela Unidade dos Cristãos
TdL	Teologia da Libertação
TICs	Tecnologias de Informação e Comunicação
UCEB	União Cristã de Estudantes do Brasil
ULAJE	União de Juventudes Evangélicas da América Latina
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNELAM	Unidade Evangélica Latino-Americana
UNFPA	*United Nations Population Fund*

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 13
1 JUVENTUDES E MOVIMENTO ECUMÊNICO 20
1.1 PRESENÇA E ATUAÇÃO JUVENIL NO MOVIMENTO ECUMÊNICO 20
1.1.1 As experiências precursoras do século XIX 21
1.2 A ATUAÇÃO JUVENIL NA ESTRUTURAÇÃO DO ME 28
1.2.1 As expressões juvenis no processo de criação e consolidação do CMI 30
1.2.2 As Juventudes nas Assembleias Gerais do CMI 32
1.2.3 A Comissão de Juventude do CMI 35
1.3 ECUMENISMO E JUVENTUDES NA AMÉRICA LATINA 36
1.3.1 Movimentos internacionais e organizações juvenis 37
1.3.2 As Juventudes no Conselho Latino-Americano de Igrejas (CLAI) 40
1.4 JUVENTUDES E ECUMENISMO NO BRASIL 42
1.4.1 Do pietismo moral à militância social 43
1.4.2 Vozes e resistências em tempos de ditadura 44
1.5 SÍNTESE PROSPECTIVA 46
2 A REDE ECUMÊNICA DA JUVENTUDE 49
2.1 CONTEXTOS ANTECEDENTES 50
2.1.1 Os caminhos do Ecumenismo de serviço 52
2.1.2 As juventudes na agenda pública brasileira 56
2.2 O PROJETO DE UMA "REDE ECUMÊNICA DA JUVENTUDE PELA PROMOÇÃO DOS DIREITOS JUVENIS" 59
2.2.1 Os primeiros passos 60
2.2.2 Iniciativas e espaços de incidência 63
2.3 PROTAGONISMO EM CONSTRUÇÃO 67
2.3.1 Continuidades e reconfigurações 68
2.3.2 A Campanha Nacional Contra a Intolerância Religiosa 69
2.3.3 O Fortalecimento da Incidência Pública 72
2.3.4 REJU e Movimento Ecumênico 74
2.3.5 Atualidades, desafios e horizontes 78
2.4 SÍNTESE PROSPECTIVA 81

3 PERSPECTIVAS TEOLÓGICAS DA REJU 83
3.1 JUVENTUDES E EXPERIÊNCIA RELIGIOSA 85
3.1.1 Leitura teológica do Pluralismo Religioso 86
3.1.2 A experiência religiosa das novas gerações 87
3.1.3 Juventudes como *locus theologicus* 89
3.2 *DIAKONIA*: A LUTA POR DIREITOS COMO COMPROMISSO DE SERVIÇO 91
3.2.1 Uma *diakonia* pública que se afirma no humano plural e em relação 92
3.2.2 O compromisso com os pobres e a resistência transformadora das minorias 93
3.3 *KOINONIA*: A DIVERSIDADE COMO EXPERIÊNCIA DE ENCONTRO 97
3.3.1 As fronteiras como espaços para a alteridade e a convivência 98
3.3.2 A dimensão pedagógica e mistagógica do encontro 99
3.4 *LEITOURGIA*: A BUSCA PELA JUSTIÇA COMO CELEBRAÇÃO DA FÉ 102
3.4.1 Espiritualidades e utopias libertadoras 103
3.4.2 A dimensão festiva das espiritualidades em diálogo 106
3.5 SÍNTESE PROSPECTIVA 107
CONSIDERAÇÕES FINAIS 109
REFERÊNCIAS 112
ANEXOS 131

INTRODUÇÃO

A presente dissertação busca apresentar e descrever a atuação da Rede Ecumênica da Juventude (REJU) como expressão juvenil no Movimento Ecumênico (ME) brasileiro. A Rede é um coletivo que agrega cerca de trezentos jovens de todo território nacional em vista da incidência pública com foco na promoção e defesa de direitos. Considerando o caráter original do objeto de pesquisa, ainda principiante no meio acadêmico, o objetivo que se assume é apresentar os elementos centrais de seu itinerário histórico, situando-o na esteira da contribuição das juventudes para o ecumenismo e explicitando a teologia emergente em sua identidade e ação.

A relevância do trabalho considera a pluralidade cultural e religiosa que caracteriza a sociedade brasileira, a emergência de uma cultura de direitos e as polarizações das posturas de cunho religioso frente a esta. Embora a legitimidade da diversidade seja, sob muitos aspectos, reconhecida nas relações sociais e no espaço público, sua efetivação na perspectiva dos direitos de indivíduos e coletivos é limitada e, muitas vezes, condicionada por princípios religiosos exclusivistas e intolerantes. Esse cenário interpela as igrejas e religiões, sobretudo as comunidades eclesiais e organismos envolvidos no empenho ecumênico. As juventudes, enquanto sujeitos implicados de modo direto nas ambiguidades desse universo religioso, emergem como portadoras de novas perspectivas de diálogo e cooperação entre credos e culturas.

A atuação juvenil tem papel relevante na história do ME. Em tempos mais recentes, percebe-se uma aproximação diferenciada e a reivindicação por uma participação mais efetiva em seus espaços, ao mesmo tempo em que demonstram sensibilidade para novos modos de vivência e articulação da ecumenicidade. Tal novidade propõe caminhos para além das confessionalidades e das esferas institucionais, abrindo possibilidades para a construção de uma cultura da paz voltada para o diálogo e a cooperação entre diferentes igrejas, religiões e espiritualidades, bem como na relação respeitosa e cooperativa com aqueles que não creem. Neste cenário, a incidência pública tem sido um ponto de convergência, possibilitando um engajamento efetivo nas questões sociopolíticas, especialmente no campo da promoção e defesa dos Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais (DHESCA).

Nesta perspectiva situa-se a REJU, inicialmente articulada como um projeto do Fórum

Ecumênico Brasil (FE Brasil)[1]. A iniciativa surge com a dupla finalidade de oxigenar o ME brasileiro, renovando suas lideranças e incidindo politicamente na promoção e defesa dos direitos juvenis. Esse último objetivo leva em conta a agenda pública juvenil do país, na qual se observa o desenvolvimento de uma articulação institucional favorável à afirmação e promoção de direitos, contraposto à paradoxal negação dos mesmos. A estruturação de uma Política Nacional de Juventude por parte do Estado, fomentando instâncias e mecanismos propositivos, convive com a vitimização de muitos jovens, especialmente dos mais empobrecidos. O projeto da Rede Ecumênica da Juventude visou assumir estas pautas, instigando uma apropriação juvenil deste cenário sob a perspectiva ecumênica. O envolvimento ativo de jovens possibilitou à REJU configurar-se paulatinamente como um espaço de protagonismo, autonomia e cooperação juvenil no Movimento Ecumênico brasileiro, sendo reconhecida como voz das juventudes neste meio e uma voz efetiva da juventude ecumênica na sociedade e no meio religioso.

PRINCIPAIS CONCEITOS QUE IDENTIFICAM A REJU

Para uma melhor interação com a pesquisa, expõe-se a conceituação prévia dos temas centrais a partir dos quais ela se articula. Três categorias apresentam importância peculiar e sintetizam a maneira como a própria REJU se compreende: *Rede Ecumênica* da *Juventude.* Nelas estão contempladas sua estrutura, natureza, finalidade, sujeitos e contexto. Obviamente, são conceitos polissêmicos; contudo, buscar-se-á explorá-los a partir do modo como são intuídos e assumidos pela Rede.

a) Rede

Por *rede* compreende-se um modelo de organização social na qual as relações são articuladas em uma perspectiva que conserva a flexibilidade organizacional, ao mesmo tempo em que possibilita uma interconexão efetiva entre os envolvidos. Esse formato de organização de coletivos sob diferentes interesses e finalidade encontra nas mídias digitais um apoio exponencial ao capilarizar informações rapidamente, permitir interação permanente, otimizar tempo e recursos, e ampliar a abrangência das iniciativas.

---

[1] O FE Brasil, atualmente FEACT Brasil, é um coletivo composto por igrejas, conselhos de igrejas, organizações ecumênicas, comunidades religiosas e movimentos sociais de todo país. Surge em 2003 e com uma expressiva atuação na sociedade brasileira, especialmente em relação à defesa e promoção de direitos.

Nesta lógica, a REJU se entende como "uma relação e organização entre pessoas, orientadas pela construção de eixos de unidade, e evidência de diferenças e pluralidades, colocando-se em uma dinâmica de abertura", possibilitando, assim, a horizontalidade dos relacionamentos (REJU, 2015j). Sua estrutura não é institucional, nem hierárquica, sendo a liderança designada por facilitador ou facilitadora, a quem cabe a tarefa de mediação dos contatos entre indivíduos e organizações, tornando comum e participativa a discussão e decisão acerca das pautas de incidência. A estrutura de rede permite, igualmente, estabelecer pontes entre as esferas políticas, religiosas e sociais nos diferentes níveis de atuação, missão fortalecida pela comunicação constante com metodologias de intervenção construídas coletivamente (*Ibidem*).

Do ponto de vista filosófico e político, a REJU se configura como uma rede social de resistência, que faz uso das diferentes tecnologias de informação e comunicação como forma de resistir e se posicionar frente à lógica sistêmica. Isso possibilita novas formas de interação que, além do espaço virtual, se efetivam em iniciativas voltadas à promoção de direitos e justiça social em perspectiva libertadora (IULIANELLI, 2010).

b) Ecumênica

Etimologicamente orientado para a compreensão de casa *(oikia)* comum, terra habitada, a ação de habitar (*oiken),* para a REJU o entendimento de *oikoumene*[2] é assumido a partir de três dimensões: a) a unidade intra-religiosa, visando construir uma interação e respeito no interior de cada tradição religiosa e comunidade de pertença; b) a unidade inter-religiosa, procurando estabelecer pontes de diálogo, fraternidade/solidariedade e interação por ações transformadoras entre pessoas de distintas vivências de fé; c) a unidade na luta pela justiça, paz e integridade da criação, cujo projeto se destina à humanidade como um todo. Originada no seio do Conselho Mundial de Igrejas (CMI), esta compreensão de ecumenismo também orienta a atuação do FE Brasil, do qual a Rede herda seus princípios ecumênicos.

Dessa forma, o empenho ecumênico corresponde à "uma prática de pessoas, com vista a uma intervenção sociopolítica, cultural e, sobretudo, espiritual e religiosa" (IULIANELLI, 2013. p. 166). Não se restringe a um diálogo cristão e institucional, mas busca integrar "jovens de distintas expressões de fé e espiritualidades, com e sem vivências religiosas,

---

[2] Sobre o desenvolvimento do conceito de ecumenismo ver: SANTA ANA, 1987. p. 15-22; NAVARRO, 1995. p. 9-22.

falando desde distintos lugares e diferentes modos de viver e atuar no mundo" (REJU, 2015j). Essa compreensão dá condições à REJU de "ser um espaço de partilha de práticas, em favor dos direitos da juventude, para jovens dos movimentos sociais, comunidades religiosas não-cristãs e das igrejas cristãs" (IULIANELLI, 2010).

c) Juventude

O termo *juventude* abarca um universo semântico vasto, complexo e plural, tendo em vista as diferentes categorias de análise possíveis para o tema. Assume-se aqui a compreensão de Novaes (2006) que afirma ser um elemento comum na definição de juventude o reconhecimento de que é um conceito "construído histórica e culturalmente", o que evidencia sua flexibilidade e necessária contextualização. Neste sentido, o elemento etário figura como uma delimitação possível, contudo não fixa, pois "qualquer que seja a faixa etária estabelecida, jovens com idades iguais vivem juventudes desiguais" (NOVAES, 2006. p. 105). Como demarcador etário, tem-se como referência o corte presente na legislação brasileira em que "são consideradas jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove anos) de idade" (ESTATUTO DA JUVENTUDE. Cap. I, Art. 1, § 1º. 2013).

Levando em consideração os possíveis alargamentos que essa delimitação comporta[3], duas categorias permitem uma melhor interação com o objeto de pesquisa, tendo em vista o perfil dos jovens que o constituem e atuação que empreendem:

a) Juventude como *juventudes*: os diferentes espaços geográficos, sociais e culturais, além de outros demarcadores de identidade (gênero, pertencimentos associativos, religiosos, entre outros) imprimem modos plurais de se construir e viver a condição juvenil. Isso legitima a compreensão de *juventudes,* abarcando a multiplicidade de condições juvenis (GROPPO, 2000. p. 18). Situada neste paradigma, a "Rede compreende juventude desde a pluralidade, os múltiplos percursos e construções identitárias" em uma diversidade que contempla jovens de "distintas origens religiosas e experiências de fé e sem vinculação religiosa ou religiões, possuindo diferentes lutas em movimentos sociais e populares e iniciativas ecumênicas" (REJU 2015j; SCHERER, 2014. p. 74).

---

[3] Enquanto ME, a delimitação proposta perpassa o corte de 15 a 30 anos, expandindo, em alguns casos, até os 35 (NYOMI, 2005. p. 686). A referência etária utilizada pela REJU compreende pessoas de 15 a 32 anos.

b) Juventude como *sujeito de direitos*: paradigma oriundo das últimas décadas do século XX e que insere os jovens na agenda pública, reconhecendo suas demandas específicas. Tem teor afirmativo e permite a superação de certos paradigmas clássicos limitados. No plano da incidência pública da REJU, a promoção dos direitos juvenis se estrutura sobre este conceito.

CAMINHO METODOLÓGICO

A problematização central do trabalho se articula em torno da REJU como expressão do ME brasileiro[4]. Considerando os conceitos acima elucidados, pergunta-se: o que caracteriza sua identidade e atuação como articulação juvenil em perspectiva ecumênica e inter-religiosa, tendo vista a promoção de direitos e da cultura da paz na sociedade brasileira? Que elementos de continuidade e originalidade apresenta em relação à trajetória das demais expressões juvenis presentes na história do ME? Que leituras teológicas emergem de sua natureza e ação ecumênicas?

Parte-se da hipótese de que a origem da REJU está ligada a uma intencionalidade do FE Brasil, logo do ME brasileiro, frente à necessidade de uma participação mais efetiva e autoral das juventudes, tanto na incidência pública quanto em relação à dinâmica interna das organizações ecumênicas e inter-religiosas. Explicita-se, assim, um processo de protagonismo juvenil que vai adquirindo características próprias, especialmente nas pautas sociopolíticas assumidas, na articulação interna e nas parcerias estabelecidas para a efetivação das mesmas. O fundamento ecumênico perpassa essa ação e possibilita analisá-la sob o viés teológico.

A intenção de descrever esse processo se desmembra metodologicamente em três enfoques específicos de caráter fenomenológico quanto à abordagem, exploratório quanto aos objetivos, de pesquisa bibliográfica e documental quanto aos procedimentos. Estruturalmente, esse caminho se apresenta através de: a) o mapeamento histórico da presença e atuação juvenil no ME, identificando as experiências que antecederam o surgimento da Rede, o que permite reconhecer os marcos de continuidade e originalidade impressos pela mesma; b) a sistematização da história da REJU, situando o contexto precedente e elencando iniciativas

---

[4] Por Movimento Ecumênico se compreende, de um modo mais estrito, "as atividades de caráter sistemático, institucional e organizativo, de cunho interconfessional, como o objetivo de atingir uma maior unidade visível da Igreja a fim de que o testemunho do Evangelho seja mais aceito" (Estudos da CNBB, 21. p. 278). Em um conceito ampliado, pode ser definido como "o caminho trilhado por pessoas, igrejas e organismos na perspectiva da unidade em favor da vida no mundo, de todas as pessoas que tem fé e daqueles que professam um só Senhor um só Batismo" (IULIANELLI. 2013. p. 165). Tais conceitos interagem no decorrer do estudo.

empreendidas no espaço público, religioso e ecumênico, e levando em conta os sujeitos, estruturas e articulações envolvidos; c) uma aproximação em perspectiva teológica da Rede a partir dos elementos presentes em suas fontes documentais e produções.

As referências que sustentam a pesquisa correspondem a documentos, publicações, arquivos e outros formatos, em grande parte virtuais, disponibilizados pelas lideranças da REJU e/ou disponíveis em seus canais de comunicação. Juntam-se a estas fontes primárias, documentos referentes aos organismos ecumênicos parceiros. É importante salientar que a utilização de fontes digitais tem em vista, primeiramente, o fato de que a REJU é, por natureza organizacional, uma rede que se articula majoritariamente pelos canais virtuais, embora apresente uma atuação concreta e mensurável. Além disso, sua história recente ainda não suscitou um corpo sistemático de produções que sirvam como referências diretas, contexto ao qual este estudo pretende contribuir. Considerando essas referências primárias, recorreu-se nesta pesquisa a um conjunto de obras nas áreas de Teologia e Ciências Sociais, e outras disciplinas que se conectam com o tema. O processo de sistematização dos dados levantados e a estruturação dos enfoques a serem dados partem de um diálogo próximo com os jovens pertencentes à Rede, levando em conta ainda a participação em seus eventos e canais de discussão.

A dissertação está organizada em três capítulos, sendo que, ao final de cada um, a sessão intitulada *síntese prospectiva* busca recolher as intuições principais, conjugando-as em relação ao tema subsequente, ao mesmo tempo em que aponta para questões que se julga adequado permanecer na órbita da reflexão. Optou-se por utilizar linguagem padrão em vista da fluidez da escrita e da leitura, embora se reconheça a importância e plausibilidade da linguagem inclusiva.

No primeiro capítulo o trabalho busca retratar a presença e atuação das juventudes ao longo história do ME, desde as iniciativas pioneiras do século XIX até as expressões atuantes no contexto atual em nível internacional, latino-americano e brasileiro. Destaca-se, em linhas gerais, a contribuição dada por elas na estruturação e desenvolvimento do diálogo ecumênico, permitindo, assim situar a REJU em uma espécie de linha histórica juvenil do ecumenismo, percebendo os elementos de continuidade e originalidade que apresenta.

O segundo capítulo descreve propriamente o surgimento, a articulação e o desenvolvimento da Rede, inicialmente como projeto do FE Brasil – e em vista disso se retoma o contexto que levou ao surgimento do referido Fórum – e, posteriormente, como uma expressão em crescente construção de autonomia dentro do ME nacional. Busca-se apresentar a identidade da REJU a partir de suas práticas, preponderantemente voltadas para a atuação

sociopolítica, seja em instâncias de representação oficial, bem como nas realidades locais e regionais. Por razões metodológicas, opta-se por destacar as iniciativas de maior relevância, com o duplo enfoque da incidência pública e da cooperação na agenda do ME, especialmente a partir do Fórum e organismos parceiros.

Por fim, o terceiro capítulo revisita esta ação sob os olhares da Teologia com o intuito de identificar os elementos teológicos que sustentam e orientam a REJU, tendo em vista sua natureza ecumênica. Considerando o perfil de sua estrutura organizacional, cuja porosidade não comporta e nem intenta sustentar uma base teológica sistemática, a abordagem parte da ação, utilizando-se para isso de três categorias da Teologia Cristã: *diakonia, koinonia* e *leitourgia.* Servindo ao mesmo tempo como suporte conceitual, estes enfoques são balizas metodológicas para a explicitação da teologia presente nas referências documentais da Rede, especialmente suas cartas e subsídios de estudo comum. Assim, não se assume uma perspectiva teológica ou comentadores específicos, mas dá-se voz às teologias emergentes nas ações, relações e nas vivências espirituais da juventude rejuzeira. Para fins de contextualização, antecede esta exposição uma breve caracterização da experiência religiosa juvenil na contemporaneidade do ponto de vista fenomenológico e teológico-pastoral.

As motivações pessoais que provocaram e sustentam o aprofundamento deste tema situam-se em dois planos. Subjetivamente por uma opção em nível de Projeto Pessoal de Vida e como vocação/consagração religiosa, de estar e atuar junto ao universo juvenil, buscando conhecer e se envolver com suas plurais, desafiantes e, ao mesmo tempo, cativantes realidades. De modo mais recente, o envolvimento com a caminhada ecumênica e inter-religiosa no campo da ação e do estudo tem possibilitado novas sínteses que colocam estas duas realidades – juventudes e pluralidade religiosa – como interlocutores diretos da missão. De um ponto de vista mais objetivo, parte-se da constatação de que no atual contexto de pluralismo religioso e das polarizações de posicionamentos frente a ele, as juventudes têm um papel relevante e inadiável no plano presente e futuro. A continuidade e fortalecimento das iniciativas de diálogo hoje passam pela capacidade de motivar e interagir com as novas gerações, mas também pela abertura para perceber a novidade da *oikoumene* que está sendo gestada por elas em suas posturas e linguagens, espaços de presenças e também de ausências. Neste sentido, observa-se com interesse, inclusive intelectual, essa relação entre juventudes e ecumenismo. A REJU se configura, portanto, como uma experiência original que permite descrever e aprofundar essa reflexão.

1 JUVENTUDES E MOVIMENTO ECUMÊNICO

A presença juvenil no interior do ME contemporâneo se fez sentir pela atuação de grupos e articulações de igrejas e/ou organizações voltadas ao público jovem e sintonizadas com a causa ecumênica. Obviamente, a compreensão de ecumenismo assumida pelos mesmos se pautou na conjuntura sociocultural e eclesial de cada momento histórico, com suas possibilidades e seus limites, bem como levou em conta a concepção de juventude característica de cada época. Considerar isso permite contextualizar cada experiência na história da caminhada ecumênica de maneira desprovida de anacronismo ou saudosismo.

Esse primeiro capítulo busca apresentar em linhas gerais a participação dessas expressões juvenis nos espaços e iniciativas do ME em âmbito internacional, latino-americano e brasileiro. O texto conjuga referências das igrejas e/ou dos organismos ecumênicos, como documentos, notas, cartas abertas, relatórios, produções acadêmicas relacionadas, juntamente com outras fontes agregadas a partir de diálogos, acompanhamento de eventos e mobilizações, análise de dados de mídias e subsídios alternativos. A finalidade deste resgate, além de situar a REJU numa sintética linha do tempo juvenil no ME, é identificar os elementos centrais da dialética existente entre as juventudes e a caminhada ecumênica.

1.1 PRESENÇA E ATUAÇÃO JUVENIL NO MOVIMENTO ECUMÊNICO

Em sintonia com a concepção de juventude apresentada na introdução deste trabalho, pode-se dizer que a presença e atuação dos jovens nos espaços ecumênicos tem sido portadora de uma novidade instigadora, em geral acompanhada por inconformidade e ousadia, que levou as igrejas e suas estruturas a uma atitude de autoquestionamento. O alvorecer do ME no início do século XX teve neles suas primeiras sentinelas. Muitos jovens cristãos ousaram discordar de princípios e práticas legitimadores da divisão, se deixando interpelar pela realidade e propondo, a seu modo, possibilidades de diálogo e cooperação. Como infere Júlio de Santa Ana:

> [...] a preocupação com a unidade dos cristãos surgiu entre alguns espíritos lúcidos que, tremendamente preocupados com o alcance que tiveram as divisões das igrejas, procuraram criar condições para uma melhor relação entre elas. [...] foi a partir de uma consciência de pecado comum, de faltas que deviam ser corrigidas, que começou a surgir o espírito de aproximação (SANTA ANA, 1987. p. 221).

Inseridos em um contexto sociocultural e eclesial específico, fruto de uma série de transformações ainda em curso, os jovens se sentiram movidos a protagonizar novas relações a partir da fé que professavam. Os testemunhos e convicções individuais e/ou de pequenos coletivos adquiriram visibilidade e relevância nas iniciativas e projetos empreendidos que, paulatinamente, ampliaram seu foco de atuação e mobilização.

Propondo um olhar ampliado sobre a participação juvenil no ME, Nyomi identifica quatro modos em perspectiva sucessiva: a) acontecimentos marcantes; b) vida e atividades de organizações ecumênicas juvenis; c) participação de jovens em instituições ecumênicas importantes; d) engajamento juvenil em questões da vida da comunidade/sociedade (NYOMI, 2005. p. 686). A exposição que segue busca considerar estes elementos no conjunto, embora sem a adoção sistemática desta sequência.

1.1.1 As experiências precursoras do século XIX

As Associações de juventude estão entre as primeiras iniciativas institucionais do ME[5], estabelecidas especialmente nos espaços estudantis. São oriundas do contexto do movimento missionário dos séculos XVIII e XIX, e traduzem a percepção das novas gerações frente às diferenças culturais e denominacionais. Na descrição de Coppe:

> [...] os jovens universitários e missionários, no encontro com a cultura a ser evangelizada se viam diante de valores que os motivavam a pensar sobre o significado de uma inserção missionária em outra cultura. Muitos deles passaram a se sentir confortáveis em outras culturas e a se abrirem para o diálogo (COPPE, 2010. p. 66)[6].

Estas percepções são impulsionadas pela identificação das mudanças em curso na realidade e da necessidade de um testemunho cristão mais coerente frente a esse contexto. Tais apelos podem ser observados especialmente em dois âmbitos:

a) *Na relação das igrejas com a sociedade,* tendo como pano de fundo os efeitos da Revolução Industrial no continente europeu e as mudanças socioculturais. As

---

[5] Juntamente com os movimentos de juventude, Hortal destaca outros dois campos como pertencentes às iniciativas pioneiras do século XIX voltadas à superação da divisão entre cristãos: o missionário, no qual figuram as sociedades missionárias, atuantes na distribuição da Sagrada Escritura e na formação de pregadores; e as famílias confessionais (HORTAL, 1989. p. 174-179).

[6] Discorrendo sobre o Movimento Voluntário Estudantil, uma das expressões juvenis sobre a qual se abordará na sequência, Coppe expõe que, na base da articulação destes movimentos voluntários, seja nos espaços confessionais ou não, estão os reflexos iluministas. Embora já seja um fenômeno observável desde o final do século XVII, foi no século XVIII que estes movimentos se estruturaram de forma mais efetiva (*Ibidem.* p. 65*)*.

ideologias emergentes, as novas relações sociais, a questão do trabalho e dos meios de produção, o crescimento do secularismo e a perda crescente de influência das igrejas na vida social, interpelam para "um novo tipo de presença cristã na sociedade". (SANTA ANA, 1987. p. 222-225).

b) *Na relação entre as diferentes denominações cristãs,* evidenciadas pelo movimento missionário. A ação missionária assumida como a pregação do Evangelho acompanhada de instauração de uma comunidade denominacional para além-fronteiras, particularmente nas regiões de pouca presença cristã, retratava a fragmentação e competitividade entre as igrejas. "Todos eles pregavam Cristo, mas estavam interessados em edificar uma comunidade diferente. O nome de Cristo, que devia ser motivo de unidade, fragmentava-se na existência de pequenas igrejas" que, geralmente, não apresentavam uma colaboração mútua (*Ibidem).*

Nas experiências precursoras se encontram as sementes do diálogo e da aproximação entre cristãos que culminou no surgimento do ME contemporâneo no início do século XX. Lideranças marcantes que protagonizaram os primeiros passos são oriundas dos movimentos de juventude ou foram influenciados por eles. Além disso, o envolvimento e contribuição destes grupos foi singular na estruturação e desenvolvimento de iniciativas ecumênicas em âmbito internacional, elemento a ser retomado adiante. Entre as experiências relevantes, são destacadas aqui especialmente quatro, procurando caracterizar de forma breve seu itinerário histórico e atuação.

1.1.1.1 Associação Cristã de Moços (ACM)

Conhecida em nível mundial pela sigla em inglês YMCA *(Young Men's Christian Association)*, a ACM se originou em Londres no ano de 1844. Liderados pelo jovem George Willians (1821-1905), doze outros jovens deram início à associação que atendia principalmente moços que migravam para as cidades, visando lhes fornecer "um ambiente cristão para o desenvolvimento espiritual e educacional especialmente através de estudos bíblicos e encontros de oração" (TYSOE-DÜLKEN, 2005. p. 107). De perfil transconfessional, o movimento se expandiu de forma rápida e levou ao surgimento de associações similares em outras partes do mundo. Inicialmente, se manteve dentro dos limites das igrejas protestantes e anglicana (HORTAL, 1989. p. 175). A expansão desembocou na

constituição de uma Aliança Mundial na primeira Conferência Internacional (*World's YMCA)* realizada em Paris em 1855, tendo à sua frente Henry Dunant (1828-1910)[7], reunindo noventa e nove jovens delegados de nove países. Na conferência é assumida uma base comum que infere que as ACMs "buscam unir aqueles jovens que, considerando Jesus Cristo como seu Deus e Salvador segundo as Sagradas Escrituras, desejam ser seus discípulos na fé e na vida, e unir esforços para estender o seu Reino entre os jovens"[8]. Segundo Hortal, essa base constitutiva explicita de forma clara "o elã missionário que impulsionou inicialmente a ACM", visto que onde quer que estivessem, "não deviam dar-se por satisfeitos enquanto não reunissem em torno de si um grupo de jovens" (HORTAL, 1996. p. 176). O estudo, as atividades sociais e esportivas tinham em vista a integração dos jovens nas comunidades de fé (QUADROS, 2011. p. 21). Nas primeiras décadas surgiu dentro da ACM um departamento específico para a atuação com jovens universitários, o que fomentou tanto o despertar de lideranças jovens como novas articulações organizadas por estes.

Até a segunda década do século XX, sua membresia era formada exclusivamente por cristãos ativos nas igrejas evangélicas protestantes, questão definida na base de Paris. Com uma maior abertura a partir deste período, os acemicistas, como ficaram conhecidos, passaram a estabelecer relações e acordos com igrejas ortodoxas, e também com católicos (HORTAL, 1996. p. 176). Os acontecimentos do cenário mundial e das igrejas[9] impulsionaram essas aproximações, bem como interpelaram a própria ACM em relação aos enfoques a serem estabelecidos em sua atuação. Questões acerca da paz e justiça social, desenvolvimento e direitos humanos passaram a pautar o estudo e ação da Associação que, igualmente, tem demonstrado abertura para refletir a ação ecumênica em tempos de secularização e pluralismo religioso (TYSOE; DÜLKEN, 2005. p. 108). A emergência destas questões provocou a ACM a reavaliar sua missão e revisar sua base constitutiva. Um primeiro momento desta revisão se deu na chamada Declaração de Kampala (1973) onde, reafirmando a base de Paris, são determinadas suas políticas de atuação. Uma segunda apreciação ocorreu no XIV Conselho

---

[7] Henry Dunant, de confissão calvinista, mundialmente conhecido por ser o fundador da Cruz Vermelha (1863), o que lhe rendeu o Prêmio Nobel da Paz em 1901.

[8] Essa base serviu de referência tanto para outras associações, como ACF e FUMEC, e o próprio CMI.

[9] No contexto pós-Primeira Guerra Mundial, por exemplo, se intensificou o contato com os ortodoxos. Depois da Segunda Guerra Mundial estes contatos se ampliam por meio do Patriarcado Ecumênico de Constantinopla, bem como chegam aos espaços católicos, principalmente a partir do Concílio Vaticano II, surgindo, posteriormente, uma colaboração progressiva com o Pontifício Conselho para a Promoção da Unidade dos Cristãos – PCPUC (TYSOE; DÜLKEN, 2005. p. 108). Cabe citar que na década de 1920, a Igreja Católica por meio do Santo Ofício enviou aos bispos do mundo inteiro uma carta alertando a comunidade católica sobre os riscos de "indiferentismo e de proselitismo" surgidos da participação de católicos nas ACMs. Por sua vez, o Concílio Vaticano II (1962-1965) efetivou uma mudança de curso em relação à participação dos católicos nas iniciativas ecumênicas (HORTAL, 1996. p. 176).

Mundial (1998) que declarou a ACM como

> [...] um movimento cristão, ecumênico, voluntário e mundial a serviço de todos; mulheres e homens, jovens e velhos, e que procura compartilhar o ideal cristão de construir uma comunidade humana de justiça com amor, paz e reconciliação com plenitude para a vida e para toda criação (FEDERAÇÃO BRASILEIRA DAS ACMs, 1998, tradução nossa).

É essa missão que orienta os mais de 119 movimentos nacionais da ACM[10], organizados em cerca de 12 mil sedes, cujos projetos se voltam à capacitação de lideranças, especialmente jovens e mulheres, nas áreas de educação, cultura, promoção humana, justiça socioambiental, entre outros. Mantendo parcerias com organismos ecumênicos, agências das Nações Unidas e redes juvenis, sua atuação tem atingido uma quantidade expressiva de pessoas ao redor do mundo (YMCA, 2015b).

1.1.1.2 Associação Cristã Feminina (ACF)

O surgimento da *Young Women's Christian Association* (YWCA), em português Associação Cristã Feminina (ACF), se insere no contexto de alterações sociais ocasionadas pela Revolução Industrial, particularmente o êxodo rural e exploração dos pobres, entre eles mulheres e crianças. Criam-se ligas de oração, além de casas e instituições voltadas ao atendimento e apoio de cristãs trabalhadoras, iniciativas estas lideradas, em primeiro momento, por Emma Roberts e Lady Kinnaird. A primeira casa surge em Londres em 1855, cidade sede até 1930, quando mudou para Genebra (STEEL; STRONG, 2005. p. 109). Embora tenha características afins, a ACF foi um movimento diferente da ACM tanto em relação à origem como na organização (HORTAL, 1996. p. 176). Sua expansão se deu rapidamente levando à constituição de uma aliança mundial que adotou uma base semelhante à de Paris, realizando em 1898 a primeira conferência em nível internacional, onde é fundada a Federação Mundial da ACF (*World YWCA).*

Uma das iniciativas desenvolvidas pela ACF no campo missionário foi o recrutamento e envio de jovens das igrejas para atividades missionárias na Ásia, África, América do Sul e

---

[10] Na atualidade, as ACMs nacionais estão confederadas à Aliança Mundial das ACMs *(Word Alliance of YMCAs)* com sede em Genebra, estando esta subdividida em 5 regiões: Europa, África, Latino-Americana e Caribenha, Oriente Médio e Ásia Pacífico. A instância máxima de deliberação é o Conselho Mundial que acontece a cada quatro anos (YMCA, 2015b).

Leste da Europa, sendo muitas destas líderes provenientes do movimento estudantil cristão (STEEL; STRONG, 2005. p. 109). Formada por uma maioria protestante, a Associação se aproximou de outras confissões, o que não se deu sem desencontros internos e mal-estar com lideranças eclesiásticas[11]. O contexto pós-guerra imprimiu uma ênfase social aos programas, adotando como base as orientações da Conferência Internacional do Trabalho. Este período, considerado turbulento, marcou um processo de descolonização da ACF, no qual as lideranças do movimento passaram a surgir dos países em desenvolvimento e o trabalho foi expandido de 23 para 91 países (YWCA, 2015).

Em 1955, a ACF repensa sua formação, se declarando formada por mulheres "membros de diferentes tradições cristãs numa comunidade universal através da qual elas possam crescer como cristãs, participando da vida e no culto de sua igreja e expressar sua fé em palavra e ação". Reconhecendo a unidade cristã como vontade de Deus, como movimento leigo se propõe a dar sua contribuição para tal (*Ibidem)*. Na opinião de Hortal, a ACF se configurou "mais como um movimento de fraternidade entre jovens, sem ênfase nos aspectos ecumênicos propriamente ditos" (HORTAL, 1996. p. 176).

Atualmente, a Associação possui uma estrutura federativa composta por 108 filiadas nacionais presentes em mais de 120 países, as quais coordenam outras associações locais. O Conselho Mundial é a instância legislativa para definição das políticas e projetos a serem assumidos, que buscam promover o empoderamento feminino, mas não unicamente de jovens, frente às inúmeras questões que hoje envolvem a questão da mulher na sociedade. (YWCA, 2015c). As parcerias com organizações ecumênicas e não governamentais potencializam os programas que se situam no âmbito da geração de renda, saúde, educação, fomentando entre as mulheres atendidas lideranças pró-direitos femininos, justiça social e desenvolvimento (YWCA, 2015b).

1.1.1.3 Federação Mundial de Estudantes Cristãos (FUMEC)

A *World Student Christian Federation (WSCF)* surgiu em 1895 na Suécia como uma federação de movimentos estudantis ecumênicos nacionais, em sua maioria conhecidos como

---

[11] Exemplo disso foi a política interna adotada em 1928 ao admitir católicos romanos como membros. Isso levou grupos da ACF a romper com a Federação Mundial, ao mesmo tempo em que católicos pertencentes à associação, sob a influência da *Mortalium ânimos* de Pio X, passaram a viver em tensão com suas autoridades eclesiásticas (STEEL; STRONG, 2005. p. 109). É importante salientar que os movimentos femininos estão entre os pioneiros nas relações ecumênicas interdenominacionais (WEBB, 2005. p. 810).

MEC – Movimento Estudantil Cristão. Em alguns países acabou assumindo denominações especificas[12]. Provocados ao empenho ativo "no trabalho de difusão do evangelho pelo discipulado comprometido", movimentos universitários ligados a estruturas eclesiásticas ou provenientes de ações missionárias nas universidades da Europa e dos EUA, se reuniram sob a coordenação de John Mott (1965-1955), na época líder da ACM, e que se tornou uma das grandes referências do ME moderno.

A história da FUMEC pode ser descrita a partir de períodos, apontados por T. Wieser (WIESER, 2005. p. 543-546), considerando o contexto de cada época. Um primeiro momento foi de crescimento e expansão[13], e vai da fundação até a Primeira Guerra Mundial. No início do século XX, os grupos filiados à FUMEC começaram a se afastar do ideal conversionista inicial. Caracterizam essa fase o diálogo mais próximo com as ciências, o questionamento da autoridade da Bíblia e a ênfase na ação político-social como uma dimensão importante da evangelização (QUADROS, 2011. p. 22), assumindo perspectivas da teologia liberal e abrindo-se, igualmente, à participação de ortodoxos[14] e católicos. Isso resultou em rupturas internas e afastamentos de alguns grupos discordantes, que levou ao surgimento em 1947 de outro organismo, a Comunidade Internacional de Estudantes Evangélicos (CIEE), com o intuito de resgatar os ideais evangelísticos de cunho doutrinal e confessional do início (*Ibidem.* p. 24).

No contexto de forte nacionalismo europeu, se inaugura um novo momento marcado por crises e tensões internas. Entre os anos de 1929 e 1939, a Federação viveu uma intensa atividade teológica e que direcionou os programas assumidos nas décadas subsequentes. No período após Segunda Guerra Mundial até o final da década de 1960, se enfatizou a "tarefa dos cristãos na comunidade acadêmica e na sua responsabilidade política". Mudanças estruturais nas décadas de 1960 e 1970 inauguram uma nova fase na qual a FUMEC passou a se organizar em seis regiões: África, Ásia-Pacífico, Europa, América Latina e Caribe, Oriente Médio e América do Norte. Essa descentralização permitiu que cada região pudesse

---

[12] No Brasil, por exemplo, o MEC ficou conhecido pela denominação de ACA - Associação Cristã de Acadêmicos (PLOU, 2002. p. 122).

[13] O crescimento se deve em grande parte à ação de seu fundador, John Mott, de percorrer o mundo, estabelecendo grupos nos lugares por onde passou. Estima-se que em 1913 havia em torno de 2 mil grupos dos quais participavam mais de 150 mil jovens, em mais de 900 universidades, faculdades e centros estudantis. (WIESER, 2005. p. 544). Na América Latina, a visita de Mott em 1940 foi a grande impulsionadora dos MECs no continente (PLOU, 2002. p. 43).

[14] A Assembleia da FUMEC de 1909 realizada em Constantinopla teve uma contribuição decisiva na aproximação com as igrejas Ortodoxas. Estiveram presentes nela aqueles que depois foram os pioneiros do ecumenismo no meio ortodoxo. Posterior ao evento, formou-se MECs em vários pontos dos países de tradição oriental (NAVARRO, 1995. p. 121).

desenvolver programas específicos para suas respectivas realidades (WEISER, 2005. p. 543-546), ao mesmo tempo em que é fruto de um contexto com novos apelos, especialmente no campo político[15]. A complexidade da conjuntura educacional do final do século XX representou para a FUMEC um desafio para sua missão missionária e ecumênica, impulsionando à revisão de sua base organizacional. Dados de seu sítio oficial indicam que na atualidade a Federação está presente em 94 países, contando com 117 grupos afiliados, que envolvem mais de dois milhões de membros (WSCF, 2005b).

A contribuição da FUMEC para o ME é relevante, especialmente nas primeiras décadas. Sua influência é decisiva, pois diferentemente da ACM e ACF, "preocupou-se não com a união de indivíduos isolados, mas com a dos organismos nacionais e confessionais" (HORTAL, 1996. p.177), o que abriu caminho para a fundação do Conselho Mundial de Igrejas (CMI). Os MECs foram verdadeiros celeiros de lideranças para o movimento ecumênico e missionário, entre elas muitas mulheres (*Ibidem.* p. 176-177). Wieser sustenta que, até a formação do Conselho, a história do ecumenismo "é quase sinônimo de FUMEC" (WIESER, 2005. p. 544). Juntamente com a capacidade de articulação entre igrejas e organizações, o contributo do movimento estudantil ecumênico se expressa nos conteúdos e iniciativas empreendidos. Desde o início, o princípio do ecumenismo enquanto testemunho e busca da unidade em Cristo esteve claro. Entre os diferentes aspectos sobre os quais a FUMEC se debruçou pode-se destacar: a) o estudo bíblico realizado nas diferentes chaves hermenêuticas que a reflexão teológica foi apresentando; b) ocupar-se com a ajuda mútua, especialmente em tempos de guerra; c) a atuação incisiva nos espaços educacionais, seja por meio de publicações, na formação com docentes ou na luta pela democratização do sistema; e d) o envolvimento com questões de fé e política.

1.1.1.4 Movimento Voluntário Estudantil (MVE)

Surge em 1886 em Massachusetts, EUA, formado por jovens universitários diplomados que se colocaram à disposição das agências missionárias, a fim de realizarem missões em outros países, de modo especial naqueles com pouca expressividade cristã

---

[15] Nos anos 1960-1970, especialmente na América do Norte e na Europa, os MECs tiveram um envolvimento ativo com grupos políticos mais radicalizados. É neste contexto de efervescência que se deu o processo de rearticulação por regionais, motivados pela percepção da necessidade de descentralização, saída das instituições de ensino e envolvimento crescente com as iniciativas de cunho político, o que também foi causa de tensões intensas no interior do movimento (WSFC, 2015a).

(COPPE, 2009. p. 42). A ação voluntária destes jovens nem sempre encontrou acolhida por parte de suas famílias, tendo em vista o teor de radicalidade com que assumiam a experiência e o estilo de vida assumido. Embora suas motivações cristãs pudessem apresentar ressalvas e questionamentos – elementos que foram, aos poucos, sendo amadurecidos - a tarefa missionária era assumida por estes jovens com um sincero envolvimento e espírito de fé, na disposição de um anúncio urgente do evangelho. Coppe salienta que

> Indubitavelmente, o Movimento Voluntário Estudantil sinalizou, em sua ação e reflexão, o futuro do movimento ecumênico. Suas ênfases recaiam sobre: esforço de cooperação entre denominações diferentes; preocupação com a unidade da Igreja; abordagem mais modernista ao conhecimento e estudo da Bíblia; ampliação do discurso teológico e ampliação e ação mais intensa junto aos povos. Essas ênfases foram retomadas posteriormente, de uma forma mais amadurecida, pela Conferência de Edimburgo (COPPE, 2011. p. 68).

Após a Conferência Mundial de Missão (Edimburgo, 1910), observa-se a diminuição do "afã missionário" do MVE, sobressaindo nos estudantes o interesse sociopolítico motivado pelo *Evangelho social.* A Primeira Guerra Mundial contribuiu para o esfriamento das missões estrangeiras e o fortalecimento de iniciativas ecumênicas voltadas para a solução dos problemas internacionais (*Ibidem.* p. 71).

Estas experiências pioneiras evidenciam uma das características da gênese do ME, que é o protagonismo laical. Da mesma forma, nota-se o intercâmbio e apoio existentes entre estas experiências precursoras, especialmente no período das guerras mundiais (NAVARRO, 1995. p. 121). De certo modo, elas foram assumindo e amadurecendo em suas opções e estruturas os fundamentos que sustentam e impulsionam o diálogo ecumênico[16]. Naquelas que ainda estão ativas, permanece a preocupação em agir e interagir com as juventudes, embora com pressupostos e métodos diferenciados da estrutura originária.

1.2 A ATUAÇÃO JUVENIL NA ESTRUTURAÇÃO DO ME

A aproximação das diferentes iniciativas missionárias a partir de suas lideranças lançou as bases para se pensar princípios comuns para o diálogo. A Conferência Missionária

---

[16] Outro contributo dado pelas experiências juvenis corresponde situa-se no desenvolvimento da oração ecumênica. Os primeiros livros de oração e culto ecumênicos, por exemplo, foram desenvolvidos pelos grupos da ACM e ACF (CARDEN, 2005. p. 841).

de 1900 em Nova Iorque e, sobretudo, a Conferência Mundial de Missão em Edimburgo[17] no ano de 1910, inauguraram o que se designou por Movimento Ecumênico moderno. A Conferência de Edimburgo foi fruto de diálogos e convergências anteriores, nos quais os movimentos de juventude anteriormente retratados tiveram uma participação efetiva e significativa. Para Plou, o evento

> [...] apontou um primeiro passo de singular mérito no diálogo entre as diversas confissões e denominações protestantes [...]. As dificuldades para o trabalho conjunto entre as diferentes denominações no campo missionário já eram consideradas um escândalo, e as igrejas sentiam que era urgente buscar caminhos de cooperação e acordos que permitissem superar rivalidades e diferenças (PLOU, 2002. p. 22).

Do mesmo modo como foi ponto de chegada, Edimburgo foi também ponto de partida. A criação do Conselho Missionário Internacional – CoMIn (1921), a estruturação dos movimentos Vida & Ação (1925) e Fé & Constituição (1927), constituem exemplos das convergências que o diálogo foi tomando no âmbito da missão, da ação e da doutrina. Não foram os únicos resultados, mas são, possivelmente, os mais visíveis e que favoreceram diretamente o surgimento do CMI em 1948[18]. Este processo contou com a atuação dos organismos de juventude, bem como possibilitou o surgimento de novas iniciativas e estruturas voltadas para ela.

Entre as expressões estruturais do ME, o CMI é, sem dúvida, a articulação de referência, embora não sintetize todo o empenho ecumênico existente. Nas palavras de Navarro, o Conselho constitui "a realização mais importante, mais bem organizada e mais representativa da firme vontade do cristianismo dividido no sentido de exprimir visivelmente a unidade que Cristo desejou para sua Igreja" (NAVARRO, 1995. p. 133). Tendo em vista essa importância, buscar-se-á descrever em linhas gerais a participação dos jovens no processo de estruturação, desenvolvimento e atualidade do CMI. Para tal, escolheu-se três enfoques: a) as expressões juvenis na conjuntura de criação e consolidação do Conselho; b) a

---

[17] Gestada na Conferência de 1900, a Conferência de Edimburgo teve como assuntos refletidos: a) evangelização; b) a Igreja nos campos missionários; c) país de origem e país de missão; d) mensagem missionária e religiões não-cristãs; e) formação missionária; f) missões e governos; g) cooperação e promoção da unidade (DIAS; TEIXEIRA, 2008. p. 28-29).

[18] Merece também ser destacada a Aliança Mundial para a Amizade Internacional pelas Igrejas (*World Alliance for International Friendship the Churches)*, de 1914. Expressando o compromisso das igrejas com a paz internacional a partir de seus domínios, teve uma ação significativa junto aos prisioneiros de guerra. Atuou em estreito contato com o movimento Vida & Ação, dissolvendo-se em 1948 com a criação do CMI, haja visto que suas tarefas passam a ser desempenhadas por grupos ligados ao Conselho (NAVARRO, 1995. p. 122). A Aliança cooperou na realização das conferências de juventude na primeira metade do século XX.

referência às juventudes nas Assembleias Gerais do CMI; e c) os espaços voltados para os jovens na configuração atual do Conselho.

1.2.1 As expressões juvenis no processo de criação e consolidação do CMI

Como proposta de continuidade do diálogo e da cooperação estabelecidos na Conferência de Edimburgo, foi articulado o *Comitê de Continuação*, cuja atuação desembocou na criação dos três importantes movimentos unificadores citados no tópico anterior. Além da participação de jovens como *stewards* (voluntários)[19] já desde Edimburgo, a atuação das juventudes neste processo pode ser verificada em três aspectos: a) como organismos constitutivos dos mesmos; b) como representantes oficiais em seus encontros e conferências; c) como interlocutores diretos em eventos específicos para jovens.

Acerca do primeiro item, verifica-se que os movimentos juvenis, especificamente ACM, ACF e FUMEC, figuraram entre os organismos que estruturaram o CoMIn, Vida & Ação, e Fé & Constituição. Da mesma forma, estiveram envolvidos no processo de preparação e fundação do CMI (SÁNCHEZ VAQUERO, 1971. p. 16). Essa participação, contudo, não implicou em uma fusão com as organizações nascentes. Pelo contrário, cada movimento conservou sua identidade e autonomia (STRANSKY, 2005. p. 263), embora seus líderes estivessem envolvidos em várias iniciativas, não unicamente no meio ecumênico, como também em outras organizações internacionais. Este é, aliás, um fenômeno importante do ME inicial. Como salienta Stransky, as lideranças atuaram ativamente "numa variedade de organizações que são ecumênicas na intenção", além de ter tido a preocupação de inspirar e formar novos e habilidosos líderes para assumir suas responsabilidades (*Ibidem.* p. 259)[20]. Destacam-se, entre elas, jovens mulheres, provenientes de movimentos juvenis e que tiveram uma presença e atuação expressiva nas instâncias de liderança, especialmente do CMI e em outros organismos com os quais este estabeleceu parceria[21].

---

[19] Corresponde a jovens selecionados pelo CMI e encarregados de prestar uma função de suporte operacional e cooperação nos eventos realizados. O programa de *stewards* acontece especialmente nas reuniões do Comitê Central e nas assembleias gerais e oportuniza aos jovens escolhidos conhecer e viver o ecumenismo em perspectiva internacional e interconfessional (KANG, 2008. p. 73).

[20] Entre estes, pode-se destacar: John Mott, secretário intercolegial da ACM, fundador e secretário geral da FUMEC, envolvido com o MVE, diretor da conferência de Edimburgo e um dos líderes mais ativos no organização e fundação de organismos ecumênicos; Charles Brent (1862-1929); Willem Visser't Hooft (1900-1985), secretário da ACM e da ACF antes de se tornar o primeiro secretário do CMI (STRANSKY, 2005. p. 260).

[21] Cita-se, por exemplo: Sarah Chakko (1905-1954), indiana, liderança do MEC, primeira diretora da Comissão Vida e Ação de Mulheres na Igreja (1950-1951) e que se tornou também a primeira mulher a presidir o CMI

Esses movimentos marcaram presença ativa na articulação de outros organismos ecumênicos (SÁNCHEZ VAQUERO, 1971. p. 16). As inúmeras conferências realizadas foram os espaços privilegiados para "aprofundar uma compreensão comum das questões missionárias, sociais e doutrinais, ou para analisar uma preocupação contemporânea importante do testemunho e do serviço comum" (BENT; WERNER, 2005. p. 232).[22] Algumas destas conferências tiveram as juventudes como destinatárias imediatas.

A primeira delas aconteceu em 1939 em Amsterdã/Holanda e foi organizada pela FUMEC, Aliança Mundial da ACM e ACF, Comissão Ecumênica de Juventude de Vida & Ação, e Aliança Mundial para a Promoção da Amizade Internacional através das Igrejas. Tendo como tema "C*hristus Victor"* e presidida por W. A. Visser't Hooft[23], ocorreu em um contexto de conflito mundial e foi pioneira ao propor a cooperação de uma diversidade de movimentos de jovens cristãos. Evidenciou "a extensão geográfica da comunidade cristã mundial e suas variedades culturais mais claramente do que qualquer encontro ecumênico anterior" (*Ibidem).* Fruto de Amsterdã foi o surgimento de novos líderes ecumênicos nas décadas posteriores e que dela haviam participado como delegados.

Em 1947 acontece em Oslo/Noruega a II Conferência da Juventude Cristã que teve como tema "Jesus Cristo é o Senhor". As reflexões permearam temas referentes à vida cristã nas igrejas e na sociedade (BENT; WERNER, 2005. p. 235)[24]. Uma terceira conferência se deu em Kottayan/Índia, em 1952, sendo o primeiro encontro de jovens com tema ecumênico em ambiente asiático e fora do ocidente. As questões levantadas versavam acerca da "independência política, o renascimento de outras fés, o desafio do comunismo e a necessidade de repensar a compreensão de igreja", temas que, posteriormente, foram

---

entre os anos de 1951-54 (HARRIS; WILSON, 2005. p.181-182); Suzanne de Diétrich (1891-1981), francesa leiga, líder da FUMEC e ACF, membro fundadora do Instituto Ecumênico de Bossey, em Genebra, que deixou um legado inigualável no estudo da Bíblia, tornando as teologias bíblicas acessíveis aos leigos, especialmente às juventudes (MÜLLER; RÖMHELD, 2005. p. 415-416); Annie Jiagge (1918-1996), presbiteriana ganesa, que se aproximou do ME em 1947 na Conferência Mundial de Juventude e foi presidente do CMI entre 1975-1983, além de ser moderadora da comissão do Conselho sobre o Programa de Combate ao Racismo, vice-diretora da Aliança Mundial da ACF e presidente da Comissão da ONU para a situação das mulheres, entre 1962-72 (POBEE, 2005. p. 673).

[22] Um breve relato sobre cada uma das 46 conferências ecumênicas ocorridas entre 1910 a 1998 é encontrado em BENT; WERNER. *Conferências Ecumênicas* In: LOSSKY et al., 2005. p. 232-244.

[23] A Conferência contou com a presença de 1.500 delegados com idade entre 18 e 35 anos, adotando uma metodologia que envolvia cultos, estudos bíblicos e grupos de discussão. Os temas discutidos estavam organizados em sete grupos de interesses, sendo eles voltados a questões como o mundo de nações, nação e estado, ordem econômica, raça, educação, matrimônio cristão e vida familiar, e igreja: natureza e missão. O resultado dos debates apresentou variação conforme a seção, sendo que os temas voltados à questão teológica e à prática careceram de fundamento comum (*Ibidem).*

[24] Corresponderam aos temas abordados: 1) Liberdade e ordem; 2) a responsabilidade cristã num ambiente secular; 3) a ordem mundial; 4) o homem e suas invenções; 5) a família na comunidade; 6) a vida da comunidade cristã na comunidade local; 7) a educação no mundo moderno; 8) o cristão diante da situação dos judeus e 9) a igreja diante do mundo (*Ibidem).*

recorrentes e influentes na ação do CMI (*Ibidem.* p. 236-237).

Em tempos mais recentes, o Brasil acolheu em 1993 na cidade de Mendes/RJ a Reunião Ecumênica Global de Jovens e Estudantes, conhecida pela sigla em inglês EGGYS (*Ecumenical Global Gathering of Youth and Students).* O encontro teve como objetivo refletir sobre a participação juvenil no movimento ecumênico, e a missão comum da juventude e organizações juvenis cristãs. Contou com a participação de mais de quinhentos jovens provenientes de 81 países. Os temas debatidos versavam sobre economia, sociedade, direitos femininos, educação, meio ambiente e desenvolvimento e unidade num mundo fragmentado, e trouxe um clamor "por uma nova visão concernente ao envolvimento da juventude na vida e renovação das igrejas" (BENT; WERNER, 2005. p. 244). A novidade do encontro foi reunir em um mesmo evento juventudes protestante, ortodoxa e católica (NYOMI, 2005. p. 687).

As conferências e encontros internacionais fomentaram novas iniciativas voltadas para jovens e/ou protagonizadas por eles, tanto a partir das igrejas como de outros organismos ecumênicos[25]. Criou-se organizações em nível continental, regional e nacional, assumindo diversas frentes de acordo com seus referidos contextos. Muitas delas tiveram existência temporária; outras permanecem depois de passarem pelas necessárias e inevitáveis reconfigurações que o processo histórico impõe[26].

1.2.2 As Juventudes nas Assembleias Gerais do CMI

As Assembleias Gerais[27] correspondem ao "organismo legislativo supremo" do CMI. Elas possibilitam ao Conselho constantemente se reconstruir, avaliar, bem como contribui para a melhoria das relações e comunicações entre as igrejas-membro (BENT; KESSLER,

---

[25] Um fruto destas mobilizações com juventude do CMI é o atual Conselho da Juventude Ecumênica da Europa *(Ecumenical Youth Council in Europe - EYCE)*, criado por jovens em 1968, mas com raízes nas reuniões do CMI com responsáveis pela juventude nos países europeus desde 1947 (YECE, 2015). Sob incentivo e apoio do CMI e de outros organismos ecumênicos, a participação juvenil também faz-se notar em eventos como os Fóruns Sociais Mundiais, nos quais tem se organizado momentos específicos para os jovens, contando com a presença da juventude ecumênica (WCC, 2009).

[26] Das experiências ecumênicas que agregam jovens cabe citar a Comunidade de Taizé, surgida em 1940 a partir das intuições de Irmão Roger, cuja mística da reconciliação e solidariedade reúne cristãos de diferentes confissões. A comunidade localizada na França constitui um centro de peregrinação que atrai jovens de várias partes do mundo, sendo por sua própria existência "um sinal concreto de reconciliação entre cristãos divididos e entre povos separados" (TAIZÉ, 2016).

[27] As Assembleias Gerais do CMI acontecem, em geral, a cada sete anos. Dela participam delegados das igrejas-membro, em número correspondente ao tamanho destas e buscando assegurar representação de gênero, lideranças eclesiásticas e leigos, como também jovens. Uma exposição mais detalhada sobre as assembleias pode ser encontrada em BENT; KESSLER, 2005. p. 101-107; SANTA ANA, 1987, p. 238-249; NAVARRO, 1995. p. 140-146.

2005. p. 101). Segundo Santa Ana, as Assembleias manifestam com maior clareza o aspecto político do movimento ecumênico, o qual sintoniza com o contexto histórico em que este se desenvolveu e desenvolve, ligando a vida do ME ao desenvolvimento histórico dos povos da *oikoumene*" (SANTA ANA, 1987. p. 238). Elas "marcam etapas proféticas de uma instituição que serve ao Espírito em sua obra de reconciliação cristã e humana" (NAVARRO, 1995. p. 140).

Um elemento observável no conjunto das Assembleias Gerais se refere à modalidade da participação juvenil nas mesmas. Verifica-se um crescente incentivo à representação oficial de jovens, fato que pode ser relacionado a dois motivos: a) a permanente atualização estrutural que o CMI assume, tendo em vista a conjuntura de mundo e a realidade de suas igrejas-membro, como também as decisões refletidas e tomadas nas assembleias e no Comitê Central; b) a reivindicação das juventudes por espaços de maior visibilidade e participação.

A Assembleia de Fundação do CMI, em 1948, contou com a presença de 100 delegados jovens que, embora pudessem fazer observações e comentários, não podiam votar, direito este que foi concedido na assembleia seguinte em Evanston/Estados Unidos, no ano de 1954 (KANG, 2008. p. 69). Além da colaboração direta entre *stewards* e delegados jovens nos debates, a II Assembleia deu origem à tradição do *PAYE (Pre-Assembly Youth Event)*, que reúne a delegação jovem e voluntários na semana anterior à assembleia, visando preparar a participação destes no evento. Tal processo se consolida em na III Assembleia, em Nova Delhi/Índia, em 1961 (*Ibidem).*

Dentre as dez Assembleias Gerais realizadas pelo CMI desde sua fundação, em duas delas – Upsala (1968) e Porto Alegre (2006) – as vozes das juventudes e pelas juventudes se fizeram ouvir com maior ênfase. Nas demais a questão juvenil aparece de forma mais tênue, embora seja uma constante, especialmente em relação à legitimidade de voz dos *stewards e* à representatividade mínima[28] de jovens como delegados oficiais, considerando também a equidade de gênero. Entre idas e vindas, resultados positivos foram alcançados em relação à designação de jovens como membros do Comitê Central do CMI (*Ibidem.* p. 70-71).

A IV Assembleia realizada em Upsala marcou não só um posicionamento juvenil efetivo, mas "o fim de uma era e o despontar de um novo início" no próprio ME (NAVARRO, 1995. p. 104). A questão de fundo é a relação-interação entre as igrejas e a

---

[28] Uma verificação percentual desde Upsala permite perceber a evolução da participação juvenil nas Assembleias. Enquanto nesta, o índice correspondia a 4% da delegação oficial, em Nairobi/Quênia (1975) serão 9%, 13% em Vancouver/Canadá (1983), 11% em Camberra/Austrália (1991) e novamente 13% em Harare/Zimbábue (1998) (STRANSKY, 2005. p. 267).

sociedade secular. Esta assembleia colhe as intuições e clamores da Conferência Mundial para a Igreja e a Sociedade[29] ocorrida em Genebra em 1966, e que tinha como tema "Os cristãos e a revolução técnica e social de nosso tempo". Além disso, o momento histórico era marcado pela presença expressiva de movimentos juvenis que tomaram uma posição crítica e contestadora acerca da realidade sociopolítica em muitos países (*Ibidem*. p. 244). A voz juvenil também se fez ouvir no interior da assembleia, questionando "as estruturas, os métodos e os próprios objetivos" do Conselho e seu aparato burocrático, de modo que, "a partir de tais críticas, tem início uma reestruturação que tende a simplificar e agilizar sua dinâmica ecumênica" (NAVARRO, 1995. p. 142). Em um de seus informes, Upsala explicita o desejo dos jovens por uma participação mais efetiva e imediata nas decisões, reconhecendo que estes *"*têm direito a dizer o que pensam com respeito a todas as estruturas que a eles concerne". Fazendo referência às assembleias juvenis cristãs, se reconhece que elas dão a conhecer a reclamação dos jovens por um ecumenismo que passe à ação, *"*sendo cada vez mais indiferentes e até mesmo hostis à maneira como as líderes toleram que se perpetue a divisão" (UPSALA, 1968. p. 199-200, tradução nossa).

O apelo pela presença e atuação das juventudes aparece com força novamente na IX Assembleia, realizada em Porto Alegre/Brasil. O evento carregou uma expectativa de reconfiguração do ME frente às crises oriundas das tensões institucionais e eclesiásticas que vinham sendo evidenciadas internamente. Construída a partir de uma metodologia dinâmica, aponta para uma reconfiguração da caminhada ecumênica, como avaliam Ribeiro e Cunha:

> Não é possível mais compreender o movimento ecumênico como uma unidade de estruturas, mas sim um mosaico com muitos corpos e muitos membros, muitos interlocutores e ministérios especializados. As igrejas, protagonistas no passado, dividem agora o cenário com muitos outros atores (RIBEIRO; CUNHA, 2013. p. 79-80).

A carta de acolhida enviada aos participantes pelo Conselho Latino-Americano de Igrejas (CLAI) expressa bem as intuições e intenções desta assembleia:

> Vivemos hoje em um mundo de migrações e deslocamentos, de discriminações e cruzamentos de culturas, de comunicação e exclusão, de identidades locais e globais. A incarnação [*sic*] não é mais que esse despojamento de si mesmo para o encontro com o 'outro'. É o Deus que se faz humano, despojando-se de sua própria divindade. Em épocas de tanta mobilidade, a "encarnação das instituições" nos convoca a

[29] Departamento do CMI herdeiro da antiga Comissão Vida e Ação (Hortal, 1989. p. 195), e que teve um papel significativo na articulação de organizações e espaços voltados para a reflexão entre Igreja e Sociedade no meio ecumênico.

> transformar o estatismo de nossas hierarquias institucionais e do próprio movimento ecumênico histórico, a fim de recuperar nosso caráter de peregrinos. [...] A reconfiguração do movimento ecumênico deve alimentar-se da cotidianidade da experiência das igrejas em seu atendimento aos necessitados em nossas sociedades. Até aqui fomos um bonito grupo de pessoas e organizações com visões de futuro, com capacidade de análise e uma paixão pelo compromisso. Nós os convidamos a descobrir o rosto eclesial e pastoral do movimento ecumênico (CLAI, 2005b).

A Assembleia de Porto Alegre já surgiu com a meta ambiciosa de ter 25% de seus delegados entre 18 e 30 anos. Buscou oportunizar espaços para jovens, tais como uma atividade de três dias anterior à Assembleia, um acampamento para 250 jovens latino-americanos durante o evento, além da colaboração de 150 *stewards* (WCC, 2005a)[30]. O incentivo à participação juvenil foi, igualmente, uma proposta de renovação das lideranças das igrejas e do movimento ecumênico, não somente de pessoas, mas de visões, perspectivas, teologias e ação. Ilustrando com uma expressão presente na mesma carta anteriormente citada: "a juventude nos desafia com expectativas para as quais nem sempre temos respostas" (WCC, 2005b). Contudo, a mudança também partiu da reivindicação da juventude por maior espaço no CMI, o que, concretamente, se expressou numa manifestação de jovens que se apresentaram amordaçados nas sessões plenárias, representando a carência de escuta da voz destes no Conselho. O efeito deste posicionamento foi a criação de uma comissão de jovens e para jovens no CMI, e o estabelecimento de cotas juvenis nas comissões já existentes (KANG, 2008. p. 72).

1.2.3 A Comissão de Juventude do CMI

O departamento de juventude é um dos espaços institucionais do CMI desde o início (SÁNCHEZ VAQUERO, 1971. p. 19). Antes mesmo de sua criação, em 1946, foi organizado um departamento jovem provisório (KANG, 2008. p. 69), que se reconfigurou posteriormente. Na atualidade, essa referência institucional no CMI é desempenhada pela Comissão ECHOS, formada por vinte jovens-adultos, respeitando o equilíbrio de gênero e o corte etário de 18 a 30 anos. Provenientes de diferentes regiões, contextos, igrejas e

---

[30] O comitê executivo da FUMEC esteve à frente da condução de quatro oficinas, o que criou a expectativa de uma reaproximação entre o organismo e a comunidade ecumênica (WCC, 2006). Em paralelo à referida assembleia, realizou-se em São Leopoldo, no campus de Faculdades EST, um Congresso Ecumênico sob o tema "Missão e Ecumenismo na América Latina" que reuniu 99 estudantes de teologia de diferentes países e igrejas, 20 pessoas de apoio, sete docentes permanentes e mais de 50 palestrantes. Apoiaram a iniciativa a Faculdades EST, ASTE, CMI e CETELA (Comunidade de Educação Teológica Ecumênica Latino-Americana e Caribenha). Um dos objetivos deste congresso foi justamente a preparação de novas lideranças teológicas para o ME do século XXI (SINNER, 2009. p. 12).

organizações ecumênicas, o grupo é constituído por representantes de cada uma das demais Comissões do Conselho[31], do Comitê Executivo e do Comitê Central, e da delegação ampla das igrejas-membro. A Comissão é regida por estatuto próprio e sua ação se articula a partir de três grupos de trabalho: comunicação, formação ecumênica e *networking* (WCC, 2015).

ECHOS é fruto de uma solicitação da Assembleia Geral de Porto Alegre por um espaço que permitisse aos jovens "elaborar suas próprias visões do movimento ecumênico e fortalecer sua função nos mecanismos de tomada de decisão do Conselho". Seu objetivo é "coordenar as distintas funções dos jovens adultos relacionadas com o CMI e facilitar a comunicação entre elas" (WCC, 2011). A primeira reunião desta Comissão aconteceu em 2007 tendo como participantes muitos jovens que estiveram presentes na IX Assembleia de 2006.

A última Assembleia Geral realizada em Busan/Coreia, em 2013, reafirmou a importância da Comissão como um espaço para engajamento juvenil tanto no CMI como nos demais organismos ecumênicos. Na referida assembleia, o Comitê Central eleito fez o convite a oito jovens de confissões e regiões diferentes para participarem com direito a voz em suas reuniões oficiais[32]. Em consonância com atual projeto do CMI intitulado: "*Peregrinação por justiça e paz",* fruto da X Assembleia Geral, ECHOS assumiu esta tarefa:

> A voz de nosso Senhor, Jesus Cristo, nos chama a trazer novo vigor e para se tornar uma nova voz profética, que reflete a realidade cotidiana do nosso contexto local diversificado e que reconhece as necessidades de nossos semelhantes, irmãos e irmãs, que se uniram à nossa peregrinação comum. Nós ouvimos a voz do nosso mundo que clama por justiça e paz" (WCC, 2016).

A Comissão tem procurado contribuir no intercâmbio e diálogo entre as organizações ecumênicas locais, regionais e internacionais, seja por meio da comunicação institucional, da formação voltada para lideranças ecumênicas ou do intercâmbio em perspectiva de rede (*Ibidem).*

1.3 ECUMENISMO E JUVENTUDES NA AMÉRICA LATINA

---

[31] O CMI é atualmente organizado em cinco comissões de trabalho: 1) Comissão de Fé e Constituição; 2) Comissão Mundial de Missão e Evangelização; 3) Comissão das Igrejas para Assuntos Internacionais; 4) Comissão de Educação e Formação Ecumênica; e 5) ECHOS – Comissão dos Jovens e o Movimento Ecumênico. Estas se articulam a partir de três áreas programáticas: a) Unidade, missão e relações ecumênicas; b) Testemunho Público e diaconia; c) Formação Ecumênica. Dados sobre a atual configuração do CMI são encontrados na brochura *Introducción al Consejo Mundial de Iglesias. Una peregrinación de justicia e paz.* Genebra: WCC, 2014.

[32] Do atual Comitê Central participam 19 jovens eleitos na X Assembleia.

A caminhada ecumênica na América Latina tem como marco inicial o Congresso do Panamá (1916), que consistiu em um contraponto e resposta à Conferência Mundial de Missão de Edimburgo, que não incluiu o continente em sua agenda[33]. Do impulso do congresso decorreram encontros interdenominacionais, articulação de conselhos nacionais e experiências de cooperação regionais que foram estruturando o ME latino-americano.

Como em nível mundial, as iniciativas ecumênicas latino-americanas se desenvolvem inicialmente no meio protestante a partir de uma forte influência internacional e, em princípio, com uma postura anticatólica definida. Contudo, aos poucos se percebe a emergência de um movimento de latinoamericanidade que, considerando as especificidades continentais, deu ao ecumenismo local uma identidade própria, especialmente ao ser assumido por lideranças autóctones (PLOU, 2002. p. 112). A tessitura do ME na América Latina buscou aliar a superação do denominacionalismo e a valorização da matriz cultural local, considerando a conjuntura religiosa, sócio-política e econômica do continente (DIAS, 2009. p. 117-119).

Este itinerário contou com a colaboração da juventude que "já bem cedo ultrapassou fronteiras nacionais e limitações denominacionais, dando assim, também à América Latina, uma contribuição decisiva para o movimento ecumênico em todos os níveis" (TIEL, 1998. p. 50). Em linhas gerais, pode-se situar esse contributo em dois âmbitos: a) a atuação dos movimentos internacionais, e as organizações e conferências continentais para as juventudes; b) a presença juvenil no Conselho Latino-Americano de Igrejas (CLAI), em tempos mais recentes e como experiência institucional do trabalho com jovens.

1.3.1 Movimentos internacionais e organizações juvenis

As primeiras expressões juvenis ecumênicas a atuarem na América Latina foram os movimentos internacionais. A ACM, por exemplo, marca presença já na constituição do Comitê de Cooperação para a América Latina (CCLA) em 1913, que esteve à frente da realização do Congresso no Panamá[34] (PLOU, 2002. p. 24). Juntamente com as sociedades

---

[33] Entre as motivações para tal estava a constatação de que, pelo fato de ser majoritariamente católico, logo cristianizado, não se fazia necessária a ação missionária. Contudo, o Comitê de continuação de Edimburgo, representado por seu expoente J. Mott, considerou envolver a América Latina no movimento missionário protestante. Sobre esta questão ver PIEDRA, 2006. p. 115-152. PLOU, 2002. p. 20-21.

[34] A primeira associação latino-americana acemicista foi fundada no Brasil em 1900; 40 anos depois já estava espalhada por praticamente todos os países. No Congresso do Panamá, a presidência foi assumida por membro da associação, o uruguaio Eduardo Monteverde, além de John Mott como presidente do comitê assessor. No Congresso sobre a Obra Cristã realizado em Montevidéu em 1925, coube a Leonardo Paulson, também da ACM, a presidência (PLOU, 2002. p. 28. 32. 49).

bíblicas, as Associações se mostraram desde o início abertas à construção de "espaços para a colaboração e o diálogo de todos os grupos evangélicos e católicos a base de objetivos comuns". Entre as tarefas assumidas, a principal delas foi oportunizar atividades recreativas para a utilização do tempo livre dos jovens, formação de grupos para o estudo da Bíblia e abordagem de temas de interesse juvenil. Posteriormente, se enfatizou a capacitação de jovens para a atuação em obras sociais, bem como a formação espiritual, o que rendeu popularidade e prestígio às ACMs (*Ibidem.* p. 48-49).

A presença da FUMEC no continente remonta ao ano de 1902. Optando por conservar as articulações nacionais (MECs) filiadas à Federação Mundial sem a mediação de um organismo continental, a FUMEC em primeiro momento se manteve mais distante dos espaços institucionais das igrejas, colocando seu foco de ação no ambiente acadêmico. Redefinindo seus objetivos na reunião do Comitê geral em 1964, realizou uma nova e breve aproximação com as igrejas, rompida novamente pelo envolvimento mais radical com as questões sociais do continente na perspectiva da libertação. A Assembleia Geral de 1981 procurou conjugar a continuidade do compromisso da libertação com a cooperação eclesial, questão reforçada a partir de sua inserção como membro associado do CLAI (PLOU, 2002. p. 122-125).

Em relação às organizações juvenis, duas tendências são observadas: uma de perfil mais biblicista, representada especialmente pela CIEE, já anteriormente citada, e outra de perfil mais progressista, que teve na União de Juventudes Evangélicas na América Latina (ULAJE) sua principal referência.

Sobre a CIEE, Plou destaca sua atuação nas universidades com ênfase no estudo sistemático da Bíblia e com uma evangelização de caráter mais personalista. Do congresso realizado em Cochabamba (1958) surgiu a Associação Universitária de Grupos Evangélicos (AUGE), que organizou o trabalho por regiões constituindo grupos sob os princípios de autogestão, autogoverno e auto sustentação (PLOU, 2002. p. 79). Outra expressão de perfil similar foi a Cruzada Estudantil e Profissional para Cristo, que surgiu em 1962 no México, apoiadas e sintonizadas com organizações fundamentalistas dos Estados Unidos (*Ibidem.* p. 80).

Em uma perspectiva diferenciada, lideranças ecumênicas locais perceberam a necessidade da criação de organismos próprios, substituindo aqueles de iniciativa missionária. A isso sinalizam grupos juvenis das igrejas, de base laical, apontando para a superação dos

denominacionalismos vigentes e para o estabelecimento de uma nova prática ecumênica, que estava ancorada, principalmente, na questão social[35]:

> Especialmente a juventude evangélica tomou a iniciativa de criar um organismo próprio, em que pudesse trabalhar pela evangelização e pelo testemunho protestante no continente, sem deixar de lado sua preocupação pelas transformações sociais que se estavam gestando e manifestar o desejo de colocar em prática sua responsabilidade social cristã (*Ibidem.* p. 112).

Um momento de convergência dessa mobilização foi a realização em 1941 do I Congresso Latino-Americano de Juventudes Evangélicas, em Lima/Peru[36], fruto de diálogos que já vinham sendo feitos entre grupos juvenis deste o final da década de 1920. No congresso foi criada a ULAJE, cujo funcionamento pleno e oficial só foi possível em 1943, quando pode contar com a membresia mínima de oito organismos juvenis, conforme havia sido decidido em Lima. Além deste primeiro, outros quatro congressos foram realizados pela União: Havana/Cuba (1946), Buenos Aires/Argentina (1951), Barranquilla/Colômbia (1956) e San Juan do Porto Rico (1966) (*Ibidem,* p. 118-119).

Por meio deste organismo, a América Latina marcou presença nas iniciativas juvenis internacionais, como a II Conferência Mundial da Juventude Cristã, de Oslo (1947). Além de poder expressar em nível mundial a visão ecumênica da juventude latino-americana, esses eventos fortaleceram e orientaram aspectos da mobilização dos grupos no continente. A ULAJE impulsionou as ações com jovens em todo continente, tendo como característica própria o compromisso social e a preocupação com a justiça, podendo ser "considerada a vanguarda do ecumenismo interprotestante, devido ao arrojo de suas iniciativas em prol da unidade" (WOLFF, 2002. p. 99). Como avalia Plou:

> Diante dos movimentos que surgiam no continente, lutando por mudanças sociais e políticas, os jovens evangélicos começaram a ampliar sua visão e inserção neste sentido, adotando uma postura em favor de mudanças sociais e fazendo uma denúncia significativa da injustiça econômica, à qual eles consideravam estar submetida, em boa parte, a população do continente (PLOU, 2002. p. 120).

---

[35] Esse processo aconteceu, especialmente, a partir do Congresso de Havana em 1929. A Federação Argentina de Ligas Juvenis (FALJE) criada em 1920, outras federações no Brasil, Uruguai e outros países exemplificam esse novo perfil de organizações (PLOU, 2002. p. 112).

[36] Participaram do congresso 39 delegados plenos, representando 12 países latinoamericanos e 8 denominações. Sobre o processo de organização e realização, conferir PLOU, 2002. p. 112-118.

Em sintonia com a reflexão do CMI sobre a relação entre Igreja e Sociedade, a ULAJE lançou as bases para o que depois veio a ser ISAL (Igreja e Sociedade na América Latina), movimento leigo que buscou sensibilizar as igrejas para a sua responsabilidade social[37].

Foi justamente este posicionamento de cunho político e social que levou a estranhamentos e afastamento do seio das igrejas, com a aproximação crescente da militância política e dos movimentos sociais. Deu-se a aproximação de grupos de jovens católicos, o que levou a uma mudança de nomenclatura em 1970 para União Latino-Americana de Juventudes Ecumênicas. Em 1982, esteve presente na assembleia que abriu caminho para a criação do CLAI, do qual se tornou organismo associado.

1.3.2 As Juventudes no Conselho Latino-Americano de Igrejas (CLAI)

O CLAI representou uma nova fase para o ecumenismo interprotestante no continente. Ele é fruto de um processo cujas bases foram lançadas na Assembleia de Oaxtepec/México (1978), convocada pela Unidade Evangélica Latino-Americana (UNELAM) e assumida pelas igrejas que, em novembro de 1982, consolidaram a criação do Conselho (WOLFF, 2002. p. 100). Em sua Constituição, o Conselho se define como "uma organização de igrejas e organismos ecumênicos criada para promover a unidade, solidariedade e cooperação entre os cristãos latino-americanos que dão testemunho de sua fé no âmbito em que radicam" (CLAI, 2001). Acompanhou seu processo histórico o envolvimento com as juventudes e a proposição de espaços institucionais voltados a elas, bem como a parceria com organismos e movimentos direcionados a este público. Exemplifica isso o Programa de Pastoral Juvenil, o qual se configura atualmente como o braço jovem do Conselho, e as menções presentes e decorrentes de suas Assembleias.

Uma primeira atividade voltada às juventudes e convocada pelo CLAI ainda em formação foi o I Encontro Latino-Americano de Juventudes, realizado no Peru em fevereiro de 1982 (PLOU, 2002. p. 164). Na II Assembleia Geral (1988) no Brasil, "juventude" é

---

[37] A "Junta Latino-americana de Igreja e Sociedade", que se tornou conhecida pela sigla ISAL, foi criada em 1961 fruto de uma consulta que precedeu a II Conferência Evangélica Latino-americana (CELA II). Soma-se a isso as reflexões sobre o tema que vinham sendo feitas pelo CMI. Composta inicialmente por membros da dimensão da ação das igrejas, passou a desenvolver uma reflexão teológica de contestação dos sistemas político-ideológico vigentes em grande parte do continente o que acabou gerando controvérsias no interior das igrejas e, ao mesmo tempo, desembocando em um movimento capaz de "aglutinar as forças mais progressistas das igrejas", entre as quais figuravam os quadros intelectualizados e politizados, e setores juvenis (TEIXEIRA; DIAS. 2008. p. 43-45). A Revolução Cubana (1959) também desenvolveu um "papel catalítico importante" junto aos movimentos de juventude e intelectuais (DIAS, 2009. p. 120).

definido como um de seus programas, como também se aprova a presença de jovens na nova Junta Diretiva. Anteriormente à III Assembleia em Concepción/Chile (1995), é realizada uma pré-assembleia com os jovens, o que permite que estes apresentassem suas reivindicações para a discussão. Este evento se repetiu na IV Assembleia (2001) em Baranquilla/Colômbia (ALTMANN In: PLOU, 2002. p. 197-213). Tal como nas Assembleias do CMI, houve um crescente apelo por parte dos jovens para uma participação mais ativa nos espaços de decisão do Conselho (CLAI, 2007). Na Carta Pastoral da mais recente assembleia, ocorrida em Havana (2013), o CLAI apresenta o compromisso de "desenvolver processos participativos e resolutivos nos quais a juventude latino-americana e caribenha" das igrejas possa "canalizar seus sonhos e ideais no compromisso sério e decidido de trabalhar na causa da unidade do Reino de Deus" (CLAI, 2013ª, tradução nossa).

Na atualidade, a Pastoral da Juventude se apresenta como uma das frentes de atuação do CLAI, tendo como objetivo "consolidar a formação e compromisso ecumênico juvenil para a evangelização, liderança, incidência missionária, pública e social", a partir da ética cristã. Intenta ser um espaço de acompanhamento da juventude das igrejas no desenvolvimento de seus programas e eixos de trabalho[38]. Assim, o Conselho tem colaborado na articulação de segmentos juvenis de suas igrejas membros por meio de suas secretarias regionais[39] e de encontros de jovens (CLAI, 2015), e em parceria com outras expressões juvenis. Em sua última reunião continental, realizada em dezembro de 2015, a PJ CLAI optou por reconfigurar sua estrutura, priorizando uma articulação nacional e não mais regional, conforme fora assumido desde 2004 (CLAI, 2015). Esse novo formato visa contribuir para o plano de ação assumido, que intenta potencializar as ações das juventudes a partir de suas comunidades de fé (*Ibidem).*

O posicionamento da juventude ecumênica a partir da PJ CLAI considera a institucionalidade do Conselho, haja visto que os jovens que a compõem são indicados pelas autoridades eclesiásticas das igrejas-membro (IULIANELLI, 2013. p. 183). Ao mesmo tempo em que isso possibilita um compromisso oficial e institucional com o universo juvenil, não assegura necessariamente, como indica Iulianelli, a capilaridade para as bases das igrejas.

---

[38] Entre as prioridades temáticas assumidas para a Pastoral Juvenil na última assembleia do CLAI estão a) violência sexual; b) gravidez na adolescência e direitos sexuais reprodutivos; c) igualdade de gênero; d) violência intrafamiliar, e) diversidade sexual, além de bolsas para formação em cursos ecumênicos (CLAI, 2013b). Convém salientar que estes temas estão em sintonia com o enfoque que o ME tem assumido, especialmente a partir da década de 1960, e que versam sobre a promoção e defesa de direitos.

[39] A estrutura do Conselho comporta a organização em cinco regiões, as quais contam com secretarias próprias: Rio de La Plata, Andina, Brasil, Caribe e Grande Colômbia, e Mesoamérica (CLAI, 2015).

Esse se configura como um limite não somente para o CLAI, mas no conjunto das iniciativas voltadas para jovens que partem das lideranças eclesiásticas ou das instâncias institucionais. O desafio reside em possibilitar que a formação e a prática ecumênicas propostas por estas instâncias incidam nas realidades locais, ao mesmo tempo em que auscultem suas demandas.

1.4 JUVENTUDES E ECUMENISMO NO BRASIL

A história do ME brasileiro remonta os espaços protestantes marcados por uma forte influência internacional, especialmente norte-americana. Como suas características iniciais pode-se destacar "a acentuação da herança comum, a unificação dos projetos de evangelização e a oposição ao catolicismo romano" (WOLFF, 2002. p. 77). Embora com algumas iniciativas já no início do século XX[40], o organismo mais expressivo do período interprotestante foi a Confederação Evangélica Brasileira (CEB), fundada em 1934[41]. Ela nasce em um contexto de efervescência de iniciativas ecumênicas no continente, com o diferencial de, além de contemplar uma ênfase social crescente que sustentou o posicionamento público das igrejas, não alimentar atitudes anticatólicas (*Ibidem.* p. 84-85). Conforme indica Anivaldo Padilha, a CEB "reunia a maioria das igrejas evangélicas no Brasil e promovia a cooperação entre elas nas áreas de ação social, educação cristã, trabalhos de juventude, e atividades diaconais", sendo uma "organização que, realmente, promovia a fraternidade e o trabalho conjunto entre as igrejas evangélicas" (IGREJA METODISTA, 2013).

A referência à CEB é necessária quando se pensa a atuação das juventudes ecumênicas no Brasil. Seu departamento de Juventude, juntamente com a ULAJE e a posterior União Cristã de Estudantes do Brasil (UCEB), representam a experiência catalisadora das inspirações da juventude ecumênica brasileira na primeira metade do século XX, que desembocou em iniciativas de impacto na vida do país e das igrejas, especialmente no ME nacional. Essas estão diretamente ligadas à memória histórica da REJU.

Como abordagem sintética destes desdobramentos, elenca-se três momentos: a) a

---

[40] Como proposta de periodização do movimento ecumênico brasileiro, Wolff identifica três momentos: 1) interprotestante (1903-1960); 2) com a participação de católicos e anglicanos (1960- 1982); e a partir da formação do CONIC - Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil (a partir de 1982) (WOLFF, 2002. p. 76).

[41] O organismo foi fundado por igrejas e representantes missionários, tendo como objetivos a representação dos interesses evangélicos diante da opinião pública e das autoridades e, ao mesmo tempo, ser resposta às igrejas a partir de necessidade concretas (PLOU, 2002. p. 61).

articulação e atuação juvenil no período anterior à Ditadura Militar; b) as expressões de resistência durante o regime ditatorial; e c) as reconfigurações posteriores que deram origem a uma nova experiência de diálogo ecumênico – o ecumenismo de serviço.

1.4.1 Do pietismo moral à militância social

Como na América Latina em geral, as experiências de articulação das juventudes no Brasil envolvem as igrejas e movimentos estudantis. A primeira experiência de movimento no país surge em 1936 como União de Estudantes para o Trabalho de Cristo, liderados pelo presbiteriano Erasmo Braga (1977-1932) e incidindo junto aos estudantes secundaristas de escolas evangélicas. Posteriormente buscou atuar junto às escolas laicas em parceria com a FUMEC. Em 1940 esse movimento passou a se chamar UCEB, se filiando à Federação dois anos depois (*Ibidem.* p. 295)[42].

Nos primeiros anos, a UCEB se ocupou de iniciativas de cunho formativo, sintonizadas com questões da moral cristã, voltadas ao testemunho pessoal e sem maiores referências a questões sociopolíticas. A situação muda a partir da década de 1950, especialmente quando da realização da Conferência de São Paulo (1953), organizada pela Comissão de Igreja e Sociedade do CMI. Segundo Mota Dias, "este evento inspirou a articulação de esforços de diferentes setores evangélicos que começaram a preocupar-se com o sentido e as consequências das relações entre as igrejas e as diferentes expressões nacionais da sociedade latino-americana" (DIAS, 2014. p. 64). A provocação por uma atuação mais incisiva no meio social se fez sentir de modo peculiar nos segmentos juvenis, tendo a relevante contribuição do teólogo estadunidense Richard Shaull (1919-2002)[43]. O organismo representou um ponto de convergência das expressões juvenis situadas tanto no meio estudantil cristão como no interior das igrejas e, posteriormente, somando com outros movimentos estudantis e sociais, e grupos oriundos do catolicismo romano (IGREJA METODISTA, 2013).

As novas hermenêuticas teológicas despertadas no ambiente acadêmico e cultivadas no seio das comunidades de fé e na militância social, frente a uma realidade sociopolítica

---

[42] O meio estudantil nesta época, predominantemente voltado às elites, viu surgir outras organizações como a União Nacional dos Estudantes (UNE), em 1937, e na esteira da Ação Católica, a Juventude Universitária Católica (JUC) (QUADROS, 2011. p. 30).

[43] A trajetória narrada em estilo autobiográfico do pastor presbiteriano Richard Shaull junto à UCEB, e ao ME latino-americano e brasileiro como um todo, pode ser encontrada na obra *Surpreendido pela graça.* Memórias de um teólogo. Estados Unidos, América Latina, Brasil. Rio de Janeiro: RECORD, 2003.

ideologicamente polarizada, são fatores que levaram muitos jovens a questionar o *status quo* da sociedade e também de suas igrejas, provocando-as para um testemunho cristão dado a partir da práxis[44].

1.4.2 Vozes e resistências em tempos de ditadura

Tendo em vista as interpelações do contexto sociopolítico comum, os jovens estudantes passaram a perceber pontos de convergência para o diálogo, seja no espaço cristão – e aqui se situa, por exemplo, a aproximação entre a UCEB e JUC –, seja em relação aos movimentos sociais. Para Quadros, isso implicou em "redefinições teológicas, especialmente uma nova concepção de missão e de identidade"[45], superando as demarcações estabelecidas entre o cristão e o não cristão que haviam sido colocadas pelas instituições eclesiásticas. Era momento de pautar o testemunho cristão no "enfrentamento dos problemas contemporâneos da sociedade" (QUADROS, 2011. p. 35).

As experiências organizacionais de juventude possibilitaram aproximações ecumênicas nas quais estavam representadas diferentes denominações protestantes. Esse desdobramento reforçou a crescente influência que o ME internacional vinha conquistando junto ao protestantismo brasileiro.

> Sua ênfase na cooperação inter-eclesiástica, seu chamamento a um testemunho evangélico comum frente a um mundo fraturado por guerras e discórdias de todo tipo, sua preocupação com a crescente desigualdade econômica e as injustas relações entre as nações sensibilizava profundamente a juventude sempre disposta a novas experiências e impaciente com as visões e formulações desatualizadas de suas instituições eclesiásticas (DIAS, 2014. p. 14).

---

[44] A UCEB, contudo, não foi a única voz das juventudes evangélicas. A recepção dos novos olhares não se deu de forma homogênea no protestantismo brasileiro. O contraponto no meio estudantil cristão às posturas assumidas pela União se fez sentir pela atuação mais incisiva do CIEE na América Latina, enviando missionários para organizar um trabalho com estudantes. No Brasil, essa atuação resultou na criação da ABU (Aliança Bíblica Universitária), cuja mensagem não assumiu o vanguardismo da UCEB, conservou uma teologia biblicista e defensora das estruturas eclesiásticas. O movimento se consolidou nos anos seguintes, impulsionado por encontros nacionais e continentais (QUADROS, 2011. p. 36-39).

[45] Situando este momento no conjunto da história do Protestantismo no Brasil, Bittencourt Filho aponta para um limite eclesiológico. Embora tivessem obtido um crescimento considerável, as denominações protestantes permaneceram ligadas ao modelo missionário que chegou com elas ao país, o que as impediu de perceber as mudanças estruturais pelas quais estava passando a sociedade brasileira. O momento impunha ao protestantismo o "desafio de reinventar-se para redescobrir seu lugar na democracia, para além da esfera estritamente religiosa". Este desafio foi assumido, então, pelo que ele denominou de "ilhas de dissidência", os quais consistiram em grupos minoritários que buscaram fazer esta contextualização, tendo no ecumenismo seu "principal instrumento de luta" (BITTENCOURT, 2014. p. 15-17).

O acirramento das tensões levou a reações de silenciamento e repressão por parte das cúpulas das igrejas. Essas reações comportaram o controle da educação teológica, a retirada de apoio pastoral e financeiro, a vigilância sobre as publicações dos grupos juvenis denominacionais e, em alguns casos, a supressão dos mesmos. Esses conflitos têm início já na década de 1950 e se intensificam após a Conferência do Nordeste (1962)[46]. Com o golpe militar de 1964, diante da aliança entre expressões conservadoras do protestantismo e setores nacionais golpistas, fragiliza-se o movimento levando depois à extinção da CEB como tal[47] (RIBEIRO; CUNHA, 2013. p. 86-93).

A truculência política, moral e física do regime militar se fez sentir junto aos movimentos de juventude. Lideranças foram presas, torturadas, exiladas e mesmo mortas[48], algumas delas a partir de denúncias efetuadas pelas próprias referências eclesiásticas de suas denominações confessionais. No apogeu da ditadura, "as denominações clássicas já estavam internamente cindidas pelos movimentos reavivalistas e pelos movimentos de índole carismático-pentecostal", ocasionando "um novo denominacionalismo evangélico" que explodiu na década de 1980 e se caracterizou "pela sua capacidade de mobilização multitudinária, acúmulo de recursos materiais e financeiros, e ainda um prestígio social e político crescente (BITTENCOURT, 2014. p. 18). Esse contexto influenciou nas estratégias de evangelismo das igrejas junto aos jovens[49].

---

[46] A Conferência do Nordeste foi realizada em Recife e teve como tema "Cristo e o processo revolucionário brasileiro". Foi o evento da CEB como maior repercussão, intensificando a relação entre a sociedade brasileira e as denominações protestantes na perspectiva da dimensão social da fé (WOLFF, 2002. p. 86). Segundo Mota Dias, a conferência "marcou de forma decisiva a divisão teológica e político-ideológica" presente nas duas faces do protestantismo brasileiro (TEIXEIRA; DIAS, 2008. p. 65).

[47] No ano de 1987, a CEB é reabilitada por um grupo de deputados de denominações pentecostais, distinguindo-se, contudo, da inspiração ecumênica de origem; ao contrário, é usada "como espaço de articulação de forças antiecumênicas" (WOLFF, 2002. p. 89).

[48] A obra *Memórias Ecumênicas Protestantes. Os protestantes e a ditadura: colaboração e resistência*, organizada por Z. Mota Dias, liderança ativa do período, apresenta a trajetória de resistência destes líderes no interior das igrejas e da sociedade brasileira nos "anos de chumbo". Ao mesmo tempo em que coleta os depoimentos de vanguardistas ecumênicos do período, apresenta a fala de jovens contemporâneos pertencentes à REJU como uma 'reafirmação da esperança' inspirada no testemunho dos jovens da metade do século XX. A obra faz parte do projeto "Marcas da Memória", da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça (KOINONIA Presença e Serviço, 2014).

[49] Um fenômeno diferenciado se deu no âmbito católico, tendo em vista o fato de que, embora em princípio tenha havido conivência da hierarquia com o regime militar, posteriormente assumiu-se um posicionamento mais crítico ao regime. Isso deu um peso político notável, especialmente por ser um posicionamento sustentado pela hierarquia católica, tendo como pano de fundo as proposições de renovação do Vaticano II e das Conferências Episcopais Latino-Americanas. Da mesma forma que os movimentos juvenis protestantes, os católicos – especialmente a JUC – foram dissolvidos pela hierarquia. Entretanto, a participação de jovens católicos na vida eclesial e social passou a encontrar na nascente Pastoral da Juventude, herdeira dos fundamentos teológicos, pedagógicos e metodológicos da Ação Católica Especializada (ACE) em seus diferentes segmentos de jovens, uma expressão sintonizada com a militância dos anos anteriores e de seus princípios ecumênicos. Entre as expressões juvenis católicas, a PJ tem sido uma das que melhor reflete e

A repressão adotada pelo regime militar reverteu em um maior apoio do CMI[50] ao ecumenismo nacional, bem como na aproximação com o catolicismo romano e as missões norte-americanas. Surgiram vários organismos, cujo empenho ecumênico passa a se configurar não mais em relação às estruturas eclesiásticas, mas voltados ao que se denominou de *ecumenismo de serviço* (DIAS, 2014. p. 57), muitos deles permanecendo atuantes, outros com nomenclatura e estrutura reconfigurados. Essa nova fase possibilita constatar que

> [...] a sobrevivência a tantas crises no Brasil tornou possível um desenvolvimento do movimento ecumênico no país que não passa exclusivamente pelo caminho institucional. O movimento é muito maior que as igrejas e é isto que torna possível não só a sua sobrevivência, mas a sua vitalidade (RIBEIRO; CUNHA, 2013. p. 97).

É também fruto deste período o Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil (CONIC), expressão mais relevante do diálogo ecumênico eclesiástico no país. Criado em 1982 após quase uma década de diálogos entre lideranças de igrejas, o Conselho representa "a consolidação das convicções ecumênicas dos cristãos brasileiros" (WOLFF, 2002. p. 128), comportando a novidade de integrar em um mesmo organismo igrejas protestantes, anglicana, ortodoxa e católica (BOCK, 1998. p. 10). Com as possibilidades, mas também as exigências que o ecumenismo eclesiástico comporta, o CONIC tem procurado contribuir com o diálogo teológico-pastoral entre suas igrejas-membro e na relação destas com a sociedade, em sintonia e parceria com as demais organizações ecumênicas[51].

1.5 SÍNTESE PROSPECTIVA

A memória histórica testemunha o contributo relevante dado pelas juventudes na caminhada do ME, sendo elas seus agentes pioneiros. Essa contribuição pode ser descrita sob duas perspectivas. A primeira no campo *teológico-espiritual*, expresso na sensibilidade como atitude religiosa diante das situações de divisão; na proposição de bases teológicas que

assume a ecumenicidade em sua organização e atuação. Confirma isso a participação de muitos jovens "pejoteiros" na REJU e em outras organizações ecumênicas (SOFIATI, 2012. p. 45-49).

[50] A ISAL era o principal agente de intermediação do apoio do CMI. Em nível de América Latina foi criado o Comitê AD HOC, liderado por Richard Shaull, e que procurava apoiar pessoas perseguidas e afastadas dos espaços institucionais eclesiásticos (RIBEIRO; CUNHA, 2013. p. 95).

[51] Em 2008, o Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (CONIC) articulou a proposta de um programa de juventude que visasse "reunir a juventude das igrejas para o diálogo, atividades conjuntas, maior participação na sociedade, na defesa e garantia de direitos (CLAI, 2007). Contudo, o programa perdurou por pouco mais de um ano. Como membro do FEACT Brasil, a cooperação do Conselho às juventudes passa pelo Fórum, considerando igualmente as articulações juvenis de suas igrejas-membro. Além deste, outro espaço de diálogo do CONIC com os jovens tem se dado nas Campanhas da Fraternidade Ecumênicas, nas quais organismos juvenis, entre eles a REJU, têm somado na organização dos subsídios e dinamização da Campanha.

fundamentassem e orientassem as iniciativas de diálogo; na inconformidade frente os denominacionalismos e fundamentalismos; no compromisso profético, ético e diaconal com a realidade sociocultural. Sem prescindir das ambiguidades e limites dos contextos e dos sujeitos envolvidos, não se pode negar o princípio de fé presente nos caminhos trilhados pelos jovens em seu empenho ecumênico. A segunda se situa em um nível *prático* e *operacional,* perceptível na criação de mecanismos e estratégias de articulação, na mobilização de pessoas e recursos, na capacitação de lideranças, na sistematização dos processos desenvolvidos, na proposição de estruturas institucionais visando dar visibilidade à unidade desejada. Essas características não estão presentes, obviamente, em todas as expressões juvenis com igual intensidade; são, contudo, observáveis em seu conjunto. Da mesma forma, as experiências relatadas não ignoram inúmeras outras construídas em torno dos princípios ecumênicos, tão importantes quanto estas que foram relatadas.

Outro destaque cabe aos espaços de presença e incidência das juventudes ecumênicas. Estes conjugam representações oficiais, de caráter mais institucionalizado e de atuação a partir das igrejas e organismos, com movimentos e expressões com maior autonomia e flexibilidade estrutural. Embora seja notável a cooperação entre estes dois cenários, observa-se igualmente que esta relação contém uma permanente tensão, geralmente evidenciada pelas novas gerações.

Por fim, uma última consideração acena para uma relação de mútua exigência entre as juventudes e o diálogo ecumênico. Percebe-se um itinerário que desperta interesse: das juventudes brotam as primeiras iniciativas (experiências precursoras); lideranças jovens e/ou oriundas de organizações juvenis atuam na mobilização e proposição de estruturas para dar corpo ao diálogo (consolidação do ME); outras expressões juvenis questionam as estruturas propostas e sua participação nelas (Conferências e Assembleias), ao mesmo tempo em que o ME reclama uma presença mais efetiva dos jovens em seus espaços de decisão e atuação (atualidade). Sem a pretensão de ser mera retórica, a presença jovem tem se revelado imprescindível para o diálogo ecumênico, justamente para lembrá-lo de sua natureza de "movimento", bem como da transitoriedade e necessidade de renovação de estruturas, estratégias, linguagens. Isso não tem o sentido de desfazer-se dos passos dados, mas de aprimorá-los, atualizá-los. O enfrentamento ou o silêncio dos jovens são questionamentos que precisam ser considerados pelas igrejas, religiões e organismos ecumênicos.

Cabe, assim, a pergunta pelo próximo passo do ciclo: que perguntas e respostas estão sendo dadas pelas juventudes ecumênicas na atualidade? Na esteira da história, apresenta-se a

REJU com uma delas, cujo compromisso com a unidade tem sido construído a partir de uma realidade específica, sobre a qual se dissertará no próximo capítulo.

2 A REDE ECUMÊNICA DA JUVENTUDE

Na memória histórica da REJU estão as marcas das juventudes ecumênicas que viveram os tempos árduos da ditadura, cujos testemunhos de fé e de compromisso com a realidade inauguraram novos percursos para o ME brasileiro. Avistou-se aí possibilidades de uma *oikoumene* vivida e compartilhada para além dos muros eclesiásticos; não os renegando, mas sem receio de transpô-los e os ressignificando por meio do exercício de uma comprometida *diakonia*. Como o traduz Daniel Souza, jovem rejuzeiro, ao se remeter àqueles que lhes antecederam:

> Ao dizer juventude ecumênica, hoje, é preciso ter isto no horizonte: somos um pouco dos passos de gente como Heleny Guariba e Ivan Mota Dias, estamos em seus estrados. Não como uma repetição de suas práticas e mobilizações (a identidade não é fixa), mas guiando-nos por um mesmo espírito, um vento orientado pela justiça, pela fé e pelo sonho de uma *oikoumene* em que a morte não tenha a última palavra (SOUZA, 2014. p. 174).

Considerando que os cenários e sujeitos mudam, mas zelando por manter aceso o espírito novidadeiro que a juventude carrega - ainda mais quando se fala de jovens (co) movidos por uma experiência de fé – retratar a história da REJU comporta o risco de limitar a fatos pontuais as vivências e processos que envolveram e mobilizaram pessoas, comunidades, contextos. Contudo, sem a preocupação de esgotar os acontecimentos e as possibilidades de leitura que eles comportam, propõe-se um percurso que, por ser um dos primeiros, desenha alguns traços sobre os quais outros poderão e deverão continuar a obra. Não se tem a intenção de fazer um panegírico à Rede, mas de apontar seu contributo para o fortalecimento do empenho ecumênico no Brasil. É uma trajetória no plural, para a qual se prefere não citar nomes, nem emitir juízos de valor, mas indicar as ressonâncias efetivas da caminhada feita e indicativos de outros possíveis passos.

Tendo em vista a amplitude das ações construídas pela Rede em seus oito anos de existência e das informações condensadas em relatórios, cartas abertas, notas, memórias de reuniões, postagens e mobilizações nos canais digitais, apresenta-se sua história em linhas gerais, enfatizando as situações que tiveram uma relevância peculiar. Dois focos se mostram como facilitadores para esta tarefa: a incidência pública e o envolvimento com as demais pautas do movimento ecumênico, entre os quais se evidencia uma relação de mútua exigência. A sequência proposta brota de diálogos estabelecidos com lideranças ecumênicas e jovens rejuzeiros envolvidos nesta trajetória, da observação dos fatos e das estruturas que o processo

histórico comportou. Contém, igualmente, um caminho de aproximação e empatia com as pessoas e com os processos vitais que são e que fazem a REJU, e com a caminhada ecumênica como um todo. Isso permite agregar o saber relacional e empírico ao exercício acadêmico, minimizando o risco de uma abordagem meramente racional e analítica.

O capítulo está organizado em três momentos. O primeiro retoma e aprofunda elementos acenados no final do anterior e busca situar brevemente os passos das juventudes ecumênicas da metade do século XX até o contexto que antecedeu a criação da Rede, bem como apresenta o debate sobre juventudes na agenda pública brasileira. Na sequência, aborda-se a REJU enquanto projeto do FE Brasil (2007-2010) em sua fase de estruturação inicial a partir das redes por regiões do país e os primeiros espaços de incidência. Um terceiro momento apresenta a afirmação do protagonismo juvenil, verificada na continuidade da proposta da Rede a partir de 2011, caracterizando sua presença no cenário ecumênico e no espaço público até a atualidade.

2.1 CONTEXTOS ANTECEDENTES

Como já sinalizado, a história do ME da década de 1960/70, marcado por um rico protagonismo juvenil frente às contradições da realidade sociopolítica do país, oferece as chaves de leitura para contextualizar o surgimento da Rede. As experiências de cooperação que haviam encontrado resistência nas instituições eclesiásticas, transferiram seu espaço de atuação para outras frentes, particularmente voltadas para a promoção e defesa de direitos. Esse tema aproximou setores católicos e protestantes, ao mesmo tempo em que aprofundou "o fosso entre grupos eclesiásticos ditos conservadores e progressistas" (TEIXEIRA; DIAS, 2008. p. 49). Em um primeiro momento, voltou-se para a "defesa dos direitos pessoais e a integridade física dos prisioneiros políticos" da ditadura, ampliando-se, posteriormente, para os direitos sociais pertinentes ao Estado democrático (DIAS, 2009. p. 123-124). Neste período, os direitos humanos emergiram como pauta internacional, seja pelos desdobramentos da Declaração Universal de 1948, como também pela apropriação e releitura feitas no interior do ME. No âmbito do CMI, a partir da V Assembleia Geral em Nairobi (1975), o tema passou a fazer parte da reflexão e da incidência do Conselho de modo mais incisivo, sendo entendido "como parte da vocação essencial de suas igrejas-membro" (*Ibidem.* p. 89*)*. Em sintonia com

esta causa e a partir de seus contextos específicos, atuaram também os Conselhos Ecumênicos regionais e nacionais[52].

Em sintonia com a promoção e defesa de direitos, outros temas afloraram e receberam atenção nos meios ecumênicos, voltados para a atuação social, a formação política e teológica, a educação de base, documentação histórica, organização de movimentos sociais, entre outros. Essas frentes foram assumidas por "entidades ecumênicas autônomas em relação às estruturas eclesiásticas formais, pelas estruturas de serviço diaconal das Igrejas e pelos organismos ecumênicos oficiais estabelecidos pelas instituições eclesiásticas" (OLIVEIRA, 2006. p. 17), cujo princípio ecumênico foi traduzido especialmente na perspectiva do serviço. Embora voltadas para uma mesma finalidade, essas organizações possuíam naturezas e frentes de ação diferenciadas, atuando, contudo, em cooperação, e contando para isso com o apoio de organismos e agências internacionais que auxiliavam a subsidiar as iniciativas empreendidas.

Em relação aos agrupamentos juvenis dentro das igrejas, observa-se um processo de "carismatização" das mesmas, tanto no meio protestante como católico, visando o crescimento numérico e sendo um contraponto ao crescimento do neopentecostalismo (IULIANELLI, 2009. p. 34), o que acabou reforçando o típico denominacionalismo protestante e distanciando as igrejas da atuação social[53]. Outro elemento pertinente aos jovens deste período tem a ver com a emergência de uma concepção diferenciada de juventude, presente no debate das ciências sociais e políticas, e impulsionada por instituições e organismos internacionais, elemento que será retomado adiante. Aflorando no interior de uma sociedade em mudança, esta nova noção provoca as instituições, também as igrejas, a rever seus paradigmas e contextualizar suas abordagens acerca do universo juvenil.

---

[52] Além de enfatizar a indivisibilidade dos artigos da Declaração da ONU, uma importante afirmação do CMI é a consideração de que são as igrejas nacionais e organismos ecumênicos locais quem tem as melhores condições e a responsabilidade na "luta pela proteção e promoção dos Direitos Humanos em seu próprio contexto" (*Ibidem,* p. 89).

[53] Apesar dos desafios teológico-pastorais, o diálogo ecumênico junto à juventude pentecostal tem acenado atualmente para caminhos de esperança e possibilidades. Exemplifica isso o ENCRISTUS Jovem, encontro organizado entre jovens católicos, evangélicos e pentecostais. A iniciativa decorre do ENCRISTUS – Encontro de Cristãos na Busca de Unidade e Santidade, surgido em 2008 no interior de São Paulo, e que se define como um "encontro de irmãos e irmãs que se reconhecem chamados pelo Senhor Jesus a uma vida de santidade e unidade, conforme o Evangelho" (ENCRISTUS, 2016). Na perspectiva de um ecumenismo espiritual e interpessoal, o ENCRISTUS Jovem surge em agosto de 2015, também no Estado de São Paulo, a partir da observação da presença expressiva de jovens no ENCRISTUS, e da inspiração espiritual de lideranças das igrejas. Segundo Pe. Douglas Pinheiro, um dos líderes do projeto, os encontros com os jovens se iniciaram por uma dupla razão: a) como lenitivo frente às circunstâncias ecumênicas cotidianas vividas pelos jovens; b) como caminho para o desenvolvimento de uma cultura de unidade a partir dos jovens. Tendo como base a adoração e o uso dos dons carismáticos, o encontro levou muitos jovens a fomentarem iniciativas afins dentro de seus espaços de pertença, especialmente escolas e faculdades. Por meio da oração e fraternidade, que se apresentam como "matéria-prima do Espírito Santo", o encontro busca ser uma experiência de cura "de todos os ranços de competitividade" introjetados nas novas gerações (PINHEIRO, 2016).

2.1.1 Os caminhos do Ecumenismo de serviço

Em razão da situação política do continente na década de 1960, o ME na América Latina tomou o rumo inverso do europeu e norte-americano. Enquanto este último direcionava seu foco para a promoção dos direitos humanos a partir das igrejas, no continente latino-americano se deu um distanciamento das relações eclesiais, o que favoreceu o surgimento das chamadas "ONGs ecumênicas" (CARVALHO DIAS, 2007. p. 197). Algumas destas apresentavam um perfil não eclesiástico, mas conservavam a referência às práticas eclesiais, assumindo-as na dimensão sociocomunitária e em atenção ao processo de democratização pelo qual passava o país. A atuação da Igreja Católica se fez notar de modo expressivo neste período (OLIVEIRA, 2006. p. 18).

Entre estas organizações, surgidas a partir da década de 1970, pode-se citar, por exemplo, a CESE (Coordenadoria Ecumênica de Serviço) e o CECA (Centro Ecumênico de Evangelização, Capacitação e Assessoria) em 1973; o CEDI (Centro Ecumênico de Documentação e Informação)[54] e Diaconia, em 1975; o CEBI (Centro de Estudos Bíblicos) em 1979; o CESEEP (Centro Ecumênico de Serviços à Evangelização e Educação Popular) e o CONIC já citado anteriormente, em 1982. No campo de incidência destas organizações estava também o assessoramento a movimentos sociais, muitos dos quais nasceram em suas fileiras e mantendo a ecumenicidade como princípio. Agências internacionais, especialmente as Agências de Cooperação Ecumênica (ACEs) ligadas ao CMI, colaboraram no financiamento e sustentação dos muitos programas elaborados pelas organizações ecumênicas de cunho diaconal (*Ibidem).*

2.1.1.1 O Compartir Ecumênico de Recursos (CER)

Visando a "busca, coordenação e incremento da cooperação inter-eclesiástica", o CMI adotou um programa intitulado "Compartir Ecumênico de Recursos" (OLIVEIRA, 2006. p. 18). Este nasceu das reflexões sobre interajuda eclesiástica em Nairobi, onde as delegações

---

[54] Surge, inicialmente, como CEI (Centro Evangélico de Informações) em 1964, um ano depois substituindo 'evangélico' por 'ecumênico' e sendo assumido pelo CEDI em 1975. O CEDI perdura até 1994, quando alguns de seus ex-integrantes deram início, então, a uma nova organização ecumênica chamada KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço, um dos organismos mais ativos no processo de articulação e sustentação da REJU.

das igrejas africanas e asiáticas questionaram a atuação paternalista de agências europeias e norte-americanas. Isso levou o Conselho a pensar um novo sistema, que foi efetivado na Assembleia seguinte, em Vancouver (1983), por meio do "Compartir Ecumênico de Recursos", passando o mesmo a adquirir relevância nos programas do Conselho. A questão ainda necessitou de duas consultas[55] para a definição de eixos para sua implantação, processo no qual se deu atenção especial às mulheres e jovens (TEIXEIRA; DIAS, 2008. p. 70-71). Segundo Mota Dias

> [...] o programa "Compartir Ecumênico de Recursos" significou, além de um esforço na busca de relações mais justas baseadas na igualdade e na responsabilidade comum, uma proposta de superação da dicotomia entre Missão e Desenvolvimento. Ou seja, uma nova compreensão teológica do sentido do serviço evangélico (*diakonia)* que a comunidade cristã deve prestar ao mundo como expressão de sua vocação enquanto testemunha do Reino inaugurado por Jesus de Nazaré (*Ibidem.* p. 70).

Como também expressa Bent e Werner (2005):

> [...] os recursos a serem compartilhados ecumenicamente não são apenas as riquezas materiais e o poder nas mãos de uns poucos, mas também as ricas compreensões teológicas das igrejas, suas espiritualidades, culturas, expressões musicais, orações, cantos e danças e, talvez, mais importante de tudo, os testemunhos dos que estão sofrendo (BENT; WERNER. 2005. p. 243).

A partir de 1991, o CMI passou a formar grupos sub-regionais dentro do CER, iniciativa que em nível de América Latina contou com a participação ativa de organismos ecumênicos brasileiros. O processo desenvolvido pelo Comitê Latino-americano do CER voltou-se para preocupações "que iam da observação da análise das transformações sociopolíticas e culturais no nível regional até a reflexão bíblico-teológica e suas incidências na vida das igrejas e das entidades ecumênicas", o que, infelizmente, apresentou o limite de não ter conseguido envolver as igrejas em todas as dimensões do programa (TEIXEIRA; DIAS, 2008. p. 75).

Em 1994 é organizado o CER-Brasil, articulado pela CESE e CONIC, contando com o apoio de KOINONIA, Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) e a secretaria regional do CLAI (CESE, 2013. p. 140-141). Enquanto programa vinculado ao CMI, o CER Brasil se manteve até 2001. Mesmo com o fim do programa, as instituições que

---

[55] As consultas aconteceram, respectivamente, em Larnaka/Chipre, em 1986, e Escorial/Espanha, em 1987.

o constituíam permaneceram articuladas de forma independente e em 2003 se reconheceram como FE Brasil - Fórum Ecumênico Brasil (REJU, 2007).

2.1.1.2 O Fórum Ecumênico Brasil

A reformulação dos objetivos e estruturas do CER regional e nacional levaram à criação, respectivamente do FOCER (Fórum Regional do Compartilhar Ecumênico de Recursos), em 2000, e do Fórum Ecumênico Brasil (FE Brasil), em 2003. Formado por igrejas, conselhos de igrejas e organismos ecumênicos[56], o FE Brasil apresenta uma reaproximação do diálogo e da cooperação entre igrejas e organismos ecumênicos, fruto de um "dinâmico processo de reconhecimento mútuo de valores e de contribuição própria de cada uma destas instâncias de testemunho" (TEIXEIRA; DIAS, 2008. p. 76). A partir de 2011, o FE Brasil se torna FEACT Brasil, assumindo a membresia na ACT Aliança[57] e ampliando sua base para a América do Sul como fórum regional da referida agência (CESE, 2013. p. 142).

Da interação entre igrejas e organismos ecumênicos decorreram reflexões e processos comuns que implicaram as relações entre Igreja e sociedade, a dimensão institucional e a base teológica que fundamenta a identidade ecumênica do Fórum, questões que vem sendo desenvolvidas desde os tempos de CER. Haja visto que não se pretende aqui registrar pormenorizadamente o profícuo desenvolvimento e estruturação do Fórum, sinaliza-se três focos que foram sendo evidenciados no percurso e que, por conta disso, estão em relação direta com o surgimento da REJU, sendo eles:

---

[56] O FEACT é atualmente formado pelos conselhos: CONIC e CLAI Brasil; pelas igrejas**:** Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil (IECLB), Igreja Episcopal Anglicana do Brasil (IEAB), Igreja Metodista (IM), Igreja Presbiteriana Independente do Brasil (IPI), Igreja Presbiteriana Unida do Brasil (IPU), Igreja Ortodoxa Siriana, Aliança de Batistas do Brasil e Igreja Católica Apostólica Romana (ICAR) (via conselho); parcerias**:** PAD - Processo de Articulação e Diálogo entre Agências Ecumênicas Europeias e seus Parceiros no Brasil; organismos Ecumênicos: ASTE – Associação de Seminários Teológicos, CEBI, CECA – Centro Ecumênico de Evangelização, Capacitação e Assessoria, CENACORA – Comissão Ecumênica de Combate ao Racismo, CEDITER – Comissão Ecumênica dos Direitos da Terra, CESE, CESEEP, Diaconia, FLD - Fundação Luterana de Diaconia, KOINONIA – Presença Ecumênica e Serviço, PROFEC - Programa de Formação e Educação Comunitária, UNIPOP – Universidade Popular e REJU- Rede Ecumênica da Juventude (FEACT, 2012).

[57] A ACT (*Action by Churches Togheter)* é uma aliança internacional de ajuda humanitária formada por igrejas e agências, voltada a ações em prol do desenvolvimento, luta contra a pobreza, injustiça e abusos dos direitos humanos (CESE, 2013. p. 139). De ora em diante, para tornar a linguagem mais corrente, utilizar-se a sigla FEACT, mesmo quando referente ao período que antecedeu sua inserção à ACT.

1. A relação entre igrejas e organismos eclesiais, no reconhecimento e na valorização das especificidades de cada um, tendo como base comum a compreensão tridimensional do ecumenismo expressa na: a) busca de unidade dos cristãos; b) a busca de unidade dos que lutam pela justiça, a paz e a integridade da Criação; e c) a busca de unidade no diálogo com outras expressões de fé.
2. A reflexão e posicionamento sobre a cooperação ecumênica internacional, e a viabilidade econômica, na busca por mecanismos coerentes no acesso aos recursos necessários para a efetivação das articulações e projetos, seja em relação às agências financiadoras, bem como a outros canais possíveis.
3. A reflexão e participação em processos de afirmação dos DHESCA[58]. Essa incidência se dá por meio de três naturezas: a) redes e fóruns; b) campanhas e c) eventos de mobilização[59]. Tem como fundamento a compreensão de que "na raiz de toda violência está um direito violado e que a construção da paz só pode se dar na promoção de direitos" (OLIVEIRA, 2006. p. 28-62).

Avaliando o processo de consolidação do FEACT como expressão de um "pacto de cooperação entre as Igrejas e os Organismos Ecumênicos", Mota Dias lamenta o fato deste não ter sido alcançado no passado, o que, segundo ele, "causou um enorme dano ao desenvolvimento do movimento ecumênico no país". Muitas igrejas evangélicas "permaneceram carentes dos insumos necessários" que lhes teria permitido "romper o seu isolamento" e superar o "anti-romanismo" (TEIXEIRA; DIAS, 2008. p. 77). A busca de um

---

[58] Considerando que toda práxis ecumênica comporta uma agenda teológica, o FEACT sintetizou os desafios teológicos em relação aos DHESCA em onze teses: 1) Graça e paradigma do cuidado. 2) Princípio da valorização da diferença e condenação da desigualdade e da destruição da biodiversidade. 3) Princípio antiidolátrico. 4) Princípio da valorização da dignidade humana. 5) Afirmação do imperativo ético da satisfação das necessidades básicas humanas como exigência de cumprimento da dignidade humana. 6) Afirmação do imperativo ético da solidariedade. 7) Imperativo ético da condenação da idolatria sistêmica do mercado – mercadolatria; 8) Imperativo ético da condenação da desestruturação do sistema de direitos nos planos internacional e nacional. 9) Imperativo ético da condenação do modelo civilizacional egoísta e consumista; 10) Imperativo ético da condenação da intolerância religiosa como atentado à promoção dos direitos humanos; 11) Princípio teonômico da afirmação da fraternura solidária e cuidadosa com a biodiversidade, como caminho para a promoção dos direitos humanos. (OLIVEIRA, 2006. p. 39-45).

[59] Entre os eventos de mobilização cabe um destaque às jornadas ecumênicas. A primeira delas foi realizada em 1994, organizada por KOINONIA, com o apoio de outros organismos do ME nacional e internacional, e visava "realizar um balanço da experiência ecumênica no país, assim como identificar e analisar os desafios enfrentados". A II e III, que aconteceram nos anos de 2002 e 2005, respectivamente, foram realizadas conjuntamente pelo FE Brasil, retomaram questões da primeira edição, colocaram ênfase nos processos de articulação das entidades ecumênicas em nível nacional (2005) e a criação e fortalecimento de redes de solidariedade entre os organismos ecumênicos latinoamericanos. A IV Jornada aconteceu em 2010 voltou-se para o tema da incidência público-política (CESE, 2013. p. 153-154). Está prevista uma nova edição da Jornada para o ano de 2017.

caminho comum pautado no Evangelho e o compromisso com a realidade brasileira testemunhada pelo FEACT desde os tempos do CER,

> [...] estabeleceram novas bases de cooperação em cima de um princípio de realidade que proclama que somente irmanados poderão construir um campo ecumênico com relevância sociopolítica e eclesial no contexto nacional e, assim, oferecer um testemunho plausível do significado do Compartilhar Ecumênico de Recursos como sinal concreto da contribuição dos valores evangélicos para a promoção da dignidade humana e sustentação da vida.
> Esse processo conseguiu compactuar um ambiente de reflexão conjunta e uma vontade de testemunhos comuns sustentados num solo temático [...]: os Direitos Humanos na sua integralidade, o ecumenismo e a construção da paz (*Ibidem.* p. 77).

As expressões públicas do ecumenismo e a agenda de incidência construída para tal requerem necessariamente o envolvimento da sociedade como um todo e, particularmente, a participação da juventude, a fim de garantir sua permanência, efetividade e as novas releituras que poderão e deverão se dar a partir das novas gerações. Como salienta Iulianelli, uma nova fase do movimento ecumênico precisa voltar-se para "os dilemas e desafios da juventude. [...] é no corpo desta juventude que essa prática ecumênica promotora de humanização pode ser afirmada" (IULIANELLI, 2009. p. 35).

2.1.2 As juventudes na agenda pública brasileira

Com a emergência da chamada "onda jovem"[60] a partir das décadas de 1980/90, observa-se um deslocamento da percepção da existência de juventude em outros setores sociais para além do espaço estudantil como até então se evidenciava[61]. No pano de fundo deste movimento estão as mudanças conjunturais que impactam diretamente as juventudes. Segundo a análise de Regina Novaes:

> A juventude é como um espelho retrovisor da sociedade. Mais do que comparar gerações é necessário comparar as sociedades em que vivem os jovens de diferentes gerações. Ou seja, em cada tempo e lugar, fatores históricos, estruturais e conjunturais determinam as vulnerabilidades e as potencialidades das juventudes (NOVAES, 2007. p. 2).

---

[60] Como "onda jovem" se compreende o conjunto das transformações demográficas referentes a composição juvenil da população (UNFPA, 2010. p. 17).

[61] Na América Latina e na ONU este debate foi mais intenso. Exemplificam isso a comemoração do Ano Internacional da Juventude pela ONU em 1985, a adoção do Programa Mundial de Ação para a Juventude, em 1995, no qual foram estabelecidas políticas e diretrizes nacionais e internacionais voltadas à situação dos jovens. No Brasil, o foco ainda estava muito voltado para a criança e adolescente. Em 2010-2011, as Nações Unidas comemoram novamente o Ano Internacional da Juventude (ONU, 2011).

Junto aos movimentos sociais e pesquisadores, surge neste contexto a compreensão das juventudes como *sujeitos de direitos*. Essa concepção de direitos se configura a partir de uma terceira geração designados por *direitos difusos,* tendo em vista o fato de serem atribuídos a grupos sociais e não a indivíduos. Remetem à valorização da diversidade, tendo como fundamento a solidariedade (*Idem*, 2012. p. 202) e justifica-se pela constatação de que os jovens, ao mesmo tempo em que são "motor de mudança e desenvolvimento", são, igualmente, um dos extratos sociais mais vulneráveis (UNFPA, 2010. p. 26). Esse novo conceito converge para a construção de uma agenda específica na perspectiva de políticas públicas e que tem no Estado seu espaço de definição, validação, execução e avaliação (*Idem*, 2007. p. 2).

Substitutiva de uma concepção juvenil cujo enfoque se direcionava para a necessidade de contenção e prevenção, e não propriamente do direito, emerge esse entendimento dos jovens como sujeitos de direitos e atores estratégicos de desenvolvimento. As primeiras vozes a levantarem esta pauta foram os organismos internacionais, ONGs, gestores e grupos empresariais, igrejas, instâncias do poder público e setores da sociedade civil. Comparado a outros países, no Brasil o debate acerca deste novo paradigma juvenil é recente, tendo alcançado resultados consideráveis, especialmente na última década (BRASIL, 2008. p. 10)[62].

Situando brevemente o debate sobre Políticas Públicas de Juventude (PPJs) no Brasil, nota-se que em meados da década de 1990 há a existência de políticas estratégicas voltadas aos jovens marcadas por uma abordagem emergencial, tendo como foco o jovem em situação de risco social, carecendo, contudo, de um programa nacional. Estas políticas baseiam-se na ideia de prevenção, controle ou efeito compensatório frente a problemas que atingiam os grupos juvenis (BRASIL, 2011. p. 22). A partir do ano 2000, a discussão cresce no meio acadêmico com a articulação de observatórios, publicações e pesquisas voltadas para este grupo. Em 2002, o tema adentra e ganha corpo no espaço público, mediado por intervenções anteriores de organismos nacionais e internacionais[63]. Entre 2003 e 2010, o debate ganha

---

[62] Uma síntese dos principais documentos internacionais voltados à população jovem e da reflexão sobre direitos juvenis, bem como da estruturação da PPJ no Brasil até 2010, pode ser encontrada na publicação do Fundo da População das Nações Unidas (UNFPA) intitulada *Direitos para a População Jovem: um marco para o desenvolvimento* (UNFPA, 2010).

[63] A aprovação da carta comum chamada "Agenda Brasil", fruto de uma mobilização de organizações e movimentos de juventude, sob convocação da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), da UNESCO e da OBJ (Organização Brasileira de Juventude), e o ativismo juvenil junto às eleições, colocou o tema na pauta de alguns presidenciáveis. A partir daí o debate ganha corpo junto ao poder público, levando à criação de uma Comissão de PPJs na Câmara dos Deputados que foi articulando novos espaços de discussão (*Ibidem)*.

fôlego, seja na formulação e efetivação de programas, como também na criação de um banco de dados sobre juventude, que envolveu boa parte dos especialistas sobre juventude do Brasil. Muitas organizações e movimentos de juventude têm acompanhando esta agenda, articulados especialmente em fóruns e redes representando distintos setores das juventudes brasileiras, entre eles, as juventudes vinculadas a organizações religiosas[64].

A criação em 2005 da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), do Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE) e do PROJovem[65] foram momentos chaves deste processo. Uma das atuações expressivas do CONJUVE e SNJ foram as conferências de Juventude (2008, 2011, 2015) realizadas nas instâncias municipais, estaduais e federal, refletindo junto aos diversos segmentos juvenis, prioridades e propostas para a política nacional de juventude. Em tempos recentes, outra conquista corresponde à aprovação da Emenda Constitucional nº 65 (BRASIL, 2010), que inclui o termo 'juventude' na Constituição Federal, sustentando a necessidade de aprovação do Plano Nacional de Juventude e do Estatuto da Juventude, sendo este último efetivado em 5 de agosto de 2013[66]. Neste mesmo ano, é criado o Participatório, uma plataforma virtual e interativa que favorece debates e mobilizações, bem como veicula conteúdos acerca das PPJs (ABRAMO, 2014. p. 11-12).

O Brasil possui hoje um dos maiores contingentes de jovens de sua história. Em 2008 atingiu o auge de 51,3 milhões de jovens, o que corresponde a aproximadamente 26% da população nacional (BRASIL, 2013. p. 13). Ao mesmo tempo em que representam uma força ímpar, é esse grupo que sente mais de perto os impactos dos problemas conjunturais da

---

[64] Entre estas expressões figura a Rede FALE, uma rede de jovens cristãos ligada à ABU. Se entende como "uma rede de pessoas que oram e agem contra a injustiça em nosso país e no mundo, com especial atenção para os aspectos econômicos e seus efeitos na desigualdade e na ampliação da miséria", tendo como valores-chaves a centralidade em Jesus, crença na Bíblia, o Espírito Santo, comunidade, compartilhar a fé, discipulado, oração, levantar a voz contra a injustiça, comprometimento com os pobres, empoderamento, arte e cultura, ethos da rede, filosofia integrada (Rede FALE, 2007). A Pastoral da Juventude (PJ) e Pastoral Juvenil Marista (PJM), da Igreja Católica, também marcam presença nestes espaços.

[65] Descrevendo funcionalidades: A SNJ é a referência governamental para a integração das ações voltadas ao público jovem, fazendo a interlocução entre governo e sociedade civil. Ao CONJUVE compete o estabelecimento de diretrizes sobre a política nacional de juventude por meio do diálogo entre governo e sociedade civil. A formação atual é composta por 60 membros, dos quais 20 são indicados pelo governo, e 40 eleitos entre representações da sociedade civil. O PROJovem - Programa Nacional de Inclusão de Jovens - é uma política pública de perfil socioeducativo que visa oportunizar a jovens de baixa renda a conclusão de seus estudos (BRASIL, 2011).

[66] O Estatuto apresenta os direitos juvenis, discriminados em onze sessões: I – Direito à Cidadania, à Participação Social e Política e à Representação Juvenil; II – Direito à Educação; III – Direito à Profissionalização, ao Trabalho e à Renda; IV – Direito à Diversidade e à Igualdade; V – Direito à Saúde; VI – Direito à Cultura; VII – Direito à Comunicação e à Liberdade de Expressão; VIII – Direito ao Desporto e ao Lazer; IX – Direito ao Território e à Mobilidade; X – Direito à Sustentabilidade e ao Meio Ambiente; e XI – Direito à Segurança Pública e ao Acesso à Justiça (ESTATUTO DA JUVENTUDE, 2013. Cap. II). Em vista de sua vinculação com o CONJUVE, ao elencar seus eixos de atuação a REJU considera, igualmente, as pautas do CONJUVE (SCHERER, 2014. p. 79).

sociedade. Ao se afirmar os direitos juvenis propõe-se romper com alguns paradigmas engessados, vigentes tanto na sociedade em geral, como também no meio religioso. A concepção de juventude simplesmente como uma etapa preparatória ou como uma geração problema, ou ainda como fonte de renovação, colocando sobre seus ombros o potencial transformador da sociedade, revela-se limitada e/ou, no mínimo, tendenciosa (CELAM, 2013. p. 24-31) [67]. Da mesma forma, a construção de um "perfil juvenil" como signo de vitalidade, de um ideal simbólico de beleza, tende a ignorar ou desfocar das situações reais que acompanha a realidade da grande maioria dos jovens brasileiros, vitimados pela violência, pelos preconceitos de gênero, raça, etnia, credo, pela dificuldade de acesso a uma educação de qualidade, pelo desrespeito às suas expressões culturais, pela degradação socioambiental. Assim, o reconhecimento das juventudes como "sujeitos de direitos a caminho da autonomia" não evidencia possíveis méritos desta condição, mas as contempla de maneira integral (*Ibidem,* p. 32), explicita suas potencialidades e contradições que, em suma, retratam a sociedade contemporânea como um todo. O respeito às características próprias dos jovens permite a construção de "espaços de entendimento efetivamente dialógicos", onde eles possam se tornar agentes efetivos "do próprio desenvolvimento, tratando de temas que afetam sua vida" (UNFPA, 2010. p. 18).

2.2 O PROJETO DE UMA "REDE ECUMÊNICA DA JUVENTUDE PELA PROMOÇÃO DOS DIREITOS JUVENIS"

Os dois cenários acima abordados – o horizonte de ação assumido pelo movimento ecumênico no Brasil, juntamente com a agenda pública juvenil – constituem a base para a articulação de uma "Rede Ecumênica da Juventude pela Promoção dos Direitos Juvenis". Assim, o projeto nasce no interior do FEACT Brasil "com a intenção de formar novas lideranças para o movimento ecumênico brasileiro e, também, incidir sobre as políticas públicas para a juventude" (CESE, 2013. p. 191). Construído na perspectiva do empoderamento juvenil, a mística e a identidade da Rede foram sendo delineadas paulatinamente pelo envolvimento das juventudes das igrejas, de outras religiões ou sem pertença religiosa, aproximando-se e cooperando com outras organizações juvenis e movimentos sociais, assumindo causas comuns, aprendendo e celebrando na convivência e na militância sociopolítica.

---

[67] Sobre os paradigmas juvenis, conferir CELAM, 2013. p. 24-33.

2.2.1 Os primeiros passos

Na elaboração do projeto inicial, tarefa da qual se ocupou KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço como organismo membro do FEACT, optou-se por privilegiar a estrutura de rede pelo fato de ser um modelo organizativo que possibilita a comunicação, articulação e reforço de iniciativas já existentes, e de uma forma desinstitucionalizada[68]. Descritas no projeto original, três considerações sustentaram a plausibilidade da iniciativa que visou fortalecer a identidade juvenil e sua luta em favor de direitos: a) a necessidade de presença ecumênica mais efetiva junto às instâncias eclesiais voltadas à luta pela democracia, cidadania ecologicamente sustentável e justiça social, aspecto reforçado pela percepção de que a experiência ecumênica no país não se configura como "movimento de massas"; b) a existência de uma eclesiologia de mercado que compromete os compromissos eclesiásticos na perspectiva ecumênica, ao mesmo tempo em que é notada a permanência de ações ecumênicas assumidas por instâncias coletivas; c) a verificação de uma participação expressiva de jovens nas Jornadas Ecumênicas nacionais, o que comporta o desafio do fortalecimento das articulações regionais "a partir das necessidades que o segmento juvenil tem na sociedade brasileira, permitindo que o ecumenismo pense em seu futuro fortalecendo aqueles que são os protagonistas dessa criação" (REJU, 2007). O Fórum constata que "o Estado brasileiro reconhece a necessidade e promove políticas públicas para a juventude, mas na prática essas ações ainda são incipientes ou desconhecidas pelos que seriam os seus maiores beneficiados" (REJU, 2009d).

Assim, observa-se que a proposição de uma "Rede Ecumênica da Juventude" não intentou criar uma nova organização, mas colocar em diálogo e potencializar as experiências já existentes junto às juventudes mobilizadas e articuladas nas igrejas, conselhos, organismos ecumênicos e movimentos sociais. Da mesma forma, não teve a finalidade de criar novas

---

[68] Discorrendo sobre a articulação em rede numa perspectiva sociológica, Iulianelli identifica três modalidades, tendo como elemento de distinção a proximidade com a ideologia de mercado: a) redes sistêmicas, subordinadas ao mercado, geralmente com maiores recursos operacionais; b) redes de resistência, que resistem justamente à "integração sistêmica, aos processos de monetarização e administrabilidade", voltadas à promoção de direitos, da justiça e solidariedade; e c) redes antissistêmicas, que se apresentam em disfunção ao sistema ou por caráter delinquente ou revolucionário. Essas três modalidades indicam três direções político-ideológicas e tem como ingrediente fundamental a interatividade que as redes sociais possibilitam, o que se sintoniza ao mesmo tempo com a intersubjetividade humana e com a dimensão sociocultural (IULIANELLI, 2010).

pautas e espaços de incidência, mas socializar e fortalecer as agendas assumidas por esses grupos.

2.2.1.1 A articulação de redes regionais

Financiado pela CESE por meio do Programa de Apoio Estratégico (PAE)[69] para o período de 2007-2010, o projeto foi dinamizado por meio da realização de jornadas de juventude, antecedidas por contatos, reuniões e encontros nas regiões. As jornadas regionais visavam mobilizar jovens em torno das pautas dos direitos juvenis, trazendo para debate temas relativos às violações sofridas por esses grupos específicos a partir de suas realidades locais. O debate viabilizou a consulta acerca da Rede com a indicação de coordenações locais para a continuação do diálogo e articulações. A mobilização convergia para a realização de uma jornada em nível nacional e latino-americano, que efetivamente aconteceu em 2010. Os canais de comunicação digital deram um contributo ímpar para a organização, capilarização e fortalecimento da Rede criada (REJU, 2007).

A estrutura organizacional assumida para efetivar o projeto era compreendida pelo: a) facilitador nacional, pessoa designada pelo Fórum com a tarefa de acompanhar e articular as representações regionais; b) os facilitadores regionais, representantes das regiões conforme estas foram sendo mobilizadas, mediando as ações locais e apoiados por uma equipe de coordenação; e c) Grupo de Trabalho Interdisciplinar (GTI), composto por pessoas ligadas ao Fórum e designadas por ele, com a função de assessoramento pedagógico e metodológico (*Ibidem*).

O surgimento das REJUs nas regionais teve uma dinâmica similar. O GTI mobilizou e organizou as jornadas e a partir delas articulou-se as representações de coordenação e facilitação regional. Neste processo, é importante ressaltar as especificidades das realidades locais, o que influenciou no modo como cada região refletiu e organizou sua ação.

Entre os anos de 2007 e 2010 foram construídas as representações das cinco regiões do país, algumas efetivadas já no primeiro ano, outras requerendo um pouco mais de tempo. Por ordem cronológica, foram assim organizadas:

---

[69] O PAE consiste em um programa da linha I da CESE, voltado para serviço de projetos, que visa incentivar "ações sociais inovadoras, articuladas em rede, para intervenção em políticas públicas e produção de conhecimento" (OLIVEIRA, 2006. p. 100). O apoio à REJU (Projeto 15180 PAE/Cese) contemplava o triênio 2008-2010 (KOINONIA, 2009a).

a) REJU Sudeste (REJU SE): surge a partir da I Jornada da Juventude Ecumênica realizada no Rio de Janeiro, em dezembro de 2007. Foi organizada por KOINONIA, Comissão Pastoral da Terra (CPT), Programa de Formação e Educação Comunitária (PROFEC), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e Igreja Presbiteriana Unida do Brasil (IPU), juntamente com uma comissão de jovens. Contou com a participação de jovens quilombolas, ligados a igrejas, movimentos sociais, religiões e representantes de ONGs (KOINONIA, 2007a). A II Jornada regional aconteceu em novembro do ano seguinte, reunindo juventudes das igrejas e organizações[70] de Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo e Bahia. No período entre as jornadas, a continuidade da mobilização se deu através de reuniões e encontros entre a facilitação nacional, membros do GTI e a coordenação local. Além de possibilitarem formação sobre questões referentes à realidade juvenil e à caminhada ecumênica, esses momentos deliberaram sobre as ênfases a serem dadas na ação regional, a escolha do facilitador e a preparação de eventos futuros (KOINONIA, 2008d).
b) REJU Nordeste (REJU NE): surge com a I Jornada da Juventude Ecumênica em Salvador/BA, em dezembro de 2007, da qual participaram jovens pertencentes a sindicatos, terreiros de candomblé e igrejas, provenientes dos estados de Alagoas, Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Norte. Juntamente com o debate acerca das violações dos direitos juvenis e as possibilidades de superá-las, escolheu-se na jornada a facilitação regional. A II Jornada aconteceu no ano seguinte em Igarassú/PE, reunindo jovens candomblecistas, luteranos, assembleianos, metodistas, presbiterianos, além dos organismos ecumênicos[71]. Da mesma forma que na regional sudeste, no período entre jornadas aconteceram encontros entre a coordenação regional, a facilitação nacional e representantes do GTI (*Ibidem)*.
c) REJU Sul: os primeiros passos se deram na I Jornada Ecumênica Sul, realizada em Joinville/SC em novembro de 2008, que teve como tema "Diversidade e Convivência: sonho ecumênico" e reuniu representantes da região sul e de países do Mercosul. O

---

[70] Debatendo sobre o tema "Educação, ecumenismo e direitos juvenis", a segunda jornada reuniu jovens Presbiterianos Independentes e Unidos, Assembleianos, Batistas, Candomblecistas, Católicos Brasileiros e Romanos. Das organizações ecumênicas e sociais, houve representação do PROFEC, KOINONIA, Quilombolas, MST/RJ, CPT/RJ, PJ/RJ e PJ/BH, Fetag/RJ, Juventude do PT, Fórum da Juventude/RJ e CEBI/RJ (REJU, 2015b).

[71] Com o tema "Juventude Ecumênica: políticas públicas, desafios do ecumenismo e direitos", a II Jornada reuniu jovens atendidos por KOINONIA (Comunidades de Terreiros de Candomblé), CESE, CEBI e Diakonia, bem como jovens vinculados sindicatos rurais e cooperativas (KOINONIA, 2007b).

evento foi organizado pelas expressões do Movimento Ecumênico da região Sul, composto por uma expressiva representação de igrejas cristãs. Nele foi criada a regional, sendo eleita uma equipe de coordenação para o ano seguinte, composta por jovens dos três estados da região sul (REJU-Rio, 2011). No Sul, o Centro Ecumênico de Evangelização, Capacitação e Assessoria (CECA) ofereceu uma contribuição relevante no surgimento e acompanhamento da Rede, como também para outras iniciativas na interface juventude e ecumenismo.

d) REJU Centro-Oeste (REJU CO): foi oficializada a partir da I Jornada Ecumênica do Cerrado (I JECO), realizada na cidade de Hidrolândia/GO em outubro de 2009, sendo que os diálogos para sua preparação já estavam sendo feitos desde o ano anterior. Tendo como tema "Diálogos de Direitos", contou com a participação de jovens e adultos cristãos, membros de outras religiões e movimentos sociais[72]. Na jornada foram confirmadas a coordenação e a facilitação regional. Um momento expressivo desta jornada foi a leitura pela primeira vez da *"Carta Contra Toda a Violência à Juventude do Brasil*"[73], fruto de uma construção coletiva dos grupos de jovens sintonizados com a Rede a partir de uma ação nacional.
e) REJU Norte (REJU NO): embora tenha havido tentativas anteriores, se efetivou na IV Jornada Ecumênica em novembro de 2010, em Itaici/SP, com participação de representantes da região. Contando com o apoio das igrejas e da UNIPOP, a primeira reunião de organização aconteceu em janeiro de 2011, na qual foram elencadas as estratégias de ação e comissões locais (REJU, 2011d)[74].

2.2.2 Iniciativas e espaços de incidência

Além de criar um corpo articulado de contatos e referências nas regionais, as jornadas, encontros, reuniões fomentaram iniciativas concretas. As linhas de ação assumidas pela REJU visavam: a) fomentar o fortalecimento político das ações das juventudes; b) ser apoio e intercâmbio para a garantia de direitos das juventudes; c) estimular a capacitação e articulação

---

[72] A 1ª JECO foi organizada pelo Grupo de Vivência Ecumênica de Goiânia, Casa da Juventude, CEBI – DF e GO, Centro Cultural Cara Vídeo, Curso de Verão, a CRB e a Fundação Aroeira (DIOCESE ANGLICANA DE BRASÍLIA, 2009).
[73] Cf. Anexo 2.
[74] Em janeiro de 2011 em Belém/PA, reuniram-se representantes da IEAB, IECLB, ICAR, IPI, PJ e UNIPOP para a construção de estratégias voltadas para as áreas de formação, comunicação e mobilização, passando estas a serem incluídas nas agendas das igrejas e organizações (REJU, 2011d).

das juventudes para que ocupem espaços de protagonismo em meio à institucionalidade governamental e não-governamental; d) ser um organismo de debate e reflexão sobre a violação e superação dos direitos das juventudes (REJU, 2009d).

O primeiro projeto que teve uma abrangência nacional foram os chamados *Cinejuventudes*, realizados em quinze cidades de quatro regiões brasileiras, envolvendo cerca de trezentos jovens mobilizados pela REJU, desde pequenos grupos locais de adolescentes até expressões no espaço acadêmico (FE Brasil, 2010). Utilizando a metodologia de cine clubes, a ação dialogou com os grupos juvenis destas localidades, buscando reconhecer as situações de violência a que estavam expostos e, ao mesmo tempo, identificar as práticas assumidas por estes jovens para sua superação. A síntese deste processo se encontra expressa na *"Carta Contra Toda a Violência à Juventude do Brasil*" já citada. Ela leva em conta a realidade brasileira, o compromisso das comunidades religiosas com a paz e a justiça, e a necessidade da superação das desigualdades socioeconômicas e das intolerâncias como caminhos para a superação da violência[75].

No âmbito da incidência pública, destaca-se a aproximação e inserção em espaços institucionais voltados para a promoção de PPJs, particularmente a candidatura e eleição em dezembro de 2009 para o CONJUVE referente ao biênio 2010-2011, dividindo a cadeira com a Rede FALE[76]. A candidatura é antecedida pela aproximação e participação como observadora nas reuniões do Conselho a partir da REJU/CO. A Rede também organizou conferências livres e participou da Conferência Nacional de Comunicação, em novembro de 2009, contribuiu nas mobilizações do Plebiscito Nacional pelo Limite da Propriedade de Terra[77] e na assinatura do Pacto pela Juventude[78], em 2010 (REJU, 2012l). Atuou junto a

---

[75] Percebe-se na carta um duplo enfoque: de forma propositiva, se estabelece iniciativas a serem assumidas a partir da REJU, ao mesmo tempo em que denunciam as situações de violência que vitima principalmente a juventude brasileira. Estas propostas abrangiam um amplo conjunto de iniciativas (pedagógicas, culturais, na superação da intolerância, políticas de geração e renda, solução de problemas de infraestrutura, ações específicas na área de segurança pública, ações específicas de PPJs), a serem desenvolvidas a partir das vivências religiosas, da educação popular, da mobilização e parceria com organismos ecumênicos, da incidência pública nos espaços institucionais. Considerando a efetiva incidência pública que apresentam, a REJU convoca as autoridades públicas ao reconhecimento e apoio de suas propostas (REJU, 2009a).

[76] No primeiro ano (2010) a titularidade ficou com a REJU e no ano seguinte com a Rede FALE, ambas candidatas na categoria fóruns e redes (KOINONIA, 2009h).

[77] O plebiscito foi organizado pelo Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo (FNRA), visando pressionar o governo para que a Constituição Federal limite as propriedades rurais, bem com acelere as questões referentes à reforma agrária. A intenção também era provocar para um plebiscito oficial sobre estes temas. O FNRA é constituído por cerca de 50 entidades, movimentos e coletivos sociais e religiosos (CPT, 2010).

[78] Criado em 2008, o Pacto pela Juventude é uma proposição do CONJUVE aos candidatos aos governos municipais, estaduais e federal, que visa comprometê-los em seus planos de governo e plataformas eleitorais com as PPJs (PORTAL DA JUVENTUDE, 2014).

fóruns de agroecologia e economia solidária. Entre as parcerias estabelecidas vale destacar o diálogo e cooperação com a Pastoral da Juventude (PJ) em razão da Campanha Nacional Contra a Violência e Extermínio de Jovens, fomentada pela PJ em 2008 e com a qual a REJU teve uma colaboração efetiva.

2.2.2.1 A REJU no Movimento Ecumênico

Sendo a referência institucional para a REJU, o FEACT Brasil efetuou um acompanhamento permanente das articulações da Rede, seja por meio do facilitador nacional e da equipe interdisciplinar, seja através de projetos comuns e no processo avaliativo realizado nas reuniões anuais do Fórum. Nesta instância também é pensada sua sustentabilidade política e financeira. Os organismos do FEACT reconhecem que a REJU constitui uma novidade da práxis ecumênica no cenário nacional e numa perspectiva inter-religiosa, colocando os jovens como sujeitos imediatos deste diálogo. Embora haja aproximação e atuação conjunta com igrejas ou grupos ligados a estas, também é perceptível que o ecumenismo assumido pela Rede não se configura em um enquadramento institucional. Nota-se que há pouco conhecimento e dificuldade da parte das igrejas em assumirem a REJU, de modo que a capilaridade desta permanece, ainda hoje, como um desafio (FE Brasil, 2010)[79].

Contudo, a atuação da Rede junto às igrejas e conselhos de igrejas também se fez notar. Cabe o destaque à contribuição dada pela REJU em 2009 na elaboração do Caderno Jovem da Campanha da Fraternidade Ecumênica de 2010, a partir de um convite feito pelo CONIC, bem como a participação em cursos de capacitação de lideranças de igrejas e entidades sobre a mesma (KOINONIA, 2010). Cita-se, igualmente, a participação e envolvimento na Semana de Oração pela Unidade dos Cristãos (SOUC), Grito dos Excluídos, caminhadas, cursos e mutirões ecumênicos, ações culturais e projetos de organismos parceiros.

---

[79] De início, se vislumbrava uma incidência mais voltada para as igrejas e organizações ligadas ao Fórum, tendo em vista que eram os espaços onde estes jovens estavam engajados. Contudo, o processo vai levar a uma convergência à atuação mais expressiva junto às PPJs (CESE, 2013. p. 191). Ver também: FE Brasil. *Relatório da reunião anual*. 17 a 20 de agosto de 2010.

2.2.2.2 O reconhecimento da REJU como voz das Juventudes Ecumênicas

A consolidação da Rede é a soma das iniciativas do Fórum, mas especialmente da resposta e envolvimento das juventudes no projeto. A REJU oportunizou um espaço para identificar, dar visibilidade e discutir as situações de violência, injustiça, intolerância e outras violações de direitos vividas pelos jovens. É importante salientar que essa leitura de mundo não se dá em perspectiva meramente sociopolítica, mas sintonizada com um projeto de sociedade, de *oikoumene* fundamentado na fé. Além disso, possibilitou visualizar e efetivar ações visando a transformação destas situações a partir das realidades locais.

Entretanto, não se tratou de um processo homogêneo. Os limites se fizeram sentir, por exemplo, no funcionamento das facilitações e coordenações regionais, particularmente por conta das contínuas mudanças das representações e pelos limites da comunicação. Os encontros e reuniões entre facilitadores e lideranças buscaram imprimir sintonias neste percurso, bem como contribuir na formação ecumênica e sociopolítica dos jovens. Entre estes encontros, vale destacar o Curso de Capacitação de Lideranças da REJU, em julho de 2009 na sede do PROFEC, no Rio de Janeiro. Juntamente com a formação versando sobre juventude, espiritualidade ecumênica, ação em rede, gênero, conjugada com vivências celebrativas, o encontro articulou encaminhamentos para ações nacionais e regionais (REJU, 2009b).

Em relação ao envolvimento público, por mais que tenha representado uma conquista ímpar, a atuação no CONJUVE e em outros Conselhos de Juventude apresentou desafios, especialmente por conta dos recortes e disputas partidárias internas, e das tensões com grupos cujas concepções acerca do universo religioso se baseavam em estereótipos que não favoreciam o diálogo. Neste contexto de aprendizado e conquista de espaço, a REJU foi desafiada a manter sua independência e emitir posicionamentos que contribuíssem "para uma mudança de visão sobre a juventude ecumênica", o que foi se dando aos poucos (CESE, 2013. p. 191).

Os anos de 2010-2011 representam um período de transição para a Rede. De um lado, em razão da conclusão temporal do projeto, de outro pela intenção dos jovens de darem continuidade à iniciativa, assumindo o protagonismo em seus processos de articulação e ação por meio de pautas próprias, fortalecendo e expandindo as parcerias tanto no meio ecumênico

quanto junto à sociedade civil. A IV Jornada Ecumênica[80] realizada em Itaici/SP em novembro de 2010, que também foi pensada como ponto de convergência das jornadas regionais, representa um marco para a REJU no sentido de fazer ecoar tanto a caminhada construída até então, quanto as perspectivas que se acenavam para o futuro. Articuladas pela Rede, as juventudes da IV Jornada manifestaram suas vozes na chamada "*Carta de Itaici"*[81], com palavras carregadas de mística e de compromisso. Os muitos rostos juvenis jornadeiros são festejados como novidade e fortalecimento do centenário Movimento Ecumênico:

> Somos pro-vocadas (os), com o pensamento crítico e a ousadia próprias das juventudes, a continuar afirmando a utopia de uma casa habitável para todas as pessoas. Assumimos que a justiça permanece no coração de nossa fé e a diversidade de espiritualidades é o vento que nos movimenta em seus (a) braços. As nossas marcas, os nossos rostos, nossas vozes e lutas evidenciam que a prática ecumênica de nossas juventudes acontece na pluralidade de nossos corpos, de nossos encontros e de nossa fé. Nossa realidade exige críticas e práticas contrárias às relações econômicas excludentes, que sacrificam nos altares do consumo os corpos empobrecidos e vitimizam as juventudes.
> [...] afirmamos a esperança de um novo tempo para todas as pessoas e para toda a terra habitável em dignidade e justiça, a partir do texto de Joel 2. 28-29: "Eu derramarei o meu Espírito sobre toda carne: e os vossos filhos e as vossas filhas profetizarão; os vossos velhos sonharão; e os vossos jovens terão visões..." (Carta de Itaici, 2010).

Juntamente com os compromissos comuns da Jornada, a REJU estabeleceu outros quatro que foram dinamizados em sua atuação nacional em 2011: a) a realização de uma campanha contra o extermínio da juventude tendo como agentes do processo os jovens ligados à Rede; b) promoção de uma campanha de combate à intolerância religiosa; c) acompanhamento e fiscalização das PPJs junto ao governo federal; d) articulação de conferências livres de juventudes nos espaços ecumênicos em vista da realização da II Conferência Nacional de Juventude (*Ibidem)*. Assumidos com empenho pelos jovens, esses compromissos sinalizaram um horizonte pontual para a atuação da Rede diante das reconfigurações que se vislumbravam para o projeto.

2.3 PROTAGONISMO EM CONSTRUÇÃO

---

[80] A IV Jornada foi organizada pelo FEACT e FE Sul, reuniu mais de trezentas pessoas pertencentes a diversas igrejas e religiões, movimentos e organizações sociais, populações tradicionais, vindos de diferentes regiões do Brasil e da América do Sul, tendo como tema "Ecumenismo, Economia e Vida". Os compromissos assumidos a partir da jornada estão sintetizados na chamada "Carta de Abraços". Além de serem maioria, as juventudes foram a temática transversal de toda jornada (PAD, 2010).

[81] Cf. Anexo 3.

As mobilizações, vivências e parcerias estabelecidas durante o triênio como projeto possibilitaram à REJU ser uma presença de crescente relevância no meio ecumênico como também nos espaços de incidência pública. De ora em diante, a dissertação se conjuga em dois tempos verbais – passado e presente. Ao mesmo tempo em que se rememora a caminhada da Rede nestes últimos cinco anos, abordando momentos significativos, vai se dando a conhecer sua conjuntura atual. Como feito anteriormente, os focos estabelecidos compreendem a incidência pública, especialmente junto às PPJs, e as contribuições no interior do ME, considerando a dialética existente entre estes dois âmbitos.

2.3.1 Continuidades e reconfigurações

A REJU saiu da IV Jornada (Itaici, 2010) com proposições definidas tanto em relação à cooperação com as pautas ecumênicas e juvenis já existentes ou previstas, como também sentindo a necessidade de assumir causas que lhe fossem próprias, que a caracterizasse como juventude ecumênica e que dialogasse com a realidade dos jovens rejuzeiros das cinco regiões do Brasil do meio urbano, rural, estudantil, cristão, inter-religioso. O reconhecimento ao Fórum que gestou e gerou a Rede se apresentou também pelo desejo dos jovens de assumir um protagonismo crescente nos processos internos e nas intervenções políticas, sociais e ecumênicas. Isso comportou diálogos e debates, reconfigurações, discernimentos entre coordenações, facilitadores e grupo interdisciplinar. O III Encontro Nacional de Facilitadores[82], realizado no Rio de Janeiro em fevereiro de 2011 teve importância significativa nesta tarefa de "rediscutir a missão, objetivos e composição da Reju" [*sic*], atuante até então em nove estados brasileiros (KOINONIA, 2011).

Uma das reconfigurações, fruto do diálogo entre facilitadores e o FEACT foi a mudança da facilitação nacional, que passou a ser assumida por um jovem pertencente à Rede (REJU - Sul, 2011)[83]. As articulações regionais também foram se redesenhando, assumindo aos poucos uma representação focalizada nos estados e não mais nas regiões, tendo em vista a necessidade de se considerar as particularidades locais[84]. A atuação junto a outros espaços

---

[82] O primeiro encontro de Facilitadores havia sido realizado no Rio de Janeiro, em maio de 2009, e o segundo em julho de 2010, em Brasília.

[83] No âmbito do Fórum também é pensada a sustentação política e econômica, que passa a ser assumida por organismos membros com algumas diferenças do que foi o projeto do PAE. O FEACT é, também, o braço jurídico da REJU em projetos e declarações que exijam comprovação legal.

[84] Um diferencial se aplica à REJU Sul que desde o começo teve uma articulação mais em âmbito regional, especialmente entre Rio Grande do Sul e Paraná. Mesmo com diálogos e tentativas anteriores, a criação da REJU Santa Catarina só foi efetivada em 2015, no VIII Sulão - Mutirão Ecumênico (REJU, 2015i).

juvenis, especialmente o CONJUVE, cujas ações possuem uma estrutura sistemática e orgânica, contribuiu para que a REJU fosse delineando sua organicidade em eixos de atuação e comissões de trabalho, sendo estes voltados para quatro âmbitos: a) comissão de acompanhamento de PPJs e projetos; b) comissão de convênios, parcerias e sustentabilidade; c) comissão de mobilização, capacitação e campanha; e d) comunicação (REJU, 2011c).

Percebe-se, assim, um protagonismo que não está ligado unicamente às atividades e ações que propõe, mas na construção da própria organização. Três espaços de articulação e decisão passam a ser identificados neste processo, tendo as TICs (Tecnologias de informação e Comunicação) como grandes aliadas, e numa lógica de organicidade que concebe "um movimento que nasce do local e particular e se constrói numa experiência nacional" (REJU, 2014d. p. 1):

a) As redes regionais organizadas por estados têm como referência de articulação o facilitador regional, sendo este um jovem escolhido pelo grupo por um processo de diálogo e consenso. Cada regional se constrói de maneira autônoma quanto aos processos e em relação às vivências ecumênicas.

b) O diálogo entre os facilitadores regionais que se dá de maneira presencial e virtual por meio de reuniões periódicas, colocam em pauta os rumos da Rede e a construção de projetos nacionais, nos quais o facilitador nacional atua como mediador.

c) Os Encontros Nacionais anuais, realizados desde 2011, assumem a tarefa de avaliar e sistematizar os eixos de atuação para cada biênio. Dele participam não somente os facilitadores, mas outros jovens rejuzeiros, bem como assessorias e organizações parceiras. Os encontros são também momentos fortes de convivência, mística e celebração da diversidade que a Rede congrega (Carta de Salvador, 2013)[85].

2.3.2 A Campanha Nacional Contra a Intolerância Religiosa

Compromisso assumido na Carta de Itaici, a *Campanha Nacional contra a Intolerância Religiosa* se apresenta como uma das principais mobilizações realizadas pela REJU em âmbito nacional. Com início em 2011 e tendo como referência a data de 21 de janeiro, nacionalmente declarado como Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa[86], a

---

[85] Cf. Anexo 6.

[86] Lei nº 11.635, de 27 de dezembro de 2007. A comemoração da data remonta o caso de Mãe Gilda, candomblecista, no final da década de 90, vítima de intolerância religiosa por uma igreja pentecostal, o que acabou levando-a a óbito pouco tempo depois (REGO, 2008). O ato de intolerância motivou a moção de um

Campanha é "uma intervenção que procura desenvolver espaços de reflexão, parcerias e ações para uma convivência ecumênica e a superação da intolerância religiosa, no horizonte mais amplo da promoção de direitos" (SOUZA, 2011. p. 4). Procura incidir junto às políticas do Estado relativas à liberdade religiosa, denunciando as situações de intolerâncias existentes e crescentes no país, especialmente em relação às religiões de matriz afro. Também busca fomentar, a partir de dentro das tradições religiosas, a reflexão acerca das estruturas que legitimam e perpetuam a intolerância. Considera que "o combate à intolerância começa com a mudança de comportamento individual e coletivo dos seres humanos que convivem dentro da mesma comunidade", o que predispõe ao reconhecimento e aceitação da diferença (REJU, 2016b).

Fruto desta reflexão foi a publicação neste mesmo ano e em parceria o CEBI de um caderno de estudos bíblicos, intitulado *"O Espírito sopra onde quer...",* cujos roteiros foram elaborados por jovens de diferentes confissões cristãs. O subsídio apresenta uma releitura juvenil de passagens bíblicas voltado à capacitação de outros jovens. Traz a indagação sobre o modo como os textos sagrados têm sido abordados: como "leituras que favorecem as diversas maneiras de intolerância" ou como fermento para "caminhadas de novidade e liberdade" (*Ibidem):*

> A juventude ecumênica possui esta convicção, ela reconhece a pluralidade religiosa de nossa sociedade, a importância da vivência e do diálogo com as diferenças, além de reconhecer a necessidade dessa vivência para a busca pela justiça social, econômica, cultural e ambiental. A Campanha Nacional Contra a Intolerância Religiosa [...] converge neste sentido: é a juventude rejeitando toda forma de desrespeito e injustiça e se unindo na luta pela construção de novas realidades onde possa haver vida digna a todos, é a expressão do amor verdadeiro daqueles corações que encontram no outro humano o real sentido do divino (CATALANI In: SOUZA. 2013. p. 26).

Em 2013, a Campanha ganha uma mobilização simbólica através da expressão *"Eu visto branco pelo fim da intolerância religiosa"*[87], contando com o apoio e participação de outras organizações ecumênicas e grupos juvenis. Amplamente dinamizada pelo meio virtual, esse *slogan* tem conquistado adesão tanto no meio ecumênico, como político e cultural.

---

processo contra a referida igreja e contou com o apoio jurídico de KOINONIA por meio do programa Egbé Territórios Negros. A mobilização em torno do caso contribuiu para trazer em pauta a problemática da intolerância religiosa no Brasil (KOINONIA, 2008j). Criado em 2010, KOINONIA administra o Dossiê Intolerância Religiosa, que "reúne conhecimento e informação sobre o tema, visando contribuir para a produção de saberes sobre o problema da intolerância religiosa e a qualificação do debate público sobre a questão" (KOINONIA, 2016).

[87] A cor branca remete às religiões afro-brasileiras e foi assumida em referência a duas narrativas. A primeira delas rememora a convivência entre candomblecistas e muçulmanos no século XIX, na Bahia, na qual o branco era símbolo desta integração; a outra narrativa remete ao mito das águas de Oxalá (REJU, 2015a).

Desde o início, a luta contra a intolerância tem motivado a realização de inúmeras atividades nas regionais e em nível nacional, voltadas à formação, incidência pública e comunicação entre juventudes, grupos religiosos, organizações e movimentos da sociedade civil, marchas, rodas de conversa, atos de solidariedade, celebrações inter-religiosas, intervenções urbanas e produção de materiais (REJU, 2015a). A REJU entende que o caminho para a superação das intolerâncias passa pela: a) aproximação e visibilidade das diferenças por meio da promoção de espaços e encontros de convivência e de incidência política; b) busca da criminalização das diversas formas de intolerância, como a homofobia; c) criação de ações educativas para a capacitação sobre essas temáticas, especialmente junto às juventudes (REJU, 2012i).

O combate à intolerância tanto religiosa quanto de outras naturezas (étnicas, geracionais, religiosas, de gênero, orientação sexual) tem se tornado um elemento transversal da reflexão e atuação da Rede em seus diferentes espaços de incidência, provocando e sustentando outros debates como, por exemplo, sobre a laicidade do Estado. Estes elementos estão condensados em um de seus eixos para o biênio 2015-2016, identificado como "Juventudes, Estado Laico e Superação de Intolerâncias":

> Para a rede, a laicidade do Estado é garantia necessária para a afirmação da diversidade e valorização das religiões no cenário brasileiro, especialmente em relação às minorias religiosas que sofrem a influência de grupos mais numerosos e influentes. Entende a liberdade religiosa como direito humano, reconhecendo que compete à liberdade e autonomia de cada pessoa a opção por balizar a vida a partir das próprias crenças, sem querer exigir o mesmo das outras pessoas. O Estado laico, diferenciado de um estado ateu, é ponte para os demais direitos (COLET; ANDRADE, 2015. p. 6).

Em 2014, a pauta foi fortalecida politicamente com o ingresso de um membro da Rede no Comitê Nacional de Respeito à Diversidade Religiosa[88]. Estes posicionamentos se apresentam como um contraponto diante dos discursos e posturas fundamentalistas assumidos por grupos religiosos, especialmente no espaço público do país (*Ibidem.* p. 7). As intolerâncias, juntamente com as injustiças, ferem a "Casa Comum" e são sustentadas pelo

---

[88] O Comitê Nacional de Respeito à Diversidade Religiosa é um grupo criado em 2014, ligado à Secretaria de Direitos Humanos - atual Ministério das Mulheres, Desigualdades Raciais e Direitos Humanos – que visa promover o reconhecimento da diversidade religiosa Brasil, defendendo a liberdade de crença e convicção (PORTAL BRASIL, 2014). O Comitê não visa a representatividade religiosa, mas busca atuar na defesa do conceito amplo da laicidade do Estado por meio de ações e políticas de enfrentamento da intolerância. Reconhecendo a importância de inserir-se neste debate, a REJU através de sua facilitação nacional candidatou-se e foi eleita, assumindo uma das vagas destinadas à sociedade civil para o mandato de 2014-2016 (REJU, 2014a).

patriarcado, pelo racismo e pelo capitalismo. Frente a esta constatação, identifica-se a ambiguidade presente nas experiências religiosas, "que podem tanto legitimar estas intolerâncias e injustiças" como também "trazer caminhos para a promoção de direitos e a construção de outros modos de viver, guiando-se a partir das distintas espiritualidades [...]" (Carta de Salvador, 2013).

2.3.3 O Fortalecimento da Incidência Pública

Os passos dados nos últimos anos permitem observar a ampliação da visibilidade e do reconhecimento da REJU em sua atuação pública. Percebe-se que, não sem desafios e resistências, a Rede foi imprimindo sua identidade como voz da juventude ecumênica no cenário público por meio de posturas de diálogo, abertura a parcerias e cooperações com diferentes organismos, sem, contudo, prender-se às amarras ideológicas entranhadas na gestão pública. Isso lhe permitiu e permite exercer um importante papel de mediação nos diálogos institucionais. Seu diferencial reside no fato de que

> [...] não pode ser incorporada como sendo parcela exclusiva de partidos políticos, agremiações esportivas, de classes sociais, ou qualquer outra forma de apadrinhamento conceitual de juventude. Trata-se de uma juventude que é oriunda da sociedade civil, como um todo, sem preconceitos, que pensa por si própria e ensina as outras a pensar e a descobrir-se como jovens sujeitos de direitos, que a partir de distintos espaços e vivências de espiritualidade, fazem incidir sobre todas as juventudes [...] para que ocupem os seus espaços de protagonismo (SCHERER, 2014. p. 95).

Um dos espaços que exemplifica esta contribuição são os Conselhos de Juventude, particularmente o CONJUVE[89], do qual a Rede é membro desde 2010. Nele assumiu funções de relevo, inclusive chegando à presidência deste em 2015. A atuação em conselhos também tem se dado nas esferas estaduais e municipais, seja como membros efetivos ou no acompanhamento de seus processos de articulação[90].

---

[89] Para os biênios 2012-2013 e 2014-2016, a REJU assume como titular de uma das vagas destinadas a fóruns e redes. No primeiro deles, contribui na coordenação da Comissão de Comunicação, o que lhe garante participação na Mesa Diretora do CONJUVE. No mandato seguinte, ocupa as funções de vice-presidência (2014) e presidência (2015). Neste período, tem somado em discussões, campanhas e eventos relevantes como a campanha pela aprovação do Estatuto da Juventude, mobilização Contra a Redução da Maioridade Penal, coordenação do Seminário pela democratização dos meios de comunicação, juntamente com as demais atribuições referentes à função assumida (REJU, 2014e. p. 20).

[90] Até 2014, a REJU integrava os Conselhos Municipais de Juventude de João Pessoa/PB, São Paulo/SP, Campina Grande/PB e Aracruz/ES, como também o Conselho Estadual de Juventude de Alagoas (REJU, 2014e. p. 19).

Da mesma forma, os processos de Conferências Nacionais de Juventude, através do debate interno junto aos segmentos juvenis das igrejas, movimentos e outros coletivos, ou pelo envolvimento nas instâncias oficias do evento, têm sido amplamente dinamizados[91]. Além da inserção de delegados ou observadores nas modalidades governamentais da Conferência, a realização de conferências livres em âmbito regional e nacional, debatendo temas direcionados à realidade da juventude ecumênica e de seus espaços de pertença, possibilitou à Rede orientar seus eixos de atuação, bem como levar à pauta nacional as propostas específicas deste segmento juvenil (REJU, 2014d, p. 8-11)[92]. A atuação junto a estes espaços permitiu a ampliação das parcerias, possibilitando o diálogo e a cooperação com outros coletivos juvenis e de perfis diferenciados[93] (*Ibidem).*

Enquanto expressão pública, a presença ativa da REJU tem acompanhado os acontecimentos da realidade sociopolítica do país por meio das mobilizações de movimentos sociais e coletivos, participando em marchas, caminhadas, jornadas e outros eventos realizados por estes. É importante citar a presença da Rede junto à Jornada de Lutas da Juventude Brasileira, uma mobilização que envolveu em 2013 organizações e movimentos na busca da ampliação e garantia de direitos (REJU, 2014d. p. 16)[94].

A atuação junto às PPJs não esgota a ação da Rede, mas está associada a outras iniciativas voltadas para os direitos humanos, especialmente aquelas relacionadas à

---

[91] As Conferências Nacionais de Juventude são canais institucionais de participação direta e diálogo entre os segmentos juvenis e as esferas governamentais, oportunizando aos jovens apresentar suas respectivas demandas e contribuindo na condução da Política Nacional de Juventude. Os anos de 2008, 2011 e 2015 marcam a realização destas conferências no país, precedidas por suas instâncias municipais e estaduais, as quais elegem delegados para a etapa nacional. O debate se dá em torno de eixos pré-definidos que versam sobre os direitos juvenis. Sem ligação direta com a esfera governamental, mas podendo ser propositiva à edição nacional, oportuniza-se a realização de conferências livres ou territoriais. Um diferencial da terceira edição foi a realização de uma etapa digital (BRASIL, 2015).

[92] O Encontro Nacional de 2011, por exemplo, realizado em Brasília dias antes da II Conferência Nacional de Juventude, articulou as mobilizações feitas nas regionais nos meses anteriores e as sistematizou em eixos de atuação para a Rede em 2012 a partir dos eixos da própria Conferência. Para cada um dos quatro eixos (1. Direito ao Desenvolvimento Integral, 2. Direito ao Território, 3. Direito à experimentação e qualidade de vida; 4. Direito à Diversidade e Vida Segura), a Rede estabeleceu desafios e propostas que, além de incidirem politicamente no evento nacional, orientaram sua ação no biênio seguinte (REJU, 2011g).

[93] No meio religioso, a Rede FALE foi quem mediou a aproximação com o CONJUVE. Em relação à PJ, além da atuação conjunta nas bases desde os tempos da Campanha de 2008 e da parceria no Conselho, a interação REJU-Pastoral envolve os membros das duas organizações, visto que muitos pejoteiros também atuam como REJU. Entre os outros movimentos juvenis destacam-se o Levante Popular da Juventude, Marcha Mundial das Mulheres (MMM), União Nacional dos Estudantes (UNE), MST, Rede Nacional de Religiões Afro-brasileiras e Saúde (RENAFRO); Rede de Juventude pelo Meio Ambiente e Sustentabilidade (REJUMA), coletivos LGBT, entre outros.

[94] A Jornada de Lutas aconteceu em 17 estados da federação, encerrando com um diálogo com a presidência da República. Entre as pautas debatidas nas jornadas estavam o combate ao extermínio da juventude e violência contra a juventude negra, destinação de fundos para a educação, reforma agrária, condições trabalhistas da juventude e democratização dos meios de comunicação (REJU, 2014d. p. 16).

diversidade religiosa e laicidade do Estado (SCHERER, 2014. p. 83), frente às quais tem buscado emitir posicionamento, acompanhar e mobilizar pessoas e organismos. Diante de situações relevantes e nas quais estejam implicadas temáticas convergentes ou sintonizadas com suas pautas, a REJU posiciona-se publicamente, algumas vezes a partir de si, outras assinando conjuntamente com organismos ecumênicos ou da sociedade civil. Facilitados pelas redes sociais, esses pronunciamentos são dialogados e construídos coletivamente de forma presencial ou virtual, e viralizados pelos diversos canais de comunicação da Rede e de organizações parceiras. Sob a forma de notas de repúdio ou denúncia, saudações, cartas abertas, os pronunciamentos, em geral, procuram fazer a releitura da situação numa interface juvenil, trazendo à tona as questões de fundo, ao mesmo tempo em que apresentam um teor propositivo (REJU, 2014e. p. 9). Estas comunicações explicitam de um modo mais sistemático os fundamentos da identidade e atuação da REJU, onde a presença do elemento religioso é percebida na transversalidade do conteúdo[95].

2.3.4 REJU e Movimento Ecumênico

A incidência pública da Rede não é externa ou alheia à sua ecumenicidade, nem mesmo assumida de modo desarticulado dos demais organismos ecumênicos. É o que se pode depreender de entrevista concedida à CESE pelo representante da REJU na presidência do CONJUVE, na qual ele avalia o contributo da presença pública como organização ecumênica:

> Sei e reconheço o lugar de onde venho e onde me construo: no ecumenismo. A tarefa que assumi, em sinal de muita unidade do CONJUVE, é também uma tarefa conjunta, da REJU e do movimento ecumênico. É, portanto, um sinal de confiança e de reconhecimento do ecumenismo, uma *(sic)* movimento guiado por um projeto: a construção de uma casa comum realmente justa e habitável para todas as pessoas. Por isto, avalio que este lugar que ocupo também precisa ser compreendido como um espaço de fortalecimento e de incidência das organizações ecumênicas, um

[95] Entre os pronunciamentos emitidos (em nome próprio ou com outros organismos), pode-se citar: Carta-denúncia contra o Extermínio da Juventude (24/11/2011); Carta aberta sobre as eleições municipais (30/07/2012); Carta de repúdio à manipulação religiosa nas eleições (17/07/2012); Nota "Não há paz sem justiça: pelo fim das ocupações na Palestina" (22/11/2012); Nota pela redução da tarifa do transporte coletivo (19/06/2013); Nota contra a Redução da Maioridade Penal ((07/05/2013); Nota sobre o Projeto "Cura Gay" (24/06/2013); Nota Pública pela Garantia da Liberdade Religiosa (11/03/2015); Nota de Apoio aos Professores do Paraná (29/04/2015); Nota pelo direito à vida: denúncia e alerta público em relação ao extermínio de jovens na Bahia (12/02/2015); Nota de Repúdio à Aprovação do Estatuto da Família (26/09/2015). Merecem destaque, também, as Cartas dos Encontros Nacionais, as quais levam o nome do local onde o encontro foi realizado e apresentam a síntese das reflexões e decisões dos encontros em forma de proposições de ação. São quatro edições realizadas até agora: Carta de Brasília (2011); Carta de São Paulo (2012); Carta de Salvador (2013); Carta do Espírito Santo (2014) e II Carta de São Paulo (2015).

> espaço de contribuição para a luta diária que realizamos em tantos lugares do país, envolvendo tanta gente (REJU, 2015d).

O compromisso com a promoção e defesa dos direitos juvenis se expressa não somente em ações de cunho político, mas ocupa outros espaços e metodologias da Rede e de seu campo de mobilização. Exemplifica isso a Campanha Nacional Contra a Redução da Maioridade Penal em 2013, onde o debate sobre o tema foi acompanhado por atos inter-religiosos e celebrações ecumênicas em vários estados, como também se utilizou do período e da temática da SOUC, levando a problemática da redução para a reflexão e oração das igrejas (REJU, 2014e. p. 10-12).

Igualmente, visualiza-se uma presença efetiva da REJU em espaços onde a particularidade ecumênica se articula e se expressa de modo peculiar, como em cursos e mutirões ecumênicos, momentos celebrativos, atos, reuniões, encontros, eventos das igrejas e religiões. Essa participação leva em conta o contexto de cada regional e o perfil do movimento ecumênico nestas realidades. Em algumas regiões há uma proximidade maior com a caminhada das igrejas[96]; em outras a cooperação é mais incisiva com organismos ecumênicos de serviço, outras religiões, com o meio acadêmico, juventudes de igrejas e movimentos sociais[97]. Numa perspectiva ampliada, escolheu-se referenciar dois eventos de proporção internacional[98], a saber, o espaço Religiões por Direitos junto à Cúpula dos Povos

---

[96] Este é o caso, por exemplo, da REJU Sul no Rio Grande do Sul, mais especificamente na região do Vale do Taquari, onde os jovens tem um histórico de parceria com a ICAR e a IECLB, e seus ramos jovens - PJ e Juventude Evangélica (JE), como também com o CECA, a ONG Trilha Cidadã. Uma iniciativa original que brota neste contexto é a criação da Pastoral Universitária Ecumênica (PASUNE) em 2011 por jovens da Rede, integrando outros universitários e com o apoio da Faculdade de Tecnologia La Salle, de Estrela/RS e do Centro Universitário Univates, de Lajeado/RS, estabelecendo relações, posteriormente, com outras instituições acadêmicas, como a Escola Superior de Teologia (EST) e a Unisinos, de São Leopoldo/RS. Dos organismos eclesiais e ecumênicos que integram a PASUNE estão a IECLB - Sínodo do Vale do Taquari; o Setor Juventude da Diocese de Montenegro e a Diocese de Santa Cruz do Sul, pela ICAR; a FUMEC e REJU. No Brasil, a PASUNE atua como braço oficial da articulação da FUMEC (PASTORAL UNIVERSITÁRIA ECUMÊNICA, 2011).

[97] A cooperação da Rede no diálogo ecumênico junto a estes espaços mais institucionais é exemplificada pela presença no FEACT Brasil, fazendo parte, inclusive da coordenação; no Grupo de Diálogo Inter-religioso de Maringá/PR; junto ao CONIC no estado do Espírito Santo; o Fórum da Diversidade Religiosa de Pernambuco; como integrante do CREDEIR (Comissão Regional de Ecumenismo e Diálogo Inter-religioso da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - Regional Sul III), como referencial para o ecumenismo na Diocese de Montenegro (SCHERER, 2014. p. 91) e na vice-presidência do CONIC-RS. Igualmente merece ser citado o I Encontro Nacional de Juventudes e Espiritualidade Libertadora promovido pela Agência de Informação Frei Tito de Alencar para a América Latina e Caribe (Adital), em maio de 2014 em Fortaleza. Além do apoio na organização, a REJU colaborou na condução de mesas temáticas e debates (ADITAL, 2014). A segunda edição do encontro prevista para 2016 conta novamente com a participação da Rede.

[98] Outra experiência internacional da qual membros da REJU tem participado corresponde ao Programa Ecumênico de Acompanhamento na Palestina e Israel (PEAPI), desenvolvido pelo CMI e que consiste no envio de Acompanhantes Ecumênicos (AE) de diferentes países às comunidades vulneráveis da Palestina a fim de "protegê-las, mostrar-lhes solidariedade e defender suas causas", como também o movimento israelense

(2012) e a colaboração em atividades ligadas à JMJ - Jornada Mundial da Juventude (2013), nos quais houve uma atuação expressiva da REJU.

2.3.4.1 A Rio+20 e o espaço Religiões por Direitos

O espaço *Religiões por Direitos* correspondeu a uma coalizão ecumênica e inter-religiosa presente na "Cúpula dos Povos por Justiça Social e Ambiental", evento simultâneo à realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), em junho de 2012. A Cúpula reuniu "ativistas da sociedade civil global para elaboração de propostas alternativas ao modelo de desenvolvimento em dominância", sendo articulada por um núcleo de redes e movimentos brasileiros e internacionais, entre eles o FEACT Brasil (KOINONIA, 2014. p. 14)[99].

Promovida pelo Fórum e organizada pela REJU, a "Caravana da Juventude Ecumênica" correspondeu à articulação juvenil na Cúpula dos Povos e no espaço Religiões por Direitos. Tinha como objetivos: a) o fortalecimento de lideranças comunitárias sobre a justiça socioambiental numa reflexão a partir das juventudes; b) a participação efetiva nos diálogos, preparatórios para a Cúpula dos povos; c) a participação no *Enlace das* juventudes, espaço no evento organizado pelos movimentos sociais juvenis; d) a organização de uma articulação internacional de juventude (REJU, 2012b)[100]. O projeto envolveu cerca de duzentos jovens do Brasil e de outros países latinoamericanos.

---

pela paz (WCC, 2016, tradução nossa). O programa é uma resposta concreta ao documento *Kairós Palestina* (2009) elaborado por cristãos palestinos e que "conclama a comunidade internacional a um posicionamento em favor de uma solução pacífica e justa à situação de conflito" vivido na região (REJU, 2014b). Além de contar com jovens da Rede entre os AEs, a REJU pronuncia-se favorável ao fim das ocupações no território palestino, em favor da cooperação inter-religiosa que vise a solução pacífica do conflito (*Ibidem)*.

[99] Além do Fórum, na organização de Religiões por Direitos estiveram envolvidos organismos ecumênicos internacionais ligados ao CMI e agências internacionais, bem como um grupo inter-religioso do Rio de Janeiro, com um histórico de atuação na ECO 92. A agenda de eventos neste espaço versava sobre 6 temas: a) soberania alimentar; b) mudanças climáticas; c) juventude e justiça ambiental; d) novos paradigmas e desenvolvimento sustentável; e) povos tradicionais de terreiros; e f) paz, conflitos religiosos e bens comuns (RELIGIÕES POR DIREITOS, 2012).

[100] O projeto se construiu em quatro momentos: a) mobilizações juvenis locais desde o início do ano por meio de Cinejuventudes com a temática da justiça ambiental e produção de materiais; b) realização das caravanas, partindo de vários locais do país e realizando atos/intervenções/produção de materiais voltadas ao tema durante o percurso; c) participação na Cúpula dos Povos especialmente no Espaço Religiões por Direitos e no Território das Juventudes (Enlace da Juventude); d) a avaliação e a continuidade dos diálogos sobre as temáticas centrais da caravana e da Cúpula nos espaços contextuais de cada jovem, de cada organização e comunidade envolvida (*Ibidem).*

Fruto de diálogos anteriores[101], a presença das juventudes ecumênicas aproximou outras expressões juvenis como a FUMEC, PASUNE, Pastoral da Juventude do CLAI, CONAJE (Conselho Nacional da Juventude Evangélica da IECLB), Juventude da FLD, Rede FALE, PJ, REJUMA, Rede de Jovens do Nordeste, Brama Kumari, juventudes de outras igrejas cristãs ou sem religião (*Ibidem).* Da mesma forma, a Rede marcou presença junto às iniciativas das juventudes de outros organismos e da sociedade civil, como a SNJ e o CONJUVE.

Durante o evento, as atividades desenvolvidas pela Rede referiam-se especialmente à Tenda Zumbi dos Palmares, umas das seis tendas do espaço Religiões por Direitos e que era dedicada aos jovens. Envolveu-se no acolhimento aos participantes, na vigília inter-religiosa, nas discussões de espaços de discussão e nas plenárias, da marcha da Cúpula dos Povos, bem como dinamizando outros espaços autossugestionados e paralelos, como a apresentação dos resultados da mobilização realizada pelos Cinejuventude (REJU, 2012b). Durante a Cúpula foi lançado o livro "*Juventude e Justiça socioambiental: perspectivas ecumênicas"*, publicação construída por jovens de diferentes tradições religiosas, estruturada em textos, estudos bíblicos e roteiros de encontro. Mais que um discurso, as palavras das juventudes ecumênicas contidas na obra contêm um impulso de ação, de afirmação. Diante dos dilemas que comprometem a sustentabilidade e a integridade da vida, os jovens mostram que têm algo a dizer e a contribuir, não de forma momentânea, nem como modismo, mas num processo de solidificar ideias junto às esferas eclesiais, políticas e econômicas, capazes de gestar "novos modelos de justiça para homens, mulheres e natureza" (SCHERER et al. In: SOUZA, 2012. p. 45. 47). Como expressam as palavras dos jovens envolvidos: "[...] as palavras dão lugar a um conjunto de gestos que nós, jovens ecumênicos e engajados, somos agentes de mudança e temos papel fundamental na construção de um mundo sustentável e justo" (*Ibidem.* p. 47). No encontro anual de 2012, o tema da justiça ambiental é retomado como um dos eixos[102] a serem assumidos para o biênio 2013-2014 (Carta de São Paulo, 2012[103]). Acrescendo a questão do desenvolvimento, o tema permanece como eixo temático atual e tem pautado ações nas realidades regionais e locais.

---

[101] O diálogo entre a FUMEC e a REJU via PASUNE se iniciou ainda em 2011, no Mutirão Ecumênico em São Leopoldo/RS, consolidando-se no início de 2012 com o estabelecimento de projetos comuns. As primeiras iniciativas conjuntas voltaram a ações referentes à Cúpula dos Povos (REJU, 2012a).

[102] Tendo como tema "Incidência Política e Garantia de Direitos", o Encontro Nacional elencou, além do eixo citado mais três: 1) Juventude e equidade de gênero; 2) Juventude e Superação de Intolerâncias; e 3) Enfrentamento à violência contra a juventude negra (*Ibidem).*

[103] Cf. Anexo 5.

2.3.4.2 REJU na Jornada Mundial da Juventude (JMJ)

Realizada no Rio de Janeiro em julho de 2013 e promovida pela Igreja Católica em sua vigésima oitava edição, a Jornada Mundial da Juventude (JMJ) reuniu mais de 2 milhões de jovens, tendo como ponto alto a presença do Papa Francisco. A participação da REJU teve "o intuito de partilhar experiências e contribuir nas mobilizações para a garantia de direitos", traduzindo um movimento "que sintetiza a construção da rede: um braço ligado ao ecumenismo mais 'eclesiástico' e o outro mais próximo dos movimentos sociais" (REJU, 2014e. p. 16). Contando com o apoio da CESE, quatro foram os momentos em que a Rede marcou presença de forma mais expressiva: a) na pré-Jornada Franciscana em uma paróquia católica de São Paulo, na semana que antecedeu a Jornada; b) no Encontro Ecumênico na Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro dois dias antes do início da JMJ, do qual participaram 150 jovens católicos, muçulmanos e judeus de país inteiro; c) no Encontro Ecumênico de Jovens, organizado pelo CONIC-Rio, realizado no dia 24 de julho na Catedral Anglicana, reunindo jovens de diferentes confissões cristãs de todo o mundo; e d) na "Tenda das Juventudes", evento que aconteceu durante todo o período da Jornada, propondo vivências e reflexões acerca de temas concernentes à realidade juvenil. Juntamente com a PJ, Cáritas, Juventude Franciscana e outros organismos, a REJU contribuiu na organização e na construção dos debates, possibilitando que a Tenda fosse um "espaço de acolhida, formação, celebração, partilha, diálogo e convivências das mais diversas juventudes presentes na JMJ" (*Ibidem.* p. 17).

2.3.5 Atualidades, desafios e horizontes

A REJU está presente atualmente em 14 estados brasileiros (Bahia, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Roraima, Santa Catarina, São Paulo) e no Distrito Federal, obtendo, assim, representatividade nas cinco regiões do país. Nela estão envolvidos diretamente mais de trezentos jovens de pertenças geográficas, étnico-culturais e religiosas diferenciadas. Cristãos católicos, protestantes, evangélicos e pentecostais, candomblecistas, budistas, judeus, adeptos de diversas espiritualidades ou sem vinculação a uma religião específica. "É uma vivência de fé que está para além de modelos eclesiásticos bem definidos, mas que acontece nos espaços de encontro e celebração, em uma convivência ecumênica" (REJU, 2012h). O

ponto de convergência desta pluralidade de sujeitos e pertenças se situa na construção de uma "Casa Comum" habitável para todos e todas, tendo na promoção e defesa de direitos juvenis, na incidência pública e política o caminho assumido para se chegar a esse objetivo (REJU, 2015j). Como escreve uma de suas lideranças: "[...] a juventude ecumênica se considera uma nova forma de fazer a política, motivada por diferentes percepções de fé" (SCHERER, 2014. p. 90).

É importante salientar que a Rede não constitui um grupo de jovens ou uma organização composta por representatividade oficial de igrejas, grupos religiosos ou movimentos. A vinculação é de indivíduos, feita de forma espontânea mediante aproximação e diálogo direto com os facilitadores regionais e nacional. Essa organicidade descentralizada e não institucionalizada sustenta o envolvimento com os vários espaços de representação e participação, tendo em vista que cada jovem tem a prerrogativa de se pronunciar como Rede.

Fruto de um período de indicações e diálogos internos, na reunião anual do FEACT de 2014 ocorreu uma nova mudança de facilitação nacional, sendo esta assumida por uma jovem da REJU Sul (CONIC, 2014). Com a referência regional sendo estabelecida por estados, algumas facilitações regionais passaram a se configurar como colegiadas, composta por dois ou mais jovens, o que representa uma forma de "valorizar a diversidade, a pluralidade religiosa e o fazer coletivo" (REJU, 2015b). Metodologicamente, a organização tem se dado por meio de objetivos estratégicos e eixos de atuação, os quais se apresentam como orientadores da ação, além de serem o resultado de um processo de diálogo coletivo a partir da realidade juvenil (REJU, 2015c)[104]. No mais recente Encontro Nacional, realizando em São Paulo em dezembro de 2015, propõe-se a criação de espaços específicos voltados à operacionalização da Rede. Estes se configuram em: a) Comissões[105], que consistem em "grupos de caráter permanente", voltados para "questões administrativas e de manutenção

---

[104] No encontro anual realizado em dezembro de 2014, foram elencados cinco eixos temáticos para pautar as ações do biênio 2015-2016: 1. Enfrentamento ao extermínio da juventude negra; 2. Juventudes, sexualidades e lutas feministas; 3. Juventudes, desenvolvimento e justiça socioambiental; 4. Juventudes e democratização das comunicações; 5. Juventudes, estado laico e superação de intolerâncias (Carta de Salvador, 2014). O próximo encontro anual terá, entre outras atribuições, a de avaliá-los.

[105] A partir do Encontro Nacional foram articuladas quatro comissões: a) Comissão de Formação, encarregada de pensar e produção de conhecimento, formação ecumênica e de temáticas de interesse das juventudes da Rede, potencializando a formação de novas lideranças; b) Comissão de Mística e Espiritualidade, encarregada de pensar esta dimensão na perspectiva ecumênica, pautada na realidade e identidade das juventudes; c) Comissão de Sustentabilidade, responsável por pensar novas estratégias de sustentabilidade; d) Comissão de Comunicação, responsável pela relação nas mídias sociais, manutenção do *Facebook* e identidade visual da Rede (REJU, 2016a).

interna"; e b) Grupos de Trabalho (GTs)[106], criados para demandas específicas e pontuais (REJU, 2016a). São espaços que "agem de forma dinâmica de acordo com a necessidade", podendo ser acionados por qualquer jovem rejuzeiro por meio da interação virtual, acompanhada constantemente pela facilitação nacional (*Ibidem).* Isso explicita um dos encaminhamentos do encontro, que remetem à permanente descentralização com foco nas realidades regionais e locais, com o envolvimento ativo de todos os membros da Rede.

Há que se considerar, contudo, os desafios que se apresentam à REJU em relação à sua autocompreensão, organização e atuação. O primeiro deles diz respeito à manutenção de uma organização mínima e a capacidade de sustentabilidade que, ao mesmo tempo em que salvaguarde a flexibilidade da estrutura de rede, sustentem a continuidade e ampliação das pautas e projetos assumidos (SCHERER, 2014. p. 93). Isso comporta uma reflexão acerca da forma de garantir e acessar recursos por conta própria e de parcerias a serem consolidadas. O fato de não possuir uma identidade jurídica, por exemplo, limita o acesso a recursos e projetos afins. Os encaminhamentos do último encontro caminham nessa direção, buscando soluções alternativas para a questão.

Outro aspecto a ser refletido corresponde à configuração de seus quadros. A modalidade de gestão auto sugestionada que adota, procurando envolver e integrar jovens de diferentes expressões religiosas, ao mesmo tempo que se apresenta como uma iniciativa alternativa e original, convive com o desafio permanente de articular essa diversidade. Por mais que os direitos juvenis sejam o foco comum, o perfil da Rede não sugere homogeneidade das concepções e dos meios de efetivá-los. Há que se considerar as influências ideológicas dos diferentes cenários e grupos com os quais a REJU interage, especialmente diante de uma conjuntura sociopolítica nacional marcada por polarizações. Por sua flexibilidade estrutural, é perceptível e previsível que a Rede atraia segmentos juvenis, especialmente aqueles de setores mais progressistas. Isso implica que a busca de consensos e convergências necessitam de um processo dialógico ainda mais intenso em razão do risco de nivelamento ou descaracterização da particularidade ecumênica, ou de instrumentalização do discurso religioso em favor de outro de cunho ideológico de outro teor.

---

[106] Constituem os atuais GTs: a) GT Campanha Visto Branco, voltado para a mobilização da Campanha Contra a Intolerância Religiosa; b) GT Ações Nacionais, responsável pelas atividades em parceria com organizações, agências e Igrejas do Movimento Ecumênico, como, por exemplo, a CFE 2016 e Jornada Ecumênica; c) GT 08 de Março, em sintonia com as ações e datas específicas relacionadas às questões de gênero e feminismo; d) GT Encontro Nacional, responsável pela organização do mesmo; e) GT Justiça Socioambiental (*Ibidem).*

Além disso, apesar de os vínculos entre os jovens rejuzeiros comportarem a positividade de serem estabelecidos na gratuidade, na adesão voluntária com as pautas da Rede, isso não garante, necessariamente, assiduidade e vinculação permanente, de modo que sua membresia está exposta a um processo cíclico, próprio do momento geracional. Muitas das lideranças jovens que há sete anos estavam à frente dos processos, na atualidade caminham para uma nova fase, o que repercute na própria composição da REJU. A afirmação do protagonismo juvenil implica o questionamento acerca de que lugar ocupa "quem está indo" e "quem vem chegando" na dinâmica da Rede, no sentido de garantir a memória histórica como chave de leitura para a realidade atual e, ao mesmo tempo, acolher o novo que se apresenta. Nessa questão está envolvida não somente a identidade da REJU, mas sua incidência sociopolítica. A inconstância e pouca agilidade na efetivação das políticas públicas impõe às redes o risco de fragilização e fragmentação (*Ibidem)*[107]. Duas tarefas decorrem deste desafio: a) a criatividade e a perseverança no acompanhamento destas pautas públicas, e b) a ampliação e consolidação de outros espaços de atuação, como, por exemplo, junto às organizações ecumênicas e religiosas.

2.4 SÍNTESE PROSPECTIVA

Rememorando a trajetória juvenil na história do ME, percurso estabelecido no primeiro capítulo, percebe-se que a REJU se apresenta como uma expressão da voz e da atuação das juventudes ecumênicas do século XXI, na qual se observa elementos de continuidade e de originalidade. Continuidade em relação à sensibilidade ao diálogo, ao espírito de abertura de fronteiras e quebra de paradigmas, à mobilização de estruturas, coletivos e pessoas, características que, em geral, têm acompanhado a atuação dos jovens na caminhada ecumênica. Originalidade quanto ao seu formato organizacional, à diversidade religiosa e cultural que a integra, à modalidade de sua inserção no espaço público e das relações que estabelece com as demais expressões do ME. É importante ressaltar que se trata de uma organização genuinamente constituída e dinamizada por jovens, sem uma dependência estrutural decisória de outros organismos e/ou pessoas adultas.

---

[107] Essa instabilidade foi verificável, por exemplo, em outubro de 2015 frente a situação de cortes, ajuste fiscal e reforma ministerial realizada pelo Governo Federal, na qual o lugar da SNJ ficou comprometido. Isso colocou em risco de retrocesso os mais de dez anos de conquistas no campo das PPJs, o que provocou um pronunciamento efusivo dos movimentos sociais e coletivos de juventude, entre eles a REJU (REJU, 2015a).

Do compromisso ecumênico das juventudes da metade do século XX e dos desdobramentos históricos deste contexto, a Rede herda as referências fundamentais do projeto de unidade que assume. A busca por construir uma "casa comum habitável para todos e todas", para além das esferas confessionais e religiosas, encontra na incidência sociopolítica um espaço privilegiado. A REJU nasceu com os pés fincados nesta proposta e a foi expandindo e ressignificando, ao mesmo tempo em que foi delineando suas próprias estruturas e relações. Entre as contribuições que tem dado tanto à sociedade quanto ao ME, pode-se destacar: a) a mobilização de jovens desde suas bases (eclesiais, religiosas, sociais) em vista de uma presença pública esclarecida e politicamente articulada; b) a mediação dialógica entre diferentes discursos religiosos e tendências ideológicas, seja no espaço público ou no meio religioso; c) o contributo de novas leituras sociopolíticas e também teológicas a partir da ótica e da condição juvenil. Sobre este último elemento, se construirá a reflexão que segue, buscando identificar os elementos teológicos explicitados pela atuação da Rede.

3 PERSPECTIVAS TEOLÓGICAS DA REJU

Reler as travessias das juventudes ecumênicas, particularmente da REJU, sob a ótica teológica se situa no que Iulianelli denominou de "tremendo desafio" (IULIANELLI, 2013. p. 184). Esta afirmação parte, primeiramente, da verificação de que a Rede não apresenta uma base de fé comum que estabeleça princípios de análise previamente identificados ou sistematizados[108]. Contudo, isso não indica o vazio teológico. Exige, ao contrário, novos caminhos hermenêuticos que permitam evidenciar a teologia presente no modo como a Rede se compreende e atua[109]:

> [...] a unicidade da fé de cada vivência religiosa, não é o ponto de partida. Mas, possivelmente um ponto em que se pode chegar. A partida mesmo é a convivência entre as pessoas, em seus cotidianos, a partir dos dilemas das vozes subalternas e das entranhas movidas pelo sofrimento alheio, que provocam o rompimento das barreiras fronteiriças, construindo-se novos espaços e alternativas éticas" (SOUZA; CARDOSO, 2014. p. 118).

A abordagem teológica considera, então, o fato de que, para a REJU, a centralidade posta na atuação sociopolítica não é motivada meramente por princípios ideológicos, mas tem como origem e horizonte a construção de "uma casa-comum realmente habitável para todas as pessoas", a *oikoumene*, entendida não como um projeto estático e finalizado, mas a partir do diálogo assumido na tridimensionalidade do ecumenismo, já anteriormente acenada (REJU, 2012l). Nesta raiz identitária está um caminho possível para desenvolver a tarefa deste capítulo, visto que a causa ecumênica que sustenta e dá sentido à existência da Rede, é grávida de teologia. Este modelo de unidade integra a caminhada do ME, particularmente a partir da reflexão do CMI[110], e, em nível nacional anda em sintonia com a proposta ecumênica assumida pelo FEACT Brasil. Assim, a abordagem teológica aqui proposta assume como

---

[108] Além disso, se carece de referências e estudos que articulam juventudes e teologia em perspectiva ecumênica e/ou inter-religiosa. No geral, o discurso teológico sobre o universo juvenil tem se situado a partir de confessionalidades específicas ou acaba direcionado a uma abordagem de cunho fenomenológico pelas ciências sociais, elemento necessário, contudo, limitado para o que se intenta aqui.

[109] Entre seus membros, a REJU conta com vários jovens teólogos (as) e cientistas da religião, que têm colaborado nos diálogos tanto a partir da academia quanto das realidades específicas onde a Rede se faz presente.

[110] Um terceiro momento do modelo de unidade proposto pelo CMI contempla o que o então secretário-geral Phillip Potter (1921-2015) denominou de *diálogo das culturas*, no qual a unidade buscada diz respeito a "todo mundo habitado". Considerando a diversidade cultural, religiosa e étnica, o compromisso com a unidade leva a comunidade conciliar a empreender "uma atitude militante na defesa dos direitos humanos e constantemente crítica contra qualquer manifestação de injustiça étnica, sexista, militarista, econômica". Nesta proposta se veiculam a unidade da Igreja e a unidade da humanidade (NAVARRO, 1995. p. 35-36).

pressuposto a natureza ecumênica ligada a uma compreensão de unidade ampliada, sem excluir, entretanto, sua referência intraconfessional e inter-confessional.

Expandindo o horizonte, a dinâmica da REJU aponta para um projeto ecumênico popular (SANTA ANA, 1987) ou mesmo um ecumenismo de base (TIEL, 1998), à medida em que

> [...] vai tomando forma gradualmente a partir da prática das pessoas, de homens e mulheres em cada lugar do mundo em que os cristãos de diferentes igrejas se unem entre si, ***e*** com homens e mulheres de outras convicções religiosas e de outras ideologias, para construir uma realidade social nova, que de alguma maneira seja como um sinal do Reino que esperam" (SANTA ANA, 1987. p. 116, grifo do autor).

A espiritualidade da REJU recolhe elementos e experiências da leitura popular da Bíblia motivada pelo CEBI, da militância nos movimentos e pastorais sociais, das vivências fraternas e sororais das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), das hermenêuticas sob as perspectivas feministas, libertadoras, pluralistas[111] e de outras leituras teológicas. Isso comporta o desenvolvimento de uma experiência de "construção a partir (de nosso) mundo vivencial, marcado por fronteiras religiosas e contextuais diversificadas", diante das quais "somos convidadas (os) a dizer algo, mesmo que seja apenas uma tentativa. Somos levadas (os) a uma decisão: caminharmos juntos" (SOUZA, 2011. p. 4). Essas falas, ao mesmo tempo arraigadas na memória histórica do ME latino-americano, se expressam nas novas, ágeis e diversas linguagens das juventudes contemporâneas. Linguagens estas que perpassam a tecnologia e a comunicação, mas que também se estabelecem no campo dos sentidos, da cultura, de territórios, da corporeidade, dos sonhos e projetos de vida dos jovens.

A pergunta que se apresenta, então, é sobre os elementos teológicos que são explicitados pela REJU e as contribuições e interpelações que eles trazem para o ME brasileiro, nesta relação dialógica entre as tradições religiosas e o espaço público, a fé e a política, as identidades confessionais e a pluralidade religiosa. Para isso, assume-se o pressuposto de que a teologia em perspectiva ecumênica parte "de uma realidade concreta de convivência, materializada nas relações entre experiências de fé" e que tem em determinada situação social uma instância de reflexão (WOLFF, 2002. p. 188). Nesta ótica, a promoção dos direitos juvenis assumida pela Rede e as relações estabelecidas para tal, constituem o cenário para a abordagem teológica. Por isso, opta-se por se construir uma reflexão não a

---

[111] Ressalta-se aqui, por exemplo, o contributo teológico dado pela Associação Ecumênica de Teólogos e Teólogas do Terceiro Mundo (ASETT) a partir de reflexões que procuram estabelecer pontes e aproximações entre a fé cristã e o pluralismo religioso, em diálogo próximo com a Teologia da Libertação.

partir dos indivíduos, embora se reconheça que eles sejam a base dos vínculos e da organização da REJU. Parte-se, todavia, da produção e expressão coletiva da Rede, presente em suas cartas abertas, pronunciamentos, sistematizações, obras, reflexões, e nas quais o conteúdo teológico aparece de forma mais estruturada. Entende-se que este se apresenta como um caminho metodológico de maior coerência com o objeto de pesquisa, tendo em vista sua história recente e o contínuo fluxo de membros.

Assume-se que toda análise parte de um ponto, o que não representa o único possível, mas um apenas. Por isso, para o percurso de fronteira sobre o qual se propõe caminhar, assumem-se como chaves hermenêuticas três categorias pertencentes à experiência cristã - *diakonia, koinonia* e *leitourgia* – que terão, igualmente, a função metodológica de articular a reflexão no campo das práticas, das relações e da espiritualidade presente na identidade e atuação da REJU. Considerando que a Rede não é circunscrita à confessionalidade cristã, busca-se construir uma abordagem em perspectiva de diálogo com o pluralismo religioso e no reconhecimento da diversidade, tendo em vista que estes "são componentes que acompanham a dinâmica cristã em sua essência, e a razão para isso encontra-se na própria prática de Jesus", e constituem um valor irredutível e irrevogável (TEIXEIRA, 2012. p. 167. 174). Importa, contudo, salientar que a intenção é, em primeiro momento, identificar os componentes teológicos presentes na ação da Rede, e não propriamente analisá-los sob uma linha teológica específica. Quer-se dar voz à REJU a partir de suas próprias falas. Na ciência de que a teologia não é alheia à contingência histórica, precede e contextualiza esta abordagem uma breve caracterização fenomenológica da experiência religiosa juvenil contemporânea.

3.1 JUVENTUDES E EXPERIÊNCIA RELIGIOSA

Muitos dos estudos acadêmicos sobre a temática juvenil das últimas décadas foram construídos na interface juventudes e religião, e versando sobre um conjunto diversificado de questões (RODRIGUES, 2012. p. 253-254)[112]. Os jovens são plurais também na relação com o universo religioso e seus diferentes demarcadores de identidade precisam ser levados em conta quando se busca analisar a religiosidade juvenil.

---

[112] Uma relação pormenorizada da literatura produzida sobre a questão foi apresentada pela socióloga Solange dos Santos Rodrigues, na obra decorrente do XXV Congresso da Sociedade de Teologia e Ciências da Religião (SOTER), de 2012 (RODRIGUES, 2012. p. 253-287). Trabalho semelhante também foi desenvolvido por Regina Novaes, no artigo *Juventude, religião e espaço público: exemplos "bons para pensar" tempos e sinais* (Rio de Janeiro, 2012). Novaes é, aliás, uma das pesquisadoras referências para o tema no Brasil.

3.1.1 Leitura teológica do Pluralismo Religioso

Mais que uma realidade sociológica, o pluralismo religioso é uma interpelação para a Teologia e tem sido tema de extensos e abundantes estudos, diálogos, encontros e desencontros entre teólogos e teólogas, igrejas e religiões. A pergunta que se impõe é sobre a legitimidade deste pluralismo e das formas de reconhecê-lo no interior das confessionalidades, sem menosprezar as raízes destas, mas buscando nelas "elementos singulares e positivos e que se mantém em contribuição permanente" (RIBEIRO; CUNHA, 2013. p. 51) que, ao mesmo tempo, integrem de forma propositiva a pluralidade. As reações possíveis frente a este contexto podem "significar a abertura a uma nova conversação dialogal e certo grau de tolerância", como também a acentuação das "heranças confessionais e as dissonâncias cognitivas", o que leva à percepção de que "o pluralismo religioso é hoje como um componente 'intransponível' que desafia todas as religiões ao exercício fundamental do diálogo" (DIAS; TEIXEIRA, 2008. p. 119). Particularmente à teologia cristã, essa realidade impõe uma profunda revisão de seus princípios teóricos e metodológicos, questionando sobre lugar e a função que esta pluralidade religiosa ocupa no desígnio salvífico de Deus, debate no qual a questão cristológica é central.

Entre as posições teológicas adotadas estão as teses clássicas do exclusivismo, inclusivismo e pluralismo, além de desdobramentos e outras releituras que vem sendo propostas por inúmeros autores[113]. Nestas discussões está implicada a valoração do pluralismo como *de fato* (teor negativo) ou *de princípio* (positivo)[114] (VIGIL, 2006. p. 111). As diferentes concepções têm gerado aproximações como também divergências, especialmente no âmbito teológico-doutrinal e nas instâncias eclesiásticas. Apesar e para além dos desencontros, isso expressa, contudo, o salutar movimento da teologia que, no uso de sua racionalidade hermenêutica, se repensa e articula em face da realidade plural.

---

[113] Um panorama geral sobre a reflexão teológica em torno do pluralismo religioso, mas especialmente na perspectiva da Teologia das Religiões, pode ser encontrado em TEIXEIRA, F. *Teologia das Religiões.* Uma visão panorâmica. São Paulo: Paulinas, 1995. VIGIL, J. M. *Teologia do Pluralismo Religioso.* Para uma releitura pluralista do cristianismo. São Paulo: Paulus, 2006. RIBEIRO; SOUZA. *A Teologia das Religiões em foco.* Um guia para visionários. São Paulo: Paulinas, 2012.

[114] Na defesa da tese do pluralismo de princípio, Vigil aponta quatro motivos fundamentais para a valoração positiva: a) uma nova imagem de Deus, voltada para a humanidade como um todo, e não restrita à particularidade cristã; b) uma nova imagem de revelação, como processo ligado à existência de todos os seres humanos e de todos os povos; c) uma nova imagem de ser humano, que leve em conta sua natureza sociocultural e na qual a eclesialidade que comporta a relação com Deus está em referência à própria religião; d) uma nova imagem de cristianismo, confrontado com sua pretensão de universalidade (VIGIL, 2006. p. 11-112).

Um dos caminhos que a reflexão teológica tem assumido como um horizonte promissor para o diálogo no pluralismo religioso situa-se no campo da espiritualidade. Como "via de encontro entre as religiões", a dimensão espiritual aponta para uma "superabundância de sentido" que as provoca "para uma atitude de acolhida mútua no horizonte do Mistério que se revela para além de cada uma delas" (WOLFF, 2015. p. 92). Impõe-se, entretanto, a necessidade de um discernimento acerca das atuais e plurais correntes de espiritualidades, tendo como possível critério a qualificação que imprimem à existência humana (*Ibidem.* p. 85). A leitura sociológica é um ponto de apoio para tal.

No âmbito das relações cotidianas entre crentes e mesmo em ações mais pontuais de cooperação entre credos, essas questões mais exigentes do diálogo teológico não são explicitadas de modo estruturado. Contudo, a ausência deste debate nas bases é prejudicial tanto para as comunidades eclesiais e grupos religiosos, que deixam de repensar-se e renovar-se epistemológica e metodologicamente, e acabam sustentando estruturas auto referenciais e intolerantes; quanto para a própria reflexão teológica que convive com o risco do confinamento a seus estatutos acadêmicos e conceituais.

Tendo em vista as linguagens e outros recursos (epistemológicos, estéticos, relacionais) que possuem, as novas gerações se apresentam como interlocutores em potencial para a continuidade e intensificação destes diálogos, ao mesmo tempo em que são, temporalmente, os maiores beneficiados pela coerência e amplitude que esta reflexão adquire. Essa dialética é importante quando se considera a consciência crescente da "alteridade e irrevogabilidade das tradições religiosas" que as reconhece "como traço de valor e riqueza" (TEIXEIRA, 2006. p. 162).

3.1.2 A experiência religiosa das novas gerações

Como já mencionado, as estatísticas dão a conhecer que cerca de um quarto da população brasileira tem entre 15 e 29 anos. Em relação às suas pertenças religiosas, dados de uma pesquisa de 2013 realizada pela SNJ apontam que 56% dos jovens brasileiros se declaram católicos (destes 29% afirmam ser praticantes), aproximadamente 27% evangélicos[115] e 16% sem religião, dos quais 1% se assumem como ateus. Espíritas e outras religiões correspondem a, respectivamente, 2% e 3% (BRASIL, 2013. p. 12). Comparado a

[115] Na pesquisa, são identificados por evangélicos os jovens de denominação protestante, pentecostal e neopentecostal.

pesquisas anteriores, observa-se mudanças não unicamente em relação às porcentagens[116], mas também ao perfil das pertenças religiosas juvenis. Há que se considerar, por exemplo, que se está diante de uma geração nascida na era das TICs, as quais estão "cada vez mais imbricadas na sociabilidade, na construção de identidades, na demarcação de fronteiras sociais" (NOVAES, 2013. p. 183). Assim, ao se procurar compreender o perfil religioso da juventude, "é preciso levar em conta um conjunto de mudanças sociais inter-relacionadas", tendo em vista que "cada geração incorpora novos códigos e sentidos, e pertencer a uma ou outra geração traz diferenças em termos de estratégias de apresentação social e autodeclaração religiosa" (*Ibidem.* p. 181).

Em relação ao pluralismo religioso, Vigil considera que a geração atual é a primeira que se encontra em "um ambiente religioso realmente plural", no qual precisa lidar não só com a constatação de múltipla oferta de sentidos, mas com os desencontros e desordenamentos que os caracterizam, apresentado como um "pluralismo de justaposição" (VIGIL, 2006. p. 29). Com as possibilidades e os desafios que a realidade plural comporta, o fato é que as juventudes apresentam características originais no modo como entendem e assumem a experiência religiosa. Um dos aspectos e que interroga diretamente as relações entre confissões e credos, é a compreensão de "pertencimento", tendo em vista que "os vínculos se fazem de outros modos e em outros contextos" (*Ibidem)*, bem como há novas concepções de transcendência e imanência (LIBÂNIO, 2011. p. 195). Contudo, como aponta Novaes:

> Reconhecer a ampliação de buscas e experimentações religiosas entre jovens não significa dizer que para todos os jovens as instituições religiosas deixaram de ser *locus* de agregação social, de doação de sentido para a vida e, ainda, espaço motivador de ações e engajamentos sociais. [...]
> Os jovens de hoje conjugam marcas geracionais globais e locais; convivências e televivências; realidade contígua e web – realidades de todas as dimensões da vida social (NOVAES, 2013. p. 188).

Ao se pensar as experiências religiosas em tempos cibernéticos, mais do que considerar as redes tecnológicas como ferramentas e meios, é preciso levar em conta o que Spadaro sinaliza ao descrevê-las como "ambiente" de vivências e potencial "espaço de comunhão" (SPADARO, 2012. p. 11). Segundo ele,

---

[116] Acompanhando as mudanças de perfil religioso da população brasileira como um todo, observa-se que em relação às pesquisas anteriores há uma diminuição do número de católicos (11 pontos percentuais) e crescimento de evangélicos, sobretudo pentecostais (5 pontos), e de jovens sem religião (5 pontos) *(Ibidem)*.

> [...] a cultura do ciberespaço coloca objetivamente, além de qualquer outra consideração, novos desafios para nossa capacidade de formular e escutar uma *linguagem simbólica pública que fala da possibilidade e dos sinais de transcendência em nossa vida* (*Ibidem.* p. 37, grifo do autor).

Constata-se que a reinvenção das formas de participação das novas gerações também ocorre no campo da política e que a compreensão da "vida religiosa" das juventudes se situa "na intercessão entre territórios de pertencimento e redes de comunicação" (NOVAES, 2013. p. 189), características facilmente reconhecíveis na REJU.

Contudo, apesar das reconfigurações de presenças e pertenças, os espaços religiosos continuam sendo lugares privilegiados de mediação e articulação de iniciativas juvenis pautadas no protagonismo. Num campo religioso em que novos e velhos fundamentalismos convivem com a "emergência de um mundo religioso plural", no qual grupos e indivíduos apresentam uma adesão religiosa que "permite rearranjos provisórios entre crenças e ritos sem fidelidades institucionais", as "instituições religiosas continuam produzindo espaços para jovens". Constituem-se em "lugares de agregação social, identidades e formação de grupos" que, motivados "por valores e pertencimentos religiosos" têm atuado nos espaços públicos e na produção cultural. Dessa forma, não se pode negar a influência das comunidades religiosas no universo juvenil e nas relações sociais (NOVAES, 2008. p. 290).

Uma categoria da sociologia da juventude que pode colaborar na leitura do fenômeno juvenil foi desenvolvida por K. Mannheim (1893-1947). Para ele, a juventude se apresenta como um dos "recursos latentes" de que a sociedade dispõe e, pelo fato de não estarem totalmente envolvidos com o *status quo* da mesma, os jovens se configuram "pioneiros predestinados de qualquer mudança". Por conta disso, possuem uma importância vital dentro da dinâmica social. Essa positividade inicial apresenta, contudo, seu contraponto na identificação que Mannheim faz da juventude como uma "força de tendência", o que permite compreender que ela não é nem progressista nem conservadora por natureza, mas "uma potencialidade pronta para qualquer nova oportunidade" (MANNHEIM, 1973, p. 52). Em relação às juventudes religiosas, esta tese auxilia na abordagem das tendências progressistas e conservadoras, muitas delas com forte teor de fundamentalismo, presentes entre os agrupamentos juvenis.

3.1.3 Juventudes como *locus theologicus*

O parecer das ciências sociais tem um grande contributo a dar para as organizações que atuam junto às juventudes, também para as igrejas e tradições religiosas. Entretanto, ao se pensar juventudes em perspectiva teológica é preciso integrar estas concepções dentro de um escopo maior. Recupera-se e utiliza-se aqui um conceito acenado pelos bispos católicos brasileiros ao refletirem sobre a evangelização juvenil: é preciso compreender as juventudes como *locus theologicus,* e na escuta atenta ouvir o dito e o não dito que o divino nelas revela:

> Considerar o jovem como lugar teológico é acolher a voz de Deus que fala por ele. A novidade que a cultura juvenil nos apresenta neste momento, portanto, é sua teologia, o discurso que Deus nos faz através da juventude. De fato, Deus nos fala pelo jovem. O jovem, nesta perspectiva, é uma realidade teológica, que precisamos aprender a ler e a desvelar (CNBB, Doc. 85. nº 81).

Isso não significa sacralizar a juventude, ignorar suas ambiguidades, mas dispor-se a contemplar o sagrado manifesto em suas realidades plurais (*Ibidem).* Nesta dinâmica comunicacional que se encontra no cerne da fé cristã, é importante considerar também o movimento inverso: as juventudes que falam com Deus e de Deus, de formas, linguagens, lugares, espiritualidades diferentes, tendo em comum a busca por orientar suas existências, escolhas, seus sonhos no horizonte da transcendência. Elas também se apresentam como propositoras de "novas epistemologias e novas práticas hermenêuticas e de espiritualidades" (EST, 2015. p. 2).

> [...] mostramos que as juventudes não podem ser vistas como um problema, mas como atores (atrizes) na mobilização, discussão e transformação de políticas públicas no Brasil e também do movimento ecumênico, numa caminhada de renovação e de protagonismo de base, organizadas (os) em diversos movimentos sociais, espaços eclesiais, redes e instituições não-governamentais [...] Nós buscamos olhar a realidade juvenil em seus anseios e possibilidades de mudança e transformação (REJU, 2011a).

Parte-se, assim, de duas constatações: a) o fenômeno juvenil tal como se apresenta no atual contexto, fruto de uma sociedade em movimento e visceralmente envolvido neste processo histórico; b) a possibilidade/necessidade de teologizar as experiências religiosas que estão sendo construídas e dadas a conhecer pelos jovens.

3.2 *DIAKONIA*: A LUTA POR DIREITOS COMO COMPROMISSO DE SERVIÇO

A *diakonia* (do verbo grego *diakonein* – servir) corresponde à categoria cristã do serviço, diretamente associada ao gesto de Jesus no lava-pés (Jo 13, 1-17). É a expressão do "paradoxo cristão" que inaugura uma nova ordem de relação interpessoal onde o maior é aquele que serve "no descentrar-se de si mesmo para 'amar primeiro'" (BRIGHENTI, 2006. p. 131). No âmbito ecumênico, apresenta-se como uma das dimensões fundamentais da unidade expressa pelo testemunho, fundado na consciência de que a "solidariedade com todos os seres humanos é uma exigência irrenunciável à fé no Deus Pai de todos" (WOLFF, 2002. p. 196). É "característica essencial" da comunidade cristã, sinal do Reino de Deus e chamado permanente às igrejas para revelá-lo ao mundo (*Ibidem.* p. 379-380). A ação diaconal atinge os diferentes âmbitos da existência humana e traduz a íntima relação entre o serviço de Deus e o serviço da humanidade (WHITE, 2005. p. 353).

Nas reflexões que foram sendo estabelecidas no decorrer da história do ME, a diaconia foi sendo reconhecida como o ministério de partilha, cura e reconciliação, pertencente à natureza da Igreja e entendida para além da partilha de recursos (*Ibidem.* p. 335). É um dar de si, gratuita e generosamente, para a vida do outro, do todo, do mundo.

Partindo desses pressupostos, a perspectiva diaconal é uma leitura possível para a atuação da REJU à medida em que se verifica que esta contribuiu e contribui para a promoção e defesa da vida, especialmente dos e das jovens, e a partir deles. Uma das motivações que levaram à constituição da Rede brota da percepção da realidade de violação dos direitos juvenis, o que figura como um convite ao exercício diaconal de novas relações, em profunda conexão com a busca da paz e da justiça: "[...] sinalizamos – a partir de experiências como a REJU – a possibilidade criativa que as distintas espiritualidades podem trazer na promoção de direitos e na construção de outros modos de viver [...]" (Carta de Salvador, 2013). É uma experiência diaconal que pode ser associada ao que Wolff caracterizou por "relação inclusão-integração", cujas práticas contemplam a interpelação e a complementação – fazer junto e com o outro (WOLFF, 2002. p. 379). Este elemento é evidenciado quando se observa que a ação da Rede se constrói a partir dos jovens e para eles, tanto em relação à ação sociopolítica quanto às experiências de convivência.

Duas referências permitem explicitar a dimensão diaconal assumida pela Rede: a) o espaço público como o lugar privilegiado para a vivência desse serviço, em suas diferentes frentes de mobilização e articulação, tendo o humano como princípio e método; e b) a opção

pelas minorias e pelos mais empobrecidos, sendo estes os sujeitos imediatos da transformação despertada pelo servir. Neste cenário, a experiência de *diakonia* é vivida como provocação militante para posturas de diálogo e cooperação entre credos, para além das fronteiras culturais e religiosas, tendo a justiça como princípio transversal: "Nós, juventudes de várias crenças e comunidades de fé ou sem vinculação religiosa, que lutam por justiça" (Carta do Espírito Santo, 2014[117]).

3.2.1 Uma *diakonia* pública que se afirma no humano plural e em relação

O ponto de partida para se abordar a atuação no espaço público como experiência diaconal leva em conta a importância pública das religiões. Como afirma Júlio de Santa Ana:

> [...] as religiões não podem estar desvinculadas da complexidade dos problemas do mundo, dos processos sociais vividos entre os indivíduos. Os nexos que se estabelecem entre crenças religiosas e as diversas esferas da realidade pública, como o Estado, o mercado, as tendências socioculturais e outros apontam para a necessidade de chegar a entender as religiões levando em consideração sua dimensão pública (SANTA ANA, 2010. p. 102).

Observando a existência de predisposições nas religiões para a superação de antagonismos e conflitos, verifica-se que sua importância na vida pública assume uma dimensão de *religare* não só no plano da transcendência, mas em relação à integralidade do ser humano (*Ibidem.* p. 106). Obviamente, esta não é uma questão pacífica, nem tranquila, visto que a maneira como as tradições religiosas se posicionam frente às questões da sociedade e em relação umas às outras é complexa, envolve elementos históricos e culturais que não são naturalmente convergentes, e que dizem respeito às particularidades de cada religião. Contudo, a busca pelo reconhecimento mútuo e pela convivência respeitosa e cooperativa é impulso para o diálogo assumido pelas juventudes ecumênicas:

> O entusiasmo para a prática ecumênica surge através da convicção de uma mesma essência, na igualdade originária que integra a todas e todos a um mesmo caminho e direção. Tal desafio oriundo do exemplo e motivação das próprias religiões, onde o respeito e dignidade são fundamentais às suas ações, que consistem em reconhecer o Sagrado, também, no próximo. Ao perceber o Divino em uma realidade concreta, tornam-se reais atos de fraternidade, partilha e solidariedade (SCHERER et al. In: SOUZA, 2012. p. 45)[118].

---

[117] Cf. Anexo 7.

[118] As indicações bibliográficas de SOUZA utilizadas neste capítulo correspondem a subsídios de reflexão e estudos próprios da REJU organizados por este autor, sendo, assim, referências primárias. A fim de fazer

A REJU está, por natureza, visceralmente envolvida com o espaço público. É o seu *locus* original. A incidência que empreende busca articular as "práticas e saberes de distintas religiões, como resistência e criação de novos modos de ser no mundo" (SOUZA, 2014. p. 32). A *oikoumene* desejada como casa habitada e habitável não é um lugar imaginário, mas um projeto que envolve a realidade em toda a sua complexidade. Buscar a efetivação de PPJs, mobilizar grupos e movimentos em torno das situações que ameaçam a vida e a dignidade das pessoas, ecoar o grito do planeta que clama por relações de cuidado, entre outras pautas, não se constituem em plataformas para efetivar um projeto de poder alternativo, como uma inversão de personagens. Trata-se, antes, de gestar e propor uma perspectiva ética distinta, cujo componente teológico é explicitado ao colocar o ser humano no centro de sua análise e reflexão, "localizando seu papel e lugar na Criação" e considerando a pluralidade das relações, cenário no qual "transitam os interesses econômicos, políticos e culturais, próprios de uma sociedade contemporânea" (SCHERER et al. In: SOUZA, 2012. p. 46).

> O sol da justiça que nutre a construção da paz só brilhará quando a intolerância, o ódio e a vingança forem substituídos pela exaltação da qualidade humana e da necessária comunhão que há entre aquelas que dividem a casa comum, que é a nossa sociedade, nossa pluralidade cultural e nosso planeta (REJU SUL, 2014).

Esta busca está diretamente ligada a uma prática social, cuja dimensão política se conecta com o "professar da fé, ou em uma visão ampla do diálogo inter-religioso, ou, ainda, na manifestação ideológica constituída no respeito à Criação e à vida" (SCHERER et al. In: SOUZA, 2012. p. 46).

3.2.2 O compromisso com os pobres e a resistência transformadora das minorias

A *diakonia* enquanto ministério de serviço que brota da fé tem os pobres como sujeitos privilegiados. Na perspectiva libertadora, eles representam a "escandalosa parcialidade de Deus" que opta por eles contra a pobreza (BRIGHENTI, 2006. p. 135). A história do ME, especialmente na América Latina, testemunha um envolvimento ativo das igrejas e

---

constar os demais autores das reflexões, opta-se por registrar a citação com a referência da autoria, além do organizador.

organizações junto às causas dos mais desfavorecidos, especialmente sob os impulsos hermenêuticos e epistemológicos da Teologia da Libertação (TdL)[119] (SINNER, 2007. p. 44).

Os pobres são ponto de encontro do diálogo das religiões a partir do despertar destas para a responsabilidade que possuem frente a um modelo de desenvolvimento que prescinde de dois terços da população mundial (VIGIL, 2005. p. 21-22; BRIGHENTI, 2004. p. 19). Fazendo referência à "regra de ouro" como um princípio ético mínimo e comum entre as religiões, Vigil a situa também como fundamento da opção pelos pobres:

> Não há maior drama no mundo atual do que estes "dois terços" da humanidade excluída e oprimida. Não há nada no mundo onde grite mais clamorosamente essa "regra de ouro" do que na humanidade sensível dos pobres e dos injustiçados. É aí, no serviço aos pobres da terra, que as religiões são solicitadas com mais urgência para começar seu diálogo, um diálogo não de teologias nem ortodoxias, mas um "diálogo da vida" e da convivência, da transformação do mundo, precisamente a partir dos pobres como sujeitos "empoderados" por suas religiões (VIGIL, 2005. p. 24-25).

A evangélica opção pelos mais desfavorecidos e marginalizados da sociedade "tem sido um proeminente catalizador ecumênico, gerando novas formas de comunhão na busca de uma sociedade alternativa, justa e igualitária" (BRAKEMEIER, 2004. p. 73).

A empatia e o comprometimento da REJU com a causa dos mais empobrecidos remonta a sua memória histórica. Isso pode ser evidenciado em dois aspectos: a) pelos contextos onde a Rede transita, espaços nos quais se estabeleceu um ecumenismo de serviço em suas diferentes frentes de atuação; b) pelas pautas que assume na promoção dos direitos juvenis através da articulação e incidência que se torna porta-voz das situações das minorias oprimidas. Como escreve um jovem:

> A REJU tem um lado. E a gente tem posições. [...] A gente também tem um lado, e o lado é estar ao lado do povo. Do lado do povo sofrido, do lado do povo oprimido. Quem está com o povo? Quem está do lado dos menores? Dos mais machucados? Esse é o lado em que a REJU está. (FRANCESCO In: DIAS, 2014. p. 168).

---

[119] É importante considerar os desdobramentos recentes da TdL, motivados pelos acontecimentos das décadas de 1980 e 1990, tanto no âmbito eclesial quanto social, que incidiram sobre o projeto histórico que propunha. A emergência de "novos sujeitos", entre eles as juventudes, das leituras teológicas que trazem, as questões ligadas à conjuntura ecológica, econômica, sociopolítica, bem como a realidade do pluralismo religioso, sugerem uma recontextualização da TdL. Essa recontextualização é defendida por alguns teólogos a partir da reflexão crescente sobre uma *teologia da cidadania* ou *Teologia Pública* (SINNER, 2007. p. 43ss). Não se assume, contudo, nesta abordagem teológica os pressupostos da emergente Teologia Pública. Uma análise da REJU nesta perspectiva foi desenvolvida recentemente por Deivis Macedo na obra *Rede Ecumênica de Juventude – REJU: uma proposta da presença "público-ecumênica" da fé-cristã* (Reflexão, 2015).

Ao colocar em evidência a realidade da violência que vitima milhares de jovens, especialmente jovens negros; ao assumir a luta contra a intolerância religiosa, contra a intolerância de gênero (homo-lesbo-transfobia), da violência contra a mulher, contra as agressões que o atual sistema impõe ao planeta, enfim, ao propor e/ou potencializar os diferentes clamores que surgem das realidades locais, a REJU explicita quem são seus interlocutores imediatos.

Por outro lado, a opção pelos excluídos impele a também optar por fazer caminho com eles e como eles, contrapondo-se aos grandes projetos opressores e abraçando "as manifestações de vida que se gestam nos espaços pequenos e locais: nas comunidades, nas famílias, no trabalho justo com o campo e com a terra, assim como na aposta por condições de justiça social e econômica" (RINCÓN; PACHECO In: SOUZA, 2012. p. 77). Esse caminhar com e como as minorias se faz perceber no modo como a Rede se articula, a partir de jovens, em sua maioria, inseridos nas realidades de base de igrejas, grupos religiosos, na militância dos movimentos sociais, nos espaços institucionais em que atuam, nos posicionamentos que assumem junto ao ME e na incidência pública. "[...] Nossa realidade exige críticas e práticas contrárias às relações excludentes, que sacrificam nos altares do consumo os corpos empobrecidos e vitimizam as juventudes" (Carta de Itaici, 2010). O compromisso com a vida dos excluídos se tece no bojo da história, com os sentidos apurados para as lições e as tarefas que a memória carrega: "[...] a realidade nos provoca a continuar com olhares críticos e orientados pelos ventos da transformação e resistência [...]" (Carta de Brasília, 2011[120]).

Essa leitura teológica remete ao conceito das "minorias abraâmicas" tecido por Dom Hélder Câmara, segundo o qual em todos os espaços geográficos, étnicos, religiosos, culturais, ideológicos "há criaturas que nasceram para dedicar-se, para gastar-se ao serviço do próximo, dispostas a não medir sacrifícios para ajudar de verdade e enfim a construir um mundo mais justo e mais humano" (CÂMARA, 1976. p. 9). Conscientes de que é preciso atravessar o "deserto", romper com o egoísmo e com o isolamento, "documentar as injustiças", essas minorias são "muito mais um espírito que uma organização, muito mais uma mística que uma rígida organização" (*Ibidem.* p. 77). Nelas, os jovens "têm lugar especialíssimo", devido à sua disposição de "gastar o melhor da própria vida pela construção de um mundo mais respirável e mais humano" (*Ibidem.* p. 99). Partindo desta análise, a REJU pode sinalizar uma experiência que se configura como minoria de resistência e utopia em

---

[120] Cf. Anexo 4.

meio aos desertos de intolerância e divisão[121]. Sua existência é, ao mesmo tempo, um questionamento permanente ao engessamento das estruturas institucionais, como também um convite à revitalização das mesmas a partir de dentro.

Há que se referenciar o crescente sentido de latinoamericanidade que vem sendo fortalecido pela Rede[122], assumido como compromisso de superação das marcas do colonialismo, da ditadura da exploração econômica, social e cultural que tem marcado a história do continente: "Sonhamos com a integração de nossa 'Afro-ameríndia' [...] esperamos que as articulações entre o nosso povo, nossa gente, se fortaleçam e se ampliem" (Carta de Itaici, 2010). Não se trata meramente de repensar as estruturas sociopolíticas, mas de "pensar formas de transformar as mentalidades e as subjetividades construídas dentro dos parâmetros da colonialidade [...] repensar a relação com o universo que somos e habitamos" (LIMA SILVA In: SOUZA, 2012. p. 90). Neste processo, a teologia cristã se depara com a necessidade de recolocar-se diante de um contexto onde seu histórico hegemônico caminhou de braços dados com o projeto civilizatório colonialista. "O mosaico religioso foi sendo negado pela cruz-espada, cruz e sangue. Terras e religiosidades negadas, espoliadas, alimentando o processo de centralidade europeia. É preciso reconhecer a importância da memória" (SOUZA, 2011b). Esta tarefa comporta uma nova relação entre fé e culturas:

> [...] a realidade das culturas religiosas afro-indígenas que marcam o contexto latino-americano requerem uma mudança do lugar teológico, e uma revisão do método teológico em diferentes aspectos. [...] são indicações de um novo/antigo caminho teológico que levaria a reflexão teológica a rever seu forte acento racionalista (RIBEIRO, 2014. p. 123).

As juventudes ecumênicas sinalizam para essa novidade à medida que rompem com os paradigmas excludentes, apontando "a ambiguidade das experiências religiosas, que podem legitimar estas intolerâncias e injustiças que estruturam a nossa sociedade", mas também sinalizando a partir de suas experiências "a possibilidade criativa que as distintas espiritualidades podem trazer na promoção de direitos e na construção de outros modos de viver" (Carta de Salvador, 2014).

---

[121] A sintonia entre as minorias abraâmicas apontadas por Hélder Câmara e a experiência da Rede também pode ser percebida na consideração pelo humanismo ateu em sua preocupação e contributo para a libertação do ser humano (*Ibidem.* p. 92-95). Em sua trajetória, a REJU contempla a aproximação de muitos jovens que se autodenominam ateus ou desvinculados de confessionalidades religiosas, mas que se identificam com o propósito e as pautas da Rede. Obviamente, esse é um quadro que merece uma análise mais aprofundada, tendo em vista o pano de fundo que caracteriza as tendências religiosas ou a-religiosas na atualidade.

[122] Juntamente com a educação popular e a amplitude cultural, a dimensão de latinoamericanidade se encontra expressa como uma das questões que permeia os objetivos estratégicos assumidos no biênio 2014-2015 (REJU, 2015j).

Sintetiza-se, assim, a dimensão diaconal da REJU sob duas perspectivas que se exigem mutuamente: a) prática, na efetivação de iniciativas de empoderamento dos sujeitos, especialmente das juventudes; um servir que se revela *in loco,* por ações mensuráveis em realidades concretas; b) conjuntural-reflexiva, agregando e colocando em diálogo os diferentes saberes, também teológicos, para uma ação contextualizada e transformadora a partir das bases.

3.3 *KOINONIA*: A DIVERSIDADE COMO EXPERIÊNCIA DE ENCONTRO

Pertencente à natureza eclesial, a compreensão de unidade como *koinonia* tem sido extensamente explorada no diálogo ecumênico, em especial no âmbito teológico-doutrinal[123]. As imagens bíblicas construídas para representar a Igreja convergem para a conceito de *koinonia,* enquanto expressão do mistério trinitário de Deus como "comunhão que se revela" (BRIGHENTI, 2006. p. 136). Na compreensão das primeiras comunidades cristãs de Atos, por exemplo, "*koinonia* significa bem mais que a comunhão de mesa; nem é simples harmonia interior. Antes, empenha ativamente as pessoas numa participação comunitária, o sinal da unidade espiritual expresso dentro da trama da vida social do dia-a-dia" (TILLARD, 2005. p. 693). Integra, assim, a mística e a prática.

Para compreender a REJU como experiência de *koinonia* é preciso levar em conta que os elementos acima acenados, concernentes a uma estrutura teológica mais elaborada, não se articulam *ipsis litteris* em seu caso. Por um lado, pela porosidade que a caracteriza; por outro, em razão da diversidade de experiências religiosas que a compõe e as diferentes compreensões que possuem sobre a questão. Contudo, ao se articularem em rede e organizarem sua ação considerando suas experiências religiosas, os jovens rejuzeiros estabelecem entre si uma relação de comunhão, de uma unidade de ação, mas que também agrega elementos de fé, os quais sustentam e fundamentam estas práticas. A *koinonia* se expressa, assim, na experiência do encontro entre a pluralidade que se reconhece enlaçada religiosamente em um objetivo comum.

Essa experiência está em sintonia com as pessoas e grupos cujas práticas ecumênicas não estão confinadas às estruturas eclesiásticas e mesmo teológicas. Embora, na maioria das

---

[123] A reflexão sobre o tema esteve presente desde o início da Comissão Fé & Constituição, bem como nas Assembleias do CMI e em diálogos bilaterais, sendo um conceito presente de forma especial no campo da eclesiologia (TILLARD, 2005. p. 691-695).

vezes, caminhem na marginalidade das concepções eclesiológicas das igrejas ou em reação ao perfil eclesial tradicional (RIBEIRO; CUNHA, 2013. p. 101), elas apontam para uma nova eclesialidade sustentada pela dimensão vivencial e concreta da unidade entre cristãos e na abertura às outras religiões, como experiência de unidade da humanidade. Traduzem a histórica tensão entre o pessoal/comunitário e o institucional, caminhando, contudo, na convicção de que a história ensina que a primazia está no indivíduo (NAVARRO, 1995. p. 18) que, superando o isolamento e o encontro com a coletividade, impõe às estruturas uma auto avaliação. Elenca-se, assim, dois aspectos que caracterizam a experiência de *koinonia* da Rede: a) a convivência no diálogo e abertura nas fronteiras da oficialidade e dos paradigmas teológicos; b) a dimensão pedagógica e mistagógica das relações estabelecidas.

3.3.1 As fronteiras como espaços para a alteridade e a convivência

O diálogo ecumênico é, por natureza, uma experiência de fronteira. Implica a opção por sair da autorrefencialidade, das conhecidas paisagens dos próprios territórios teológicos, eclesiais e vivenciais, para perceber que, nas fronteiras cabe muito mais construir caminhos que sustentar cercas e muros. E é nesse caminho paulatinamente construído pelos habitantes de ambas as margens que acontece a experiência do encontro, e todos os dialogantes podem se reconhecer igualmente peregrinos.

Percorrer a margem, mais do que uma realidade circunstancial, tem sido uma constante na REJU. Ela, na verdade, se constrói nesse caminho marginal, estabelecendo pontes entre os caminheiros, questionando o *status quo* daqueles que, por segurança, medo ou resistência preferem olhar de longe, desbravando com a ousadia própria das juventudes outras possibilidades ainda não exploradas. Como afirmou uma jovem rejuzeira:

> [...] é muita diversidade que trazemos conosco pelos diferentes caminhos trilhados em nossa vida. Essa diversidade, quando em um ponto de encontro, pede para ser partilhada, colocada em comum. Em especial, na vida da juventude essa diversidade quer ser da/o outra/o, pois para a juventude o relacionamento com o outro é seu ponto de 'achamento' interior (KROTH In: SOUZA, 2013. p. 9).

Este encontro com o outro-diferente comporta muito mais uma experiência de curiosa empatia do que de estranhamento. Há o interesse primeiro em acolher a diversidade como tal, ao invés da busca por definir categorias ou elencar de imediato elementos comuns, na convicção de que a "presença provocadora da diferença e da alteridade amplia o campo das possibilidades e faculta o real exercício de uma conversação enriquecedora" (TEIXEIRA,

2012b. p. 168). Isso é explicitado também pelo modo como a Rede constrói sua articulação, prezando pela horizontalidade das relações, "valorizando as conexões entre as pessoas, a lógica descentrada, a multiliderança, com outras comunidades de pertença e outras narrativas" (Carta de Salvador, 2013). A recusa às relações hierárquicas é, do mesmo modo, uma crítica aos sistemas sociais, políticos e também religiosos cujas relações verticalizadas são geradoras de exclusões simbólicas e estruturais, que atrelam a experiência do sagrado aos seus paradigmas, que engessam e alienam o princípio da liberdade, e tornam a convivência humana refém das relações de poder.

No campo da pluralidade religiosa, a convivência na fronteira é apelo para a superação dos exclusivismos que não permitem "perceber o que Deus está fazendo no mundo por outros caminhos e por outras experiências humanas de transcendência" (DIAS; TEIXEIRA, 2008. p. 102). Para esta reflexão aponta um estudo bíblico desenvolvido pela Rede e presente em um de seus subsídios[124]. Retomando a história de Rute, observa-se que o relato

> [...] quebra com o rigor de uma lei generalizada para afirmar a importância do encontro entre pessoas e do poder redentor que este encontro tem [...] É grande a diferença entre ***falar*** a respeito dos outros e ***encontrar-se*** com os outros. Está é [...] a melhor forma de trazer o diálogo sobre a prática ecumênica para (nossas) comunidades de fé (MAIA In: SOUZA, 2011. p. 18, grifo do autor).

Como na história da estrangeira moabita solidária com Israel e que entra na linhagem davídica, há a constatação de que "existe um outro mundo além do meu espaço, da minha gente. Uma confusão inicial que nos revira. O outro nos encontra e nos chama para uma decisão ética: caminharmos juntos em prol da justiça e de uma casa-comum, realmente casa de todos" (SOUZA, 2011). Esse outro e essa outra, muitas vezes, não orienta sua existência por um princípio religioso formal, ou, por situações diversas, encontra-se à margem de sua comunidade ou de seu espaço de pertencimento religioso de origem. Também a estes "o trabalho em rede mostra-se como uma capacidade de colocar comunidades e vivências de espiritualidade distintas, mas conectadas, na luta e promoção dos direitos das juventudes" (Carta de Salvador, 2013).

3.3.2 A dimensão pedagógica e mistagógica do encontro

---

[124] Rt 1,1–4,22. Subsídio elaborado em parceria com o CEBI e apoio da CESE para a dinamização da Campanha Nacional Contra a Intolerância Religiosa.

A trajetória histórica construída pela REJU explicita um processo pedagógico, tanto em relação aos conteúdos, métodos e práticas em sua atuação no espaço público brasileiro, como também no interior do ME (FE BRASIL, 2010. p. 4). A dimensão pedagógica, no entanto, não se restringe à finalidade empírica do projeto da Rede, mas se revela no modo como os sujeitos envolvidos nele vão se descobrindo e se construindo enquanto pessoas, jovens, cidadãos, crentes, ecumênicos. E aqui é preciso considerar toda a originalidade e efervescência que envolve o universo juvenil, a abertura, leveza e ousadia com que abraçam a novidade:

> Como jovens, que assumem uma prática ecumênica, não temos a pretensão alguma de ditar um só modo, um só estilo de vida. Pelo contrário, gostamos do que é diferente, do que contraria, questiona e nos motiva a pensar. Pois, uma nova ideia desacomoda, transforma, e, com esforço conjunto torna-se realidade. É na união deste pensar, no aceitar, no tolerar o irmão e a irmã – o que não fere, mas fortalece nossa própria identidade – que transmitimos o que a juventude possui de mais precioso: a alegria, a sinceridade da Fé (E. S.) (KOINONIA, 2011).

O encontro, a convivência com o outro, com a outra, que é e que crê diferente, ou que não crê, carrega a possibilidade da descoberta e do amadurecimento de si mesmo e de sua experiência de fé. "É a afirmação da crença, pois não se entra na prática ecumênica negando a fé, mas afirmando-a; junto com a dimensão da abertura à fé do outro, experienciando o seu mundo, suas vivências. Ouvindo-o. Apreendizado [*sic*] contínuo" (SOUZA, 2011b). Essa relação desencadeia uma experiência de conversão que reconfigura o olhar sobre si, sobre a realidade, sobre a própria experiência religiosa. Desperta e sustenta uma mística da unidade como experiência *kenótica* que leva ao esvaziamento das próprias seguranças e à criação de "um espaço harmonioso dentro de si, onde a realidade do outro pode ser ouvida, compreendida e apreciada" (WOLFF, 2002. p. 229).

Em consonância com a dimensão pedagógica, é possível igualmente acenar para uma leitura mistagógica das relações construídas enquanto Rede. A pluralidade de crenças e de formas de expressar a fé - e mesmo a desvinculação com um sistema religioso – não atenua a dimensão da espiritualidade, do mistério que compõe a natureza ecumênica da REJU e que é extensiva àqueles que a compõem. Embora com pressupostos e formas diferenciadas, a convivência na diversidade é um caminho de abertura gradual e progressiva à dimensão mistérica que envolve a vida do ser humano e do cosmos. Um mistério que possui denominações e acessos diferenciados, mas que se apresenta como "dom gratuito [...] algo inédito, desconhecido, novo, original, que descobrimos dentro, mas que nos vem de outro" (CHECA, 2000. p. 175). Os próprios jovens se configuram como agentes deste processo

mistagógico à medida em que, na partilha gratuita e sincera de suas experiências de fé, na ação conjunta por uma causa comum, contribuem para que o outro integre e cresça em sua dimensão espiritual[125].

Esse caminho de aprendizado pedagógico e mistagógico cria condições para uma adequada e significativa compreensão de tolerância, sustentada no que Paulo Freire designou como "virtude da convivência humana":

> A tolerância verdadeira não é condescendência nem favor que o tolerante faz ao tolerado. Mais ainda, na tolerância verdadeira não há propriamente quem tolera e o ou a que é tolerado (a). Ambos se toleram.
> Por isso mesmo, na tolerância virtuosa não há lugar para discursos ideológicos, explícitos ou ocultos, de sujeitos que, julgando-se superiores aos outros, lhes deixam claro ou insinuam o favor que lhes fazem por tolerá-los.
> [...] O que a tolerância autêntica demanda de mim é que *respeite* o diferente, seus sonhos, suas ideias, suas opções, seus gostos, que não o negue só porque é diferente. O que a tolerância legítima termina por me ensinar é que, na sua experiência, aprendo com o diferente (FREIRE, 2014. p. 26, grifo do autor).

A tolerância, por sua vez, não se resigna à passividade diante da diferença, mas comporta os necessários e inevitáveis conflitos, discordâncias que se apresentam no percurso das relações – e que gozam de uma intensidade peculiar na fase juvenil. Aponta, também, para uma reconciliação das linguagens, dos vocabulários e posturas que comportam preconceitos, ignorância, superficialidade sobre a identidade humana e religiosa do outro. Reside aqui uma particularidade testemunhada pelas juventudes ecumênicas e que é estruturalmente redentora para o diálogo ecumênico: as juventudes não ignoram, mas também não se limitam aos vícios e categorizações das formas de ecumenismo, nem se conformam com as divisões:

> A juventude historicamente rompe com situações e rompe com o que está posto. E necessariamente ela não entende a falta ou desentendimento institucionais no histórico de determinadas religiões. Então por isso é muito mais fácil as juventudes encontrarem caminhos de diálogos por que pra [*sic*] elas é um diálogo natural. Se lida com gente, se lida com pessoas que tem os mesmos anseios, os mesmos medos. E também desafios em comum. E, muitas vezes, não se reconhecem preconceitos ou rixas históricas que existem institucionalmente, mas se percebe, se reconhece que existe uma demanda em comum e ela precisa ser solucionada. Então é nesse ponto de diálogo que a juventude encontra forças e se compreende, se reconhece no outro.

---

[125] É igualmente importante ressaltar a importância que as igrejas, religiões e organizações do ME possuem neste processo. Integrando o círculo das relações das juventudes, elas também desempenham a tarefa de 'mistagogos', com a particularidade de poderem provocar para a abertura ao mistério que está para além das próprias confessionalidades e que dialogue com o pluralismo religioso. A valorização do protagonismo dos jovens não exime a criação de estruturas que o fomentem e impulsionem. O tamanho do desafio vale à pena pelo contributo que pode ser dado, tanto em relação às experiências juvenis, quanto à autopercepção crítica das confessionalidades diante da pluralidade religiosa.

> E reconhece não só isso, mas o potencial que o outro tem por ser diferente. E o quanto ele pode aprender com isso e o quanto ele pode ensinar (SCHERER In: DIAS, 2014. p. 159-160).

Tais juventudes são, por isso, eficazes agentes de cura para a memória histórica ferida das relações entre igrejas e credos, ao mesmo tempo em que se mostram abertos para aprofundar as raízes das divisões. O limite, contudo, parece residir na sintonia das linguagens. Onde estaria "o diapasão universal" que sintonize a frenética linguagem cibernética das juventudes com a densidade dos sistemas religiosos? Uma das possíveis respostas, em princípio, parece apontar para o que segue: na experiência do Mistério que se revela como ação-celebração.

3.4 *LEITOURGIA*: A BUSCA PELA JUSTIÇA COMO CELEBRAÇÃO DA FÉ

Na perspectiva cristã, o conceito de *leitourgia* (liturgia) está associado à ação - etimologicamente "algo que se faz", ação do povo – uma "ação simbólica a serviço da esperança, na medida em que ela antecipa, na fé, aquilo que se espera" (BRIGHENTI, 2006. p. 107). Na experiência eclesial, "é a ação pública e comum de uma comunidade cristã na qual a igreja simultaneamente se manifesta e se realiza" (MEYENDORFF, 2005. p. 727).

Embora, as particularidades eclesiológicas não sejam diretamente aplicáveis ao objeto de estudo em questão, a intenção de propor uma abordagem teológica da REJU sob o prisma litúrgico, celebrativo, está em referência ao lugar que a espiritualidade, a experiência de fé ocupa – e precisa ocupar, por coerência com sua natureza ecumênica - na ação da Rede, o que reforça a dimensão mistagógica acima desenvolvida:

> Em todos os nossos passos e inquietações, a espiritualidade se fez uma *presença*. [...] celebramos as nossas utopias e histórias em comunidade, guiando-nos pelos ventos que nos envolvem e nos conduzem aos sonhos e ações diárias que buscam uma casa-comum realmente justa, casa de todas as gentes (Carta de Salvador, 2013, grifo do autor).

Como expressão recorrente nas fontes documentais da Rede, está indicado o lugar relevante da justiça nesta ação. Isso é verificável, por exemplo, nas cartas dos Encontros Nacionais:

> [...] Assumimos que a justiça permanece no coração de nossa fé! (Carta de Itaici, 2010)

> [...] sinalizamos que estamos dispostas (os) a receber outras (os) em nossos braços, dar nossas mãos, continuarmos a aprender a dialogar e cantar a canção sincera de nossas entranhas em prol de nossa dignidade, de uma casa-comum realmente justa (Carta de São Paulo, 2012).
>
> "[...] celebramos e partilhamos a vida! [...] sonhando outros mundos e lutando, a partir das distintas vivências de espiritualidade, pela justiça – o pulsar de nossa fé" (Carta de Salvador, 2013).
>
> Nós, juventudes de várias crenças e comunidades de fé ou sem vinculação religiosa, que lutam por justiça [...] (Carta do Espírito Santo, 2014).

A busca pela justiça figura como celebração pública da fé, na qual as distintas espiritualidades se encontram e assumem caminhar juntas. "Uma fé que não se fecha no próprio espaço, mas que se abre às vozes e manifestações de Deus no outro" (LIMA SILVA In: SOUZA, 2012. p. 92). No direito à vida, traduzido como acesso aos direitos básicos do ser humano e da Casa Comum, as religiões - ou mais especificamente, as pessoas que as constituem - estreitam seus laços, reconhecem seus pontos de encontro e buscam reconciliar suas diferenças.

Nesta experiência celebrativa da ação que marca a atuação da Rede, duas características merecem ser destacadas: a) a dimensão libertadora da espiritualidade, que brota da ação concreta – para a REJU especialmente no âmbito sociopolítico - e para ela impele; b) a dimensão festiva, sabática das espiritualidades em relação, vivida na intensidade e impulsividade criativa da identidade juvenil.

3.4.1 Espiritualidades e utopias libertadoras

Além de agregar e potencializar pautas e direitos, a articulação em rede é uma forma de unir utopias, elemento que imprime significado e direção à ação: "A partir do que se deseja, o que se espera, há a transgressão da educação presente. É a utopia: o desejo transgressor e subversivo de gerar uma outra realidade, a partir daquele que não tem lugar, o corpo que sofre..." (REJU, 2011c). Foi também um projeto utópico que embalou a atuação das juventudes latino-americanas ligadas aos movimentos sociais das últimas décadas do século XX, as quais viram seus ideais de igualdade e participação popular ruírem no advento do século XIX frente à afirmação de um modelo de desenvolvimento excludente e opressor sob os mais diversos pontos de vista. Em tempos de "mudança de época", assumindo com lucidez os aprendizados da história, é possível sinalizar um futuro desejável a partir do que

Mouterde[126] denomina de uma "reinvenção da utopia", que se sustenta em elementos subjetivos enquanto "dimensão inalienável" dos movimentos populares (MOUTERDE, 2003. p. 17) Estes, ousam "manter viva a ideia de uma história cujos verdadeiros protagonistas poderiam ser os excluídos" (*Ibidem.* p. 16), propondo por suas atuações novas hermenêuticas que germinam e se sustentam nas bases e confrontando discursos hegemônicos (*Ibidem.* p. 20).

No interior desta "subjetividade social" é possível situar e reconhecer os fundamentos da espiritualidade e da ética religiosa que envolvem e impulsionam muitas destas expressões contestatórias e novidadeiras e, particularmente aqui, faz-se relação com a Rede a partir de sua expressão pública. Assume-se, assim, uma utopia que se fundamenta no encontro com um Deus que "apresenta seu projeto libertador e que exige a colaboração humana para ir realizando-o na história" (MACCISE, 1993. p. 678). Na mística cristã, é a experiência pascal de caminhar "com o corpo ferido de Cristo na esperança da ressurreição" a partir das dores e promessas pascais do cotidiano:

> É Deus dizendo para nós que as pessoas que sofrem injustamente no mundo, como Jesus sofreu, não continuarão sofrendo: Deus está ao lado delas. Por isso quando vemos a dor dessas pessoas, nós somos convidados a celebrar uma passagem: da vida de dor e opressão, para uma vida de dignidade e comunhão (MAIA In: SOUZA, 2013. p. 15)

Percebe-se, portanto, uma compreensão de espiritualidade profundamente conectada com a vida, aprendida e vivida nas "andanças" e em "ciranda", palavras que traduzem o pulsar da experiência espiritual que vai sendo plasmada nas relações em rede:

> Aprendemos, com as pessoas de diversos lugares [...] a possuir uma espiritualidade que acontece na vida, com nossas dores e festas, com nossos engajamentos pela transformação social, com nossas andanças ecumênicas na luta pela justiça e pela superação de intolerâncias (REJU, 2012c).
>
> Deus é um acontecimento que se faz presença entre nós por meio de nossos encontros e passos cotidianos, numa dinâmica horizontal (SOUZA, 2013. p. 7).

---

[126] Na obra *Reiventando a Utopia. Práticas alternativas da esquerda latino-americana* (TOMO, 2003), o cientista social canadense Pierre Mouterde propõe uma análise da conjuntura da esquerda latino-americana, adjetivando-a sob duas perspectivas: uma denominada de "esquerda tradicional", que se caracteriza pelo fechamento ideológico às categorias e mediações de origem; e outra que sinaliza como "embrião" de uma "esquerda histórica", a qual conjuga a consideração pelas raízes históricas com o movimento de sintonia com os tempos atuais (*Ibidem.* p. 21-50). Elucidando essa segunda proposta, o autor ilustra a partir de experiências latino-americanas. Em relação à conjuntura religiosa, Mouterde relaciona a existência de integrismos e sua tendência de propagar-se nas lacunas deixadas pela "esquerda tradicional" (p. 152).

> Em nossas andanças humildes ao lado de nosso Deus, encontramo-nos com o corpo ferido de Cristo a todo instante. Quando isso acontece, vamos sempre lembrar que o corpo e o sangue das vítimas é sempre um sacramento em que Deus declara seu desejo de transformação (MAIA. In: SOUZA, 2013. p. 16)

Um projeto de unidade vislumbrado neste processo é a superação do dualismo entre a relação com Deus e a relação com o outro e a outra. Há uma única história, expressão teofânica que conjuga o mistério da encarnação e salvação, na qual aquele que crê "dá a correspondência ao Deus de amor, no exercício gratuito de entrega ao próximo, sobretudo aos mais excluídos. É nesse existir para os outros que se desvela o Mistério de Deus sempre maior" (TEIXEIRA, 2014. p. 83). Extrapolando as fronteiras das particularidades religiosas e confessionais, essa mística solidária e encarnada atua como catalizadora das aspirações e das sensibilidades das juventudes a partir de seus projetos de vida:

> [...] Reconhecemos que a espiritualidade libertadora é um modo de viver, de expressar o apelo radical feito por Jesus quando assumiu a nossa humanidade. Essa espiritualidade perpassa nossos corpos, o nosso "coração de carne", nossas entranhas, ante as provocações da realidade que nos oprime, permeada por sinais de morte e cruzes fixas nas esquinas de nossas casas, nas vielas de nossas comunidades, nos espaços eclesiais. Elas nos provocam para uma opção pelas pessoas excluídas e à margem do neoliberalismo, sistema idolátrico que pede vítimas. A espiritualidade deve nos levar à boa notícia da vida plena e abundante para todas as pessoas e toda a Criação. Uma vida sem muros, sem as barreiras do individualismo, fundamentalismos e intolerâncias (Carta de Fortaleza, 2014)[127].

É na potencialidade e na diversidade de cada um, e na possibilidade que essa diferença tem de transformar a própria vida e a do outro que a REJU situa sua essência e sua mística (REJU 2015). "A nossa mística conjunta, a nossa mística plural que faz com que possibilidades surjam e que haja esperanças para as lutas de cada um e cada uma em diferentes cantos do Brasil" (REJU, 2015). Para a Rede, "a fé surge em diferentes lugares e motiva a transformar e garantir direitos, repensando a nossa realidade, a do outro e outra" (REJU, 2015). Como elemento essencial do ME, "o desenvolvimento de uma espiritualidade ecumênica sempre nos abrirá possibilidades de perguntas sobre nosso modo de ocupação/vivência no mundo" (MACEDO, 2015. p. 104), o que engloba, também, a libertação/transformação socioambiental: "Diante deste desastre (ecológico), nossa confissão religiosa precisa mover-nos. Precisamos colocar em prática o dom da vida, que perpassa todos os credos" (TERRA, K. In: SOUZA, D. 2013, p. 22)

---

[127] Carta aberta redigida pelos participantes do I Encontro Nacional de Juventudes e Espiritualidade Libertadora, ocorrido em Fortaleza em 2014, que teve o apoio a participação da REJU. Cf. Anexo 9.

3.4.2 A dimensão festiva das espiritualidades em diálogo

Uma visita, mesmo que rápida, nos canais virtuais e nas iniciativas que a REJU desenvolve ou com as quais soma, permite perceber vivências e ações carregadas de vida, cores, movimento. Os momentos orantes que perpassam os encontros presenciais, as marchas, mobilizações, vigílias relacionadas a alguma temática social ou religiosa, os escritos, entre outras referências, explicitam uma dimensão notadamente festiva:

> O que sonhamos com Deus? Festa, celebração! É como aprendemos em nossas mobilizações para a garantia de direitos da juventude: 'não me convide para uma mobilização política que não possa dançar'. Ou: 'não me convide para um caminho e uma vivência de espiritualidade em que eu não possa dançar, celebrar' (SOUZA, 2013. p. 42)

A dimensão lúdica é um dos componentes mais expressivos das vivências religiosas. É, possivelmente, este um dos grandes contributos a ser dado por elas frente à tecnocracia e ao ativismo funcional da contemporaneidade. Tal como infere Teixeira "[...] as religiões e as teologias são provocadas a acender a chama de um 'novo mundo possível', pontuado pela hospitalidade, delicadeza e cortesia" (TEIXEIRA, 2012. p. 166).

Todavia, a leveza celebrativa que acompanha a caminhada não ignora os limites, nem está alienada à complexidade do percurso. Em relação à Rede, direciona o olhar para a estigmatização que sofrem as juventudes, mulheres, comunidades tradicionais, grupos LGBT, movimentos sociais e outros coletivos em relação à afirmação e promoção de direitos básicos:

> Ao se falar de juventudes [...] nossos trajetos também são forjados entre dor e festa, entre morte de muitas e muitos jovens (em sua grande maioria negras/as e pobres) e as celebrações diárias construídas em muitos espaços que trazem histórias de morte e de vida. É o viver e o morrer que estão em constante tensão em nossos caminhos. Ambiguidades e contradições de nossos passos (SOUZA, 2013. p. 41).

Subsiste, entretanto, a convicção de que "a alegria também é resistência, criatividade e festa ante os dilemas cotidianos e outras propostas de 'paz'" (*Ibidem.* p. 42).

A dimensão festiva das espiritualidades conduz e é conduzida a uma abordagem diferenciada da corporeidade, esta compreendida como "relação do corpo humano consigo mesmo e com outros corpos" (DEIFELT, 2006. p. 82), sendo um tema desenvolvido especialmente nas reflexões da Teologia Feminista e bastante presente nas formações e momentos vivenciais da REJU. A descoberta de Deus no corpo nutre a mística do cuidado

que supera o sentimento de empatia pelas aflições do ser humano e do cosmos, e proclama o amor como "espaço para transformações e mudanças, o que implica questionar a existência de sistemas religiosos, sociais, políticos e econômicos que discriminam e excluem" (*Ibidem.* p. 101).

A corporeidade é, igualmente, vínculo vital com a causa ecumênica. Partindo da premissa de que esse corpo é "uma maneira do sujeito de se fazer presença no mundo", "o lugar onde tudo é percebido e existe" e, por isso, a mediação "entre percepção, intencionalidade e mundo vivido", Souza aponta para uma nova compreensão epistêmica do corpo como o caminho para a formação ecumênica articulada com a educação popular. Na base desta consideração está a memória das opções pedagógicas e teológicas que moveram o ecumenismo na América Latina e que estão na gênese da Rede: é "a partir do corpo subalterno, oprimido, o ponto de partida de uma reviravolta na formação da *oikoumene"* (p. 58). Neste processo político-pedagógico, a espiritualidade não é externa à corporeidade, mas o "fôlego", a divina *ruah* que a fecunda e que move para a "construção de uma casa realmente habitável para todas as pessoas" (SOUZA; PEREIRA, 2014. p. 69-70).

3.5 SÍNTESE PROSPECTIVA

As intuições teológicas evidenciadas pela REJU expressam a existência de uma reflexão aberta e plural, assumida, em geral, na fronteira dos discursos oficiais e institucionais. Brotam das experiências de diálogo inseridas na realidade, sustentando um projeto de unidade que não parte de uma mesma confissão de fé, mas de um mesmo agir a partir de diferentes formas de crer. Aponta, assim, para um testemunho e ação públicos em vista de uma casa comum justa, sustentável e habitável para todos e todas.

Sustentada por elementos e categorias presentes na Teologia da Libertação, essa experiência demonstra sua relevância ao possibilitar a acolhida e interação com o pluralismo religioso, como também com outras opções espirituais, religiosas ou não. Lidas a partir da ótica cristã, os elementos teológicos explicitados pela Rede podem ser categorizados sob três aspectos: a) como serviço diaconal à comunidade humana, especialmente às juventudes, considerando o contributo a ser dado pelas religiões no espaço público e de modo particular aos mais empobrecidos; b) como expressão de *koinonia* construída nas fronteiras religiosas e que oportuniza um fecundo processo pedagógico e mistagógico; c) como testemunho de uma espiritualidade libertadora e celebrativa.

Embora não possua uma vinculação oficial com as igrejas e religiões, a Rede não ignora sua importância e o contributo que estas têm a oferecer, também do ponto de vista teológico. Ao caminhar em sintonia com estas, especialmente pela via do ME e dos espaços de pertencimentos de seus membros, busca apresentar um olhar propositivo e diferenciado desde seus espaços de atuação e das leituras de mundo que estes lhes possibilitam.

A pluralidade de leituras teológicas e experiências religiosas comporta, contudo, a necessidade de alguns discernimentos a serem feitos pela Rede em vista da coerência com sua natureza ecumênica que reconcilia as diferenças e não as nivela. Destes, dois parecem ser mais relevantes: a) a valorização das particularidades das experiências e tradições religiosas que integram a REJU; além de superar o risco de nivelamento e/ou indiferentismo, onde "tudo é a mesma coisa", contribui para a renovação das tradições religiosas a partir de dentro, na medida em que os jovens façam eco das experiências construídas em rede no interior de suas comunidades. Algumas experiências significativas têm sido colhidas neste sentido; b) o cultivo de uma mística comprometida, utópica e celebrativa em um contexto de incidência pública de posicionamentos polarizados e, muitas vezes, fatalistas. A presença como voz ecumênica e de resistência no cenário sociopolítico é um convite à superação dos discursos exclusivistas e abertos, direcionamento para um projeto de ser humano e de sociedade que se situam para além das relações de poder e dos interesses sociais, mediado por uma espiritualidade crítica e profética. Isso minimiza o risco de discursos religiosos feitos a partir de fora, frutos somente de análises e especulação científicas e permite avanços concretos nos caminhos do diálogo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O caminho da unidade percorrido pelo ME é significativamente marcado pela presença e atuação das juventudes que, em contextos diferenciados, sinalizaram por suas vivências e por seus projetos, possibilidades efetivas de superação das divisões. Nos passos contemporâneos, especificamente na realidade brasileira, essa relação tem na REJU uma expressão que conjuga continuidade e novidade expressa em princípios, estruturas e linguagens. Sua ecumenicidade se sintoniza com a prerrogativa expressa por Visser Hooft, de que "o movimento ecumênico é feito por pessoas, mais que por instituições" (IULIANELLI, 2013. p. 184). Como destaca Iulianelli:

> Citá-la (a REJU) como um dos exemplos de organização ecumênica tem sentido pelo modelo não usual de articulação: juventudes que se organizam por afinidade, advindas de diferentes comunidades de crença, que tem no campo dos direitos e superação de intolerâncias, a partir das diferentes riquezas espirituais dos participantes, o elemento de agregação e de favorecimento à participação na construção da unidade (*Ibidem*).

Esses diferentes sujeitos constroem a dinâmica da Rede a partir de seus espaços de vivência e suas experiências de base, seja no campo social ou eclesial, de sua militância política, formação acadêmica, atuação profissional, enfim, em todos os aspectos que envolvem suas trajetórias. Isso estrutura uma base teórico-prática ampla e diversificada que possibilita à REJU gestar e propor novas hermenêuticas que brotam dos diferentes saberes que se colocam em relação de diálogo e cooperação, e que se traduzem nas frentes de ação assumidas. Possuem o diferencial de ser um espaço essencialmente articulado, organizado e voltado para as juventudes, em uma experiência de protagonismo que perpassa todas as dimensões da Rede.

A existência de um bônus demográfico jovem no Brasil, os problemas vividos por essa parcela da população e as iniciativas governamentais existentes, mas ainda insuficientes para este público, sustentam a importância da presença e atuação da Rede como uma voz juvenil que, embora minoritária, agrega outras tantas vozes. A promoção dos direitos humanos e da justiça social no Estado democrático tendem a cada vez mais integrar a agenda de organizações da sociedade civil, como também do ME. Justifica isso a crescente violação de direitos e que, especialmente em nível de Brasil, tem brotado de posicionamentos e projetos de grupos religiosos fundamentalistas que afrontam, inclusive, a própria democracia. A REJU

é, assim, um contraponto necessário e pertinente, continuando e intensificando seu papel de mediação e interlocução no espaço público. Sua identidade e atuação é uma postura afirmativa da juventude brasileira e do ME. Diante do contexto de intolerâncias e violação de direitos, esse diferencial se expressa numa convicção de fé, como aponta Barros:

> O problema é que a lei pode impedir a discriminação e a injustiça, mas não pode obrigar ninguém a amar o diferente e a valorizar uma cultura que não é a sua. Isso supõe uma opção "espiritual", ou seja, abertura amorosa ao diferente, como opção de vida (BARROS, 2015).

Por outro lado, como voz das juventudes ecumênicas a REJU também tem algo a dizer e a contribuir com as igrejas e tradições religiosas. A credibilidade e a capilaridade que vem construindo junto aos espaços sociopolíticos, conhecendo os mecanismos legais e instrumentos a serem acessados, bem como a aproximação com diferentes sujeitos e coletivos sociais que possuem afinidade com a busca por uma cultura de paz, justiça e direitos, pode e deve ajudar as igrejas e religiões, e as juventudes pertencentes a elas a enxergarem para além de seus guetos institucionais. Além disso, são integrantes necessários para o diálogo geracional que é vital e urgente para os espaços eclesiásticos e ecumênicos. A cidadania que as juventudes têm conquistado no meio social não acompanha o modo como geralmente são reconhecidas nos espaços eclesiais e religiosos. É preciso superar a mentalidade de que investir nos jovens é um projeto de futuro, de preferência para a manutenção do *status quo*. É necessário ouvi-los e reconhecê-los pelo que já são, com todas as ambiguidades que possam conter. Além disso, o posicionamento das juventudes são um ponto de questionamento às igrejas e religiões em relação à sua autocompreensão, especialmente em relação ao seu posicionamento frente ao pluralismo religioso (VIGIL, 2005. p. 22).

Da mesma forma, embora por natureza a REJU não esteja atrelada a um esquema institucionalizado, a confessionalidade é necessária à Rede enquanto vínculo matricial com a causa ecumênica. Por mais que o empenho ecumênico tenda a configurar-se como um projeto que extrapola os muros eclesiais e que se expressa preponderantemente no plano prático, há que se reconhecer que a vocação para a unidade reside no coração das igrejas e religiões, muito embora seus projetos históricos nem sempre traduzam isso. Na experiência cristã, a integração social vinculada à unidade não constitui um "simples oportunismo histórico", mas está envolvido da dinâmica da mensagem que portam (WOLFF, 2002. p. 394) e do mistério que comportam. Prescindir das confessionalidades pode levar a uma incoerente e estéril rebeldia que, em nome de um diálogo aberto, se fecha numa espécie de "gueto vicioso" que

deixa de ser propositivo, mas se apoia no mesmo formato da intolerância que se denuncia. A configuração como rede não imuniza do desafio e das tensões próprias das relações de poder que se estabelecem no interior dos coletivos humanos.

Apesar dos desafios com os quais se depara, tanto frente aos dilemas e contrastes da conjuntura nacional, quanto nas questões concernentes à sua autocompreensão (também teológica) e autogestão, a Rede dá ao ME brasileiro o contributo da voz e do envolvimento ativo das juventudes em seus projetos e iniciativas nos diversos níveis do diálogo, especialmente na atuação sociopolítica e na promoção de direitos. Da mesma forma, provoca por suas posturas de diálogo e qualificada presença pública um novo olhar da sociedade civil e do próprio espaço governamental para a participação das organizações religiosas e ecumênicas, ao mesmo tempo em que contrapõe às estruturas legitimadoras de intolerâncias e fundamentalismos. Embora seja uma relação ainda fragilizada, oportuniza também às igrejas e tradições religiosas um espaço de envolvimento para seus quadros jovens, o que, além de contribuir para a formação cidadã, amplia e dá base para o fortalecimento do diálogo ecumênico, inter-religioso e intercultural.

Conclui-se, assim, que a REJU, a partir de suas características como rede (estrutura organizacional), articulada e dinamizada sob os fundamentos de um projeto de unidade amplo e plural (natureza ecumênica) e tendo como interlocutores imediatos as juventudes brasileiras, especialmente aquelas que possuem seus direitos violados (foco de incidência e relação), se apresenta como expressão legítima e original do ME brasileiro, respondendo e ampliando o intuito pelo qual foi pensada, e contribuindo para o testemunho do diálogo e cooperação entre credos, em vista de uma casa realmente justa e habitável para todos e todas.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, H. (Org.) **Estação Juventudes. Conceitos Fundamentais.** Pontos de partida para uma reflexão sobre políticas públicas. Brasília: SNJ, 2014.

ABRAMO, H.; BRANCO, P. P. (Org.) **Retratos da Juventude Brasileira.** São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2005.

ADITAL. **I Encontro Nacional de Juventudes e Espiritualidade Libertadora.** Fortaleza/CE, 2014. Disponível em: <http://www.espiritualidade2014.com.br/conteudo.asp?id=encontro>. Acesso em: 21 nov. 2015.

_____ **Carta de Fortaleza.** Fortaleza, mai. 2014. Disponível em: <http://www.espiritualidade2014.com.br/noticia.asp?cod=81>. Acesso em: 28 set. 2014.

ÁLVAREZ, C. **Introducción a la Unidad Cristiana.** Nashville/EUA: AETH, 2011.

AMALADOSS, M. **Pela Estrada da Vida.** Prática do Diálogo Inter-religioso. São Paulo: Paulinas, 1996.

_____ Ser um cristão-hindu. In: VIGIL, J. M. **Por uma Teologia Planetária.** São Paulo: Paulinas, 2011. p. 47-54.

BARRETO JR. O Movimento Ecumênico e o Surgimento da Responsabilidade Social no Protestantismo Brasileiro**. Numen**: revista de estudos e pesquisa da religião, Juiz de Fora, v. 13, n. 1 e 2, p. 273-323, 2010. Disponível em: <http://numen.ufjf.emnuvens.com.br/numen/article/viewFile/1503/1050>. Acesso em: 02 nov. 2015.

BARROS, M. **As Diferenças Reconciliadas.** Fortaleza, 2015. Disponível em: <http://site.adital.com.br/site/noticia.php?lang=PT&cod=87362>. Acesso em: 25 nov. 2015.

BENCKE, R. M.; MOTA, S. G. **Ecumenismo e Feminismo.** Parcerias da casa comum. São Leopoldo: CEBI, 2012.

BENT, A.; KESSLER, D. Assembleias do CMI. In: LOSSKY et al. **Dicionário do Movimento Ecumênico.** Petrópolis: Vozes, 2005. p. 101-107.

BENT, A.; WERNER, D. Conferências Ecumênicas. In: LOSSKY et al. **Dicionário do Movimento Ecumênico.** Petrópolis: Vozes, 2005.

BÍBLIA. Português. **A Bíblia.** Tradução Ecumênica. São Paulo: Loyola/Paulinas, 1995.

BITTENCOURT FILHO, J. Da Aventura Protestante... apontamentos para reflexão. In: DIAS, Z. M. (Org.) **Memórias Ecumênicas Protestantes.** Os protestantes e a Ditadura: colaboração e resistência. Rio de Janeiro: KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço, 2014. p. 15-23.

BOCK, C. G. **O Ecumenismo eclesiástico em debate.** Uma análise a partir da proposta ecumênica do CONIC. São Leopoldo: Sinodal, 1998.

BONINO, J. M. **Rostos do Protestantismo Latino-americano.** São Leopoldo: Sinodal, 2013.

BRAKEMEIER, G. **Preservando a Unidade do Espírito pelo Vínculo da Paz.** Um curso de Ecumenismo. São Paulo: ASTE, 2004.

BRASIL. Constituição (1988). **Emenda Constitucional nº 65, de 13 de julho de 2010.** Presidência da República, Brasília, 2010. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc65.htm> Acesso em: 07 nov. 2015.

_____ Presidência da República. Secretária-geral. **Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência e Desigualdade Racial 2014.** Brasília: Presidência da República, 2015.

_____ Secretaria de Assuntos Estratégicos. **Juventude levada [em] c+o+n+t+a.** Demografia. Brasília: 2013.

_____ Secretaria Nacional de Juventude. **Reflexões sobre a Política Nacional de Juventude. 2003-2010.** Brasília, 2011.

_____ **Agenda Juventude Brasil.** Pesquisa Nacional sobre o Perfil e Opinião dos Jovens Brasileiros 2013. Brasília: Presidência da República, 2013. Disponível em <http://m.biblioteca.juventude.gov.br/xmlui/bitstream/handle/11322/188/pesquisa_juventude.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 10 out. 2014.

_____ **Estatuto da Juventude.** Brasília: Presidência da República, 2013.

BRIGHENTI, A. **A Igreja Perplexa.** A novas perguntas, novas respostas. São Paulo: Paulinas, 2004.

_____ **A Pastoral dá o que Pensar.** A inteligência da prática transformadora da fé. Valencia/ESP: Siquém; São Paulo: Paulinas, 2006.

CÂMARA, H. **O Deserto é Fértil.** Roteiro para as Minorias Abraâmicas. ed. 6ª. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

CARDEN, J. Oração no Movimento Ecumênico. In: LOSSKY at. Al. **Dicionário do Movimento Ecumênico.** Petrópolis: Vozes, 2005. p. 840-842.

CARVALHO DIAS, A. **Ecumenismo:** uma ótica protestante. Disponível em <http://www.nupper.com.br/home2/wp-content/uploads/3-O_Ecumenismo_Uma_otica_Protestante.pdf>. Acesso em: 24 out. 2015.

_____ **O movimento ecumênico no Brasil (1954-1994):** a serviço da igreja e dos movimentos populares. 2007. 294 f. Tese de Doutorado (História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

CASTRO, C. P et al. **Novos Paradigmas.** São Bernardo do Campo: Instituto Metodista de Ensino Superior, 1995.

COORDENADORIA ECUMÊNICA DE SERVIÇO (CESE). **Relatório de Atividades.** Formulário CESE. São Paulo, 10 set. 2012. 6 p. (Arquivo pessoal).

_____ **Ecumenismo e Cidadania.** A trajetória da Coordenadoria Ecumênica de Serviço. São Leopoldo: CEBI/Sinodal, 2013.

CHECA, R. **A Pastoral da Espiritualidade Cristã.** Fundamento teológico, setores de atuação, orientação mistagógica. São Paulo: Loyola, 2000.

COLET, R. F. Jovens, ecumênicos e protagonistas. In: **Revista Geração Z.** Ano 02, n. 07, Surubim/PE, 2014. p. 16-19. Disponível em: <http://media.wix.com/ugd/7cf6e8_a635f128fb574caab187789c0b16a208.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2015.

COLET, R. F.; ANDRADE, R. C. Liberdade Religiosa e Laicidade do Estado no debate e nas práticas da Pastoral da Juventude e da Rede Ecumênica de Juventude. In: V Congresso da ANPTECRE**,** v. 5. 2015, Curitiba. **Anais do Congresso.** Curitiba, 2015. p. ST0915.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). **Os Próximos passos pelo limite da propriedade rural.** 28 out. 2010. Disponível em <http://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes/noticias/plebiscito-pelo-limite-da-propriedade-da-terra/459-os-proximos-passos-pelo-limite-da-propriedade-rural>. Acesso em: 3 out. 2015.

CONCÍLIO VATICANO II. **Compêndio do Vaticano II.** Constituições, decretos e declarações. Petrópolis: Vozes, 1968.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL (CNBB). **Guia Ecumênico.** 3. ed. São Paulo: Paulus, 2003. (Estudos da CNBB, 21)

_____ **Evangelização da Juventude.** Desafio e perspectivas pastorais. São Paulo: Paulinas, 2007. (Documentos da CNBB, 85)

CONSELHO EPISCOPAL LATINO-AMERICANO (CELAM). **Civilização do Amor.** Projeto e Missão. Orientações para uma Pastoral Juvenil Latino-americana. Brasília: Edições CNBB, 2013.

CONSELHO LATINO-AMERICANO DE IGREJAS (CLAI). **Constituição do CLAI.** Barranquilla/Colômbia, jan. 2001. Disponível em: <http://www.claiweb.org/images/pdf/constitucionportu.pdf>. Acesso em: 1º dez. 2015.

_____ **Cartas Pastorales.** V Assemblea General. Buenos Aires, 24 jan. 2007. Disponível em <http://www.claiweb.org/institucional/buenosaires.pdf >. Acesso em: 03 nov. 2015.

_____ **Carta Pastoral de Havana.** Havana/Cuba, 2013a. Disponível em <http://www.claiweb.org/vi%20asamblea/carta%20pastoral%20de%20La%20Habana.html>. Acesso em: 30 set. 2015.

_____ **Plan Estrategico 2014-2015-2016**. Quito/Ecuador, 2013b. Disponível em <http://www.claiweb.org/Proyectos/Plan%20Trienal%202014-2016.pdf>. Acesso em: 03 nov. 2015.

_____ **Pastoral Juvenil y Cultura da Paz.** 2015. Disponível em <http://www.claiweb.org/juventud/principal.htm>. Acesso em: 03 de nov. 2015.

_____ Secretaria Regional Brasil. **Maurim Chiclana foi eleita como coordenadora continental de juventude.** São Paulo, 17 dez. 2015. Disponível em: <http://claibrasil.org.br/noticia/85/maurim-chiclana-foi-eleita-como-coordenadora-continental-de-juventude-clai> Acesso em: 18 dez. 2015.

CONSELHO NACIONAL DE IGREJAS CRISTÃS (CONIC). **REJU terá nova facilitação nacional.** Brasília, 21 jun. 2014. Disponível em: <http://conic.org.br/portal/noticias/1039-a-reju-tera-nova-facilitacao-nacional>. Acesso em: 1º dez. 2015.

COPPE, M.A. Movimento Voluntário Estudantil (MVE): uma das raízes históricas da Conferência de Edimburgo em 1910. *In* **Revista Caminhando**. v. 15*;* nº 2; 2010. p. 64-74. Disponível em: < http://www.bibliotekevirtual.org/index.php/2013-02-07-03-02-35/2013-02-07-03-03-11/511-caminhando/v15n02/4690-movimento-voluntario-estudantil-mve-uma-das-raizes-historicas-da-conferencia-de-edimburgo-em-1910.html>. Acesso em: 14 jan. 2016.

_____ **A responsabilidade social e política dos cristãos:** história e memória da União Cristã de Estudantes do Brasil (UCEB) entre as décadas de 1920 e 1960**.** 2009. 161f. Dissertação de Mestrado (Ciência da Religião) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2009.

DEIFELT, W. Deus no corpo: uma análise feminista da revelação. In: TOMITA, L.; VIGIL, J. M.; BARROS, M. **Teologia Latino-americana Pluralista da Libertação.** São Paulo: Paulinas, 2006. p. 79-102.

DIAS, Z. M.; RODRIGUES, E.; PORTELLA, R. **Protestantes, evangélicos e (neo) pentecostais.** História, Teologias, Igrejas e Perspectivas. São Paulo: Fonte Editorial, 2014.

DIAS, Z. M. O Movimento Ecumênico e seu significado**.** In**: Numen***:* revista de estudos e pesquisa da religião. Juiz de Fora, v. I, n. 1. p. 127-163, 1998. Disponível em <http://numen.ufjf.emnuvens.com.br/numen/article/view/899/781>. Acesso em: 05 nov. 2015.

DIAS, Z. M. Perseguindo a Utopia. Alguns marcos decisivos na trajetória do Movimento Ecumênico na América Latina e Caribe. In: SINNER, R.V. (Org). **Missão e Ecumenismo na América Latina.** São Leopoldo: Sinodal; Quito: CLAI, 2009. p. 117-130.

DIAS, Z. M. (Org.) **Memórias Ecumênicas Protestantes.** Os protestantes e a ditadura: colaboração e resistência. Rio de Janeiro: KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço, 2014.

DICK, H. O **Caminho se faz.** História da Pastoral da Juventude do Brasil. Porto Alegre: Evangraf, 1999.

_____ **Gritos silenciados, mas evidentes.** Jovens construindo juventude na história. São Paulo: Loyola, 2003.

_____ **O Divino no Jovem.** Elementos teologais para a evangelização da cultura juvenil. Porto Alegre: Instituto de Pastoral da Juventude; Rede Brasileira de Institutos de Juventude, 2006.

DIOCESE ANGLICANA DE BRASÍLIA. **Jornada Ecumênica do Cerrado – JECO.** Brasília, 2009. Disponível em: <http://dab.ieab.org.br/2009/10/16/jornada-ecumenica-do-cerrado-%E2%80%93-jeco/>. Acesso em: 14 nov. 2015.

DUPUIS, J. **O Cristianismo e as Religiões.** Do desencontro ao encontro. São Paulo: Loyola, 2004.

ECUMENICAL YOUTH COUNCIL IN EUROPE (EYCE). **About EYCE.** Disponível em: <https://www.eyce.org/>. Acesso em: 1º nov. 2015.

ENCRISTUS. **Quem somos.** São Paulo, 2015. Disponível em: <http://www.encristus.com.br/dinamic/jupgrade/index.php/encristus-o-que-e>. Acesso em: 25 jan. 2016.

ESCOLA SUPERIOR DE TEOLOGIA (EST). **Carta aberta do IV Congresso Latino-Americano de Gênero e Religião.** São Leopoldo, 08 ago. 2015. Disponível em: <http://www.est.edu.br/downloads/pdfs/Documento_IV_Congresso_de_Genero_e_Religiao.pdf>. Acesso em: 30 set. 2015.

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DAS ASSOCIAÇÕES CRISTÃS DE MOÇOS. **Desafio XXI.** Frenchen/Alemanha, 19 jul. 1998. Disponível em: <http://www.ymca.org.br/index.asp?pagina=desafio>. Acesso em: 30 out. 2015.

FE BRASIL. **Reuniões FE Brasil, FE Sulamericano e Seminário Emergências.** São Paulo, 20 ago. 2010. 20 páginas (Arquivo pessoal).

_____ **Memória da Reunião anual FEACT (2011).** São Paulo, 17 ago. 2011. 10 páginas (Arquivo pessoal).

FUNDO DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (UNFPA). **Direitos da População Jovem.** Um marco para o desenvolvimento. 2. ed. Brasília: UNFPA, 2010.

GROPPO, L. A. **Juventude: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas.** Rio de Janeiro: DIFEL, 2000.

GROPPO, L. A; ZAIDAN FILHO, M.; MACHADO, O. L. **Movimentos Juvenis na Contemporaneidade.** Recife: UFPE, 2008.

HARRIS-WILSON, S. Chakko, Sarah. In: LOSSKY et al. **Dicionário do Movimento Ecumênico.** Petrópolis: Vozes, 2005. p. 181-182.

HORTAL, J. **E Haverá um só Rebanho.** História, doutrina e prática católica do Ecumenismo. ed. 2ª. São Paulo: Loyola, 1996.

HUFF Jr., A. **Responsabilidade Social e Revolução no Movimento Ecumênico Brasileiro dos anos 50 e 60.** São Paulo, 2008. Disponível em: <http://www.mackenzie.br/fileadmin/Chancelaria/GT3/Arnaldo_Erico_Huff_Junior.pdf> Acesso em: 05 nov. 2015.

_____ Richard Shaull pelo Ecumenismo Brasileiro: Um estudo acerca da produção de Memória Religiosa**.** In: **Revista Brasileira de História das Religiões**. ANPUH, Ano II, n. 4, mai. 2009. Disponível em <http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/pdf3/texto1.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2015

IGREJA METODISTA – PORTAL NACIONAL. **Anivaldo Padilha e a participação política da juventude metodista.** Depoimento. São Paulo, 20 set. 2013. Disponível em: <http://www.metodista.org.br/anivaldo-padilha-depoimento>. Acesso em: 1º dez. 2015.

IULIANELLI, J. A. **Contribuições Ecumênicas para o Desenvolvimento Transformador.** Rio de Janeiro: KOINONIA, 2009. Disponível em <http://www.koinonia.org.br/outras/Febrlivr.pdf.>. Acesso em: 04 nov. 2013.

_____ Redes, cidadania e justiça – desafios e possibilidades. In**: Revista Tempo e Presença.** v. 5, nº 19. Rio de Janeiro, mar. 2010. Disponível em: <http://www.koinonia.org.br/tpdigital/detalhes.asp?cod_artigo=360&cod_boletim=20&tipo=Artigos>. Acesso em: 23 out. 2015.

KANG, T. O Papel da Juventude no CMI. In: LINDENAU, M.; GOMES, S. M. **Travessias e Horizontes do Ecumenismo.** História e desafios do Movimento Ecumênico. São Leopoldo: CECA; CEBI, 2008. p. 68-74.

KOINONIA. **Jornada Ecumênica da Juventude do Rio.** Rio de Janeiro, 30 nov. 2007a. Disponível em <http://koinonia.org.br/noticias/jornada-ecumenica-da-juventude-do-rio/552>. Acesso em: 13 nov. 2015.

_____ **Jornada Ecumênica da Juventude do Nordeste**. Rio de Janeiro, 07 dez. 2007b. Disponível em <http://koinonia.org.br/noticias/jornada-ecumenica-da-juventude-do-nordeste/558>. Acesso em: 13 nov. 2015.

_____ **Rede Ecumênica de Juventude é eleita para o Conjuve.** Rio de Janeiro, 20 dez. 2007c. Disponível em <http://koinonia.org.br/noticias/rede-ecumenica-de-juventude-e-eleita-para-o-conjuve/1076> Acesso em: 13 nov. 2015.

_____ **Jovens do Nordeste em jornada.** Rio de Janeiro, 21 dez. 2007d. Disponível em <http://koinonia.org.br/noticias/jovens-do-nordeste-em-jornada/576>. Acesso em: 13 nov. 2015.

_____ **Rede Ecumênica da Juventude do Sudoeste reunida.** Rio de Janeiro, 01 abr. 2008a. Disponível em <http://koinonia.org.br/noticias/rede-ecumenica-da-juventude-do-sudeste-reunida/638>. Acesso em: 15 nov. 2015.

_____ **Rede ecumênica de juventude.** Rio de Janeiro, 14 mar. 2008b. Disponível em <http://koinonia.org.br/noticias/rede-ecumenica-de-juventude/624>. Acesso em: 13 nov. 2015.

_____ **Rejune em encontro em Salvador.** Rio de Janeiro, 01 abr. 2008c. Disponível em <http://koinonia.org.br/noticias/rejune-em-encontro-em-salvador/646>. Acesso em: 15 nov. 2015.

_____ **Representantes de Rede Ecumênica reunidos.** Rio de Janeiro, 18 abr. 2008d. Disponível em <http://koinonia.org.br/noticias/representantes-de-rede-ecumenica-reunidos/654>. Acesso em: 13 nov. 2015.

_____ **Rede Ecumênica da Juventude Sudoeste.** Rio de Janeiro, 04 set. 2008e. Disponível em <http://koinonia.org.br/noticias/rede-ecumenica-da-juventude-sudeste/762>. Acesso em: 13 nov. 2015.

_____ **II Reunião da Rede de Juventude Nordeste.** Rio de Janeiro, 26 set. 2008f. Disponível em <http://koinonia.org.br/noticias/ii-reuniao-da-rede-de-juventude-nordeste/778> Acesso em: 13 nov. 2015.

_____ **Rede Ecumênica no centro-oeste.** Rio de Janeiro, 24 out. 2008g. Disponível em <http://koinonia.org.br/noticias/rede-ecumenica-no-centrooeste/802>. Acesso em: 13 nov. 2015.

_____ **Jornadas Ecumênicas da Juventude – Sul e SE.** Rio de Janeiro, 11 nov. 2008h. Disponível em <http://koinonia.org.br/noticias/jornadas-ecumenicas-da-juventude-sul-e-se/808>. Acesso em: 13 nov. 2015.

_____ **Jornadas reúnem jovens do Sudeste e do Sul do país.** Rio de Janeiro, 14 nov. 2008i. Disponível em <http://koinonia.org.br/noticias/jornadas-reunem-jovens-do-sudeste-e-do-sul-do-pais/818>. Acesso em: 13 nov. 2015.

_____ **Fala Egbé.** Informativo dirigido às Comunidades de Terreiros de Candomblé. ano VI, n. 17. Rio de Janeiro, nov. 2008j. Disponível em: <http://www.koinonia.org.br/egbe/25_fala%20Egbe%2017.pdf>. Acesso em> 1º dez. 2015.

_____ **Representantes de Projetos do PAE-CESE reúnem-se em Salvador.** Rio de Janeiro, 27 mar. 2009a. Disponível em <http://koinonia.org.br/noticias/representantes-de-projetos-do-paecese-reunemse-em-salvador/880>. Acesso em: 13 nov. 2015.

_____ **1º Encontro de Facilitadoras (es) da Reju.** Rio de Janeiro, 22 mai. 2009b. Disponível em <http://koinonia.org.br/noticias/1-encontro-de-facilitadoras-es-da-reju/910>. Acesso em: 13 nov. 2015.

_____ **REJU colabora com a CF 2010.** Rio de Janeiro, 29 mai. 2009c. Disponível em <http://koinonia.org.br/noticias/reju-colabora-com-a-cf-2010/920>. Acesso em: 13 nov. 2015.

_____ **1ª JECO lança carta Contra a Violência à Juventude do Brasil.** Rio de Janeiro, 15 out. 2009d. Disponível em <http://koinonia.org.br/noticias/1-jeco-lanca-carta-contra-a-violencia-a-juventude-do-brasil/1028>. Acesso em: 13 nov. 2015.

_____ **FE Brasil realiza seu Encontro Anual.** Rio de Janeiro, 04 set. 2009e. Disponível em <http://koinonia.org.br/noticias/fe-brasil-faz-seu-encontro-anual/990>. Acesso em: 13 nov. 2015.

_____ **1ª Jornada Ecumênica do Centro-Oeste.** Rio de Janeiro, 09 out. 2009f. Disponível em: <http://koinonia.org.br/noticias/1-jornada-ecumenica-no-centrooeste/1022>. Acesso em: 13 nov. 2015.

_____ **II Jornada da Juventude no NE.** Rio de Janeiro, 19 dez. 2009g. Disponível em <http://koinonia.org.br/noticias/ii-jornada-da-juventude-do-ne/840>. Acesso em: 13 nov. 2015.

_____ **Rede Ecumênica de Juventude é eleita para o Conjuve.** Rio de Janeiro, 20 dez. 2009h. Disponível em <http://koinonia.org.br/noticias/rede-ecumenica-de-juventude-e-eleita-para-o-conjuve/1076>. Acesso em: 13 nov. 2015.

_____ **KOINONIA participa de encontro de juventude no Sul.** Rio de Janeiro, 05 fev. 2010a. Disponível em <http://koinonia.org.br/noticias/koinonia-participa-de-encontro-de-juventude-no-sul/1094>. Acesso em: 13 nov. 2015.

_____ **Reju participa de Encontro de Hip Hop e de Curso de Verão.** Rio de Janeiro, 11 fev. 2010b. Disponível em <http://koinonia.org.br/noticias/reju-participa-de-encontro-de-hip-hop-e-de-curso-de-verao/1098>. Acesso em: 13 nov. 2015.

_____ **Campanha Nacional de Combate à Intolerância Religiosa.** Rio de Janeiro, 21 jan. 2011a. Disponível em <http://koinonia.org.br/noticias/campanha-nacional-de-combate-a-intolerancia-religiosa/1336>. Acesso em: 13 nov. 2015

_____ **Campanha Contra a Intolerância ganha força em todo o país.** Rio de Janeiro, 11 fev. 2011b. Disponível em <http://koinonia.org.br/noticias/campanha-contra-a-intolerancia-religiosa-ganha-forca-em-todo-o-pais/1356>. Acesso em: 13 nov. 2015.

_____ **3º Encontro Nacional de Facilitadores (as) da Reju**. Rio de Janeiro, 14 fev. 2011c. Disponível em <http://koinonia.org.br/noticias/3-encontro-nacional-de-facilitadoresas-da-reju/1354> Acesso em: 13 nov. 2015.

_____ **CEBI lança livro organizado pela Rede Ecumênica de Juventude.** Rio de Janeiro, 30 jun. 2011d. Disponível em <http://koinonia.org.br/noticias/cebi-lanca-livro-organizado-pela-rede-ecumenica-de-juventude/1454>. Acesso em: 13 nov. 2015.

_____ **RIO+20 ao pós-2015: uma ponte entre futuros.** Rio de Janeiro: KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço, 2014.

_____ **Dossiês.** Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <http://koinonia.org.br/acervo/dossies>. Acesso em: 27 jan. 2016.

KUNG, H. **Projeto de Ética Mundial.** Uma moral Ecumênica em vista da sobrevivência humana. São Paulo: Paulinas, 2001.

LIBANIO, J. B. **Para onde vai a juventude?** São Paulo: Paulus, 2011.

LIENEMANN-PERRIN, C. **Missão e diálogo inter-religioso.** São Leopoldo: Sinodal; CEBI, 2005.

LOSSKY et al. **Dicionário do Movimento Ecumênico.** Petrópolis: Vozes, 2005.

MACEDO, D. **Rede Ecumênica de Juventude – REJU.** Uma proposta de presença "público-ecumênica" da fé cristã. São Paulo: Reflexão, 2015.

MACCISE, C. Libertação (Espiritualidade da). In: FIORES, S.; GOFFI, T. **Dicionário de Espiritualidade.** São Paulo: Paulus, 1993. p. 676-682.

MAÇANEIRO, M. **Religiões e Ecologia.** Cosmovisão, valores, tarefas. São Paulo: Paulinas, 2011.

MANNHEIM, K. **Diagnóstico de nosso tempo.** 3ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

MATOS, A. S. **Ministérios de Juventude: conquistas e percalços de um movimento.** Disponível em <http://www.mackenzie.br/6984.98.html>. Acesso em: 24 out. 2015.

MENDONÇA, A. G. O movimento ecumênico no século XX – algumas observações sobre suas origens e contradições. **Tempo e Presença digital**. Ano 3, nº 12. Rio de Janeiro, setembro de 2008. Disponível em <http://www.koinonia.org.br/tpdigital/detalhes.asp?cod_artigo=236&cod_boletim=13&tipo=Artigo> Acesso em: 14 nov. 2015.

MEYENDORFF, P. Liturgia. In: LOSSKY et al. **Dicionário do Movimento Ecumênico.** Petrópolis: Vozes, 2005. p. 727-730.

MORA, C. A. **El Ecumenismo en preguntas.** Arquidiocese de Medellín. Secretariado de Ecumenismo, 2003. Disponível em <https://books.google.com.br/books?id=sOeKk_lNEaEC&pg=PA34&lpg=PA34&dq=Marc+Boegner+FUMEC&source=bl&ots=Wz3brIFGja&sig=m7_vspZ2XnZJefpW0220De-CfGY&hl=pt-BR&sa=X&ved=0CEEQ6AEwBGoVChMIuu-97fLqyAIVAkuQCh2P5wRn#v=onepage&q=Marc%20Boegner%20FUMEC&f=false> Acesso em: 30 out. 2015.

MOUTERDE, P. **Reinventando a Utopia.** Práticas alternativas da esquerda latino-americana. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2003.

MÜLLER-RÖMHELD, W. Diétrich, Suzanne de. In: LOSSKY et al. **Dicionário do Movimento Ecumênico.** Petrópolis: Vozes, 2005. p. 415-416.

NAVARRO, J. B. **Para compreender o Ecumenismo.** São Paulo: Loyola, 1995.

NOVAES, R. Os Jovens de hoje: contextos, diferenças e trajetórias. In: ALMEIDA, M. I.; EUGENIO, F. (Org.) **Culturas jovens.** Novos mapas do afeto. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

_____ Juventude e Sociedade: jogos de espelhos**.** Sentimentos, percepções e demandas por direitos e políticas públicas. In: **Revista Sociologia Especial, Ciência e Vida**. São Paulo, out. 2007. Disponível em <http://www.antropologia.com.br/arti/colab/a38-rnovaes.pdf> Acesso em: 14 nov. 2015.

_____ Juventude, religião e espaço público: exemplos "bons para pensar" tempos e sinais. **Religião e Sociedade**. Rio de Janeiro, n. 32, p. 184-208, 2012. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rs/v32n1/a09v32n1.pdf> Acesso em: 16 nov. 2015.

_____ Jovens sem religião: sinais de outros tempos. In: TEIXEIRA, F; MENEZES, R. **Religiões em Movimento.** O Censo de 2010. Petrópolis: Vozes, 2013.

NYOMI, S. Juventude In: LOSSKY et al. **Dicionário do Movimento Ecumênico.** Petrópolis: Vozes, 2005. p. 686-689.

OLIVEIRA, R. (Ed.). **Ecumenismo, Direitos Humanos e Paz: a experiência do Fórum Ecumênico Brasil**. Rio de Janeiro: KOINONIA – Presença Ecumênica e Serviço, 2006.

OLIVEIRA, P. A. & DE MORI, G. **Mobilidade Religiosa.** Linguagens, juventude, política. São Paulo: Paulinas, 2012.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Ano Internacional da Juventude.** 12 de agosto 2010-11 de agosto de 2011 (caderno de divulgação). Disponível em <http://unicrio.org.br/docs/iyy_portugues.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2015.

PASTORAL UNIVERSITÁRIA ECUMÊNICA. **Lançamento Institucional da PASUNE.** Lajeado, 22 jul. 2011. Disponível em <http://pasune-rs.blogspot.com.br/2011/07/sim-e-possivel-na-diversidade-formar.html>. Acesso em: 18 nov. 2015.

PIEDRA, A. **Evangelização Protestante na América Latina.** Análise das razões que justificaram e promoveram a expansão protestante (1830-1960). V. 1. São Leopoldo: Sinodal, 2006.

PINHEIRO, D. **ENCRISTUS Jovem.** Curitiba, 2016. 2f. Digitado. Entrevista concedida a Raquel de Fátima Colet.

PORTAL BRASIL. **Governo oficializa criação de comitê de respeito à diversidade religiosa.** Brasília, 31 jan. 2014. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2014/01/governo-oficializa-criacao-de-comite-de-respeito-a-diversidade-religiosa>. Acesso em: 17 nov. 2015.

PORTAL DA JUVENTUDE. **Pacto pela Juventude.** Brasília, 02 dez. 2014. Disponível em: <http://juventude.gov.br/conjuve/pacto-pela-juventude#.VkjCaPmrTIU> Acesso em: 14 nov. 2015.

POBEE, J. Jiagge, Annie. In: LOSSKY et al. **Dicionário do Movimento Ecumênico.** Petrópolis: Vozes, 2005. p. 673.

PROCESSO DE ARTICULAÇÃO E DIÁLOGO – PAD. **4ª Jornada Ecumênica**. Goiânia/GO. Disponível em <http://pad.org.br/content/4-jornada-ecum-nica>. Acesso em: 14 nov. 2015.

QUADROS, E. G. **Evangélicos e o Mundo Estudantil:** uma história da Aliança Bíblica Universitária do Brasil (1957-1981). Rio de Janeiro: Novos Diálogos, 2011.

QUEIRUGA, A. T. **Autocompreensão Cristã.** Diálogo das Religiões. São Paulo: Paulinas, 2007.

REDE FALE. **Blog do FALE.** 12 mar. 2007. Disponível em <http://redefale.blogspot.com.br/2007/04/o-que-o-fale.html>. Acesso em: 07 nov. 2015

REGO, J. Caso Mãe Gilda. **Tempo e Presença digital**, ano 3, nº 13. Rio de Janeiro, dezembro de 2008. Disponível em <http://www.koinonia.org.br/tpdigital/detalhes.asp?cod_artigo=256&cod_boletim=14&tipo=Artigo>. Acesso em: 16 nov. 2015.

REJU. **Articulação em favor de uma Rede Nacional Ecumênica pela Promoção dos Direitos Juvenis.** Rio de Janeiro, 2007. 7 páginas (Arquivo pessoal)

_____ **Jornada Ecumênica de Juventude de São Paulo.** Memória. São Paulo, 20 set. 2008. (Arquivo pessoal).

_____ **Carta Contra toda Violência.** São Leopoldo, 2009a. Disponível em <http://reju.org.br/blog/carta-contra-toda-a-violencia-a-juventude-do-brasi/>. Acesso em: 1º out. 2015.

_____ **Memória do curso de Capacitação de Lideranças da REJU.** Rio de Janeiro, 2009b. 25 páginas. (Arquivo pessoal).

_____ **Ações das REJUs Regionais (2007-2009).** Rio de Janeiro, 2009c. 1 página (Arquivo pessoal).

_____ **Rede Ecumênica da Juventude pela Promoção dos Direitos Juvenis - REJU**. FE Brasil. 2009d. 26 *slides.* Apresentação em *Power Point* (Arquivo pessoal).

_____ **História da REJU em cordel.** Alagoas, 21 ago. 2010a. 2 páginas (Arquivo pessoal).

_____ **Palavras das Juventudes Ecumênicas.** (Carta de Itaici). Itaici, 15 nov. 2010b. 2 páginas (Arquivo pessoal).

_____ **Agenda da REJU em 2010.** Levantamento, propostas e desafios. São Paulo, 2011a. 2 páginas (Arquivo pessoal).

_____ **REJU no CONJUVE.** São Paulo, 2011b. 17 *slides.* Apresentação em *Power Point* (Arquivo pessoal).

_____ **Rede Ecumênica da Juventude.** Nossas histórias, nossas vivências, nossas esperanças. São Paulo, 02 abr. 2011c. 14 *slides.* Apresentação em *Power Point* (Arquivo pessoal).

_____ **Juventudes realizam a primeira reunião de organização da REJU norte.** São Leopoldo, 15 jan. 2011d. Disponível em: < http://www.reju.org.br/blog/juventudes-realizam-a-1-reuniao-de-organizacao-da-/>. Acesso em: 20 nov. 2015.

_____ **Relatos da REJU** (Setembro-Outubro). São Paulo, 2011e. 3p. (Arquivo pessoal).

_____ **Ampliando Redes: parcerias entre REJU e FUMEC.** São Leopoldo, 27 ago. 2011f. 1 página (Arquivo pessoal)

_____ **A Juventude Ecumênica e a Efetivação de Direitos.** Conferência livre no Mutirão Ecumênico – REJU Sul. São Leopoldo, 28 ago. 2011g. 2 páginas (Arquivo pessoal)

_____ **REJU norte promove seu 1º Cine juventude.** São Leopoldo, 2011h. Disponível em: <http://www.reju.org.br/blog/reju-norte-promove-seu-1-cine-juventude/> Acesso em: 20 nov. 2015.

_____ **La juventud ecuménica: hacia la activación de derechos.** São Leopoldo, 14. Out. 2011i. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=_grj0iI_VTA>. Acesso em: 18 nov. 2015.

_____ **REJU (PASUNE) e FUMEC estabelecem projetos comuns**. São Leopoldo, 2012a. Disponível em <http://www.reju.org.br/blog/reju-pasune-e-fumec-estabelecem-projetos-comuns/>. Acesso em: 18 nov. 2015.

_____ **Planejamento e ações da Juventude Ecumênica na Cúpula dos Povos.** Porto Alegre, 28 jan. 2012b. 2 páginas (Arquivo pessoal).

_____ **Carta à Diretoria do CEBI.** São Paulo, 06 mar. 2012c. 2 páginas (Arquivo pessoal).

_____ **Cinejuventude – REJU/2012.** São Leopoldo, 25 jun. 2012d. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ttCAMNFWzqw>. Acesso em: 18 nov. 2015.

_____ **Enfim, REJU SUL na RIO+20, Cúpula dos Povos.** 29 jun. 2012e. Disponível em: <http://rejusul.blogspot.com.br/2012/06/enfim-reju-sul-na-rio20-cupula-dos.html>. Acesso em: 18 nov. 2015.

_____ **Carta ao Conselho Nacional da Juventude Evangélica – CONAJE (IECLB).** São Paulo, 29 jun. 2012f. 1 página (Arquivo pessoal).

_____ **Juventude Ecumênica na Cúpula dos Povos 1/5.** São Leopoldo, 30 jul. 2012g. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=_grj0iI_VTA>. Acesso em: 18 nov. 2015.

_____ **Carta ao Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (CONIC).** São Paulo, 21 ago. 2012h. 1 página (Arquivo pessoal).

_____ **Carta ao Comitê de Diversidade Religiosa e Direitos Humanos (SDH).** São Paulo, 07 dez. 2012i. 1 página (Arquivo pessoal).

_____ **Lançamento do livro "Juventude e Justiça socioambiental: perspectivas ecumênicas".** São Leopoldo, 26 jun. 2012j. Disponível em: <http://reju.org.br/blog/lancamento-do-livro-juventude-e-justica-socioambie/>. Acesso em: 18 nov. 2015.

_____ **Caravana da Juventude Ecumênica.** São Paulo, 2012h. 4 páginas (Arquivo pessoal).

_____ **Eixos de Atuação em 2012.** São Paulo, 2012k. 1 página (Arquivo pessoal).

_____ **Relatório de Atividades.** São Paulo, 2012l. 12 páginas (Arquivo pessoal).

_____ **Carta de Salvador.** Salvador, 08 dez. 2013. 2 páginas (Arquivo pessoal).

_____ **Facilitadora da REJU integra comitê da Diversidade Religiosa da SDH.** São Leopoldo, 21 jan. 2014a. Disponível em: <http://www.reju.org.br/blog/facilitadora-da-reju-integra-comite-da-diversidade/>. Acesso em: 17 nov. 2015.

_____ **Não há paz sem justiça: por uma paz duradoura no Oriente Médio.** São Leopoldo, 24 jul. 2014b. Disponível em: <http://reju.org.br/blog/nao-ha-paz-sem-justica-por-uma-paz-duradoura-no-or/>. Acesso em: 27 jan. 2016.

_____ **Carta Aberta do 1º Encontro da REJU Sul.** Maringá, 02 nov. 2014c. Disponível em <http://reju.org.br/noticias-conteudo.asp?cod=1685>. Acesso em: 05 nov. 2014.

_____ **Carta à Pastoral da Juventude do Brasil.** São Paulo, jan. 2014d. 1 página (Arquivo pessoal).

_____ **Relatório de Atividades (2012-2013).** São Paulo, 2014e. 22 páginas (Arquivo pessoal).

_____ **Eixos de atuação.** São Leopoldo, 2014f. Disponível em: <http://www.reju.org.br/page/eixos-de-atuacao/>. Acesso em: 1º dez. 2015.

_____ **"Eu visto branco pelo fim da intolerância religiosa".** São Leopoldo, 13 jan. 2015a. Disponível em: <http://www.reju.org.br/blog/eu-visto-branco-pelo-fim-da-intolerancia-religiosa/>. Acesso em: 17 nov. 2015.

_____ **REJU São Paulo tem nova facilitação.** São Leopoldo, 10 mai. 2015b. Disponível em: <http://reju.org.br/blog/reju-sao-paulo-tem-nova-facilitacao/>. Acesso em: 1º dez. 2015.

_____ **Juventude e Lutas Ecumênicas.** São Leopoldo, 29 jan. 2015c. Disponível: <https://www.youtube.com/watch?v=SWML75qPn1Y>. Acesso em: 18 nov. 2015.

_____ **Presidente do Conjuve avalia possibilidades de incidência das juventudes no cenário atual político.** São Leopoldo, 05 nov. 2015d. Disponível em: <http://www.reju.org.br/blog/novo-presidente-do-conjuve-avalia-possibilidades-d/ >. Acesso em: 16 nov. 2015.

_____ **CONJUVE: Manifesto dos movimentos sociais em defesa da Secretaria Nacional de Juventude.** São Leopoldo, 2015e. Disponível em: <http://www.reju.org.br/blog/conjuve-manifesto-dos-movimentos-sociais-em-defesa/>. Acesso em: 20 nov. 2015.

_____ **Jornadas Ecumênicas.** São Leopoldo, 2015f. Disponível em: <http://www.reju.org.br/page/jornadas-ecumenicas/>. Acesso em: 13 nov. 2015.

_____ **Mobilização Nacional "Eu visto branco pelo fim da intolerância religiosa".** São Leopoldo, 2015g. Disponível em <http://reju.org.br/page/atividades-com-a-tematica-do-dia-21-de-janeiro-no-brasil/> Acesso em: 16 nov. 2015.

_____ **(RE) PENSAR.** São Leopoldo, 2015h. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=u61TryvbYjE>. Acesso em: 27 nov. 2015.

_____ **REJU Santa Catarina**. São Leopoldo, 2015i. Disponível em <http://www.reju.org.br/page/reju-santa-catarina/>. Acesso em: 16 nov. 2015.

_____ **Sobre a Rede Ecumênica da Juventude.** São Leopoldo, 2015j. Disponível em <http://www.reju.org.br/page/sobre-a-rede-ecumenica-da-juventude/>. Acesso em: 18 nov. 2015.

_____ **REJU: nossas identidades e territórios.** São Leopoldo, 2015k. Disponível em: <http://www.reju.org.br/page/videos-da-reju/>. Acesso em: 27 nov. 2015.

_____ **2ª Carta de São Paulo.** Encontro nacional da REJU. São Leopoldo, 16 dez. 2015. Disponível em: <http://reju.org.br/blog/2-carta-de-sao-paulo-encontro-nacional-da-reju-/> Acesso em: 26 dez. 2015.

_____ **Comissões e GTs 2016.** São Leopoldo, 2016a. 1p. (Arquivo pessoal).

_____ **Visto Branco: pela liberdade de fé.** São Leopoldo, 18 jan. 2016b. Disponível em: <http://www.reju.org.br/blog/visto-branco-pela-liberdade-de-fe/>. Acesso em: 20 jan. 2016.

_____ **2015: Marcas que ferem a liberdade de fé, desafios para um Estado laico de fato.** São Leopoldo, 19 jan. 2016c. Disponível em: <http://www.reju.org.br/blog/2015-marcas-que-ferem-a-liberdade-de-fe-desafios-p/>. Acesso em: 20 jan. 2016.

_____ **A laicidade no Brasil: liberdade x privilégios.** São Leopoldo, 20 jan. 2016d. Disponível em: <http://reju.org.br/blog/a-laicidade-no-brasil-liberdades-x-privilegios/>. Acesso em: 20 jan. 2016.

REJU-RIO. **A Rede.** Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <http://rejurio.blogspot.com.br/p/rede.html>. Acesso em: 1º out. 2015.

REJU – SUL. **Carta de Itaicí: Palavras das Juventudes a partir da 4ª Jornada Ecumênica – ECONOMIA, ECOLOGIA E VIDA.** Estrela/RS, 17 nov. 2010. Disponível em <http://rejusul.blogspot.com.br/2010/11/carta-de-itaici-palavras-das-juventudes.html> Acesso em: 15 nov. 2015.

_____ **Reju tem novo facilitador nacional.** Estrela/RS, 22 ago. 2011. Disponível em <http://rejusul.blogspot.com.br/search?updated-min=2011-01-01T00:00:00-02:00&updated-max=2012-01-01T00:00:00-02:00&max-results=21>. Acesso em: 15 nov. 2015.

RELIGIÕES POR DIREITOS. **Quem somos.** Rio de Janeiro, 2012. Disponível em <http://religioespordireitos.blogspot.com.br/p/quem-somos_29.html>. Acesso em: 18 nov. 2015.

RIBEIRO, C. de O. & CUNHA, M. **O Rosto Ecumênico de Deus. Reflexões sobre Ecumenismo e Paz.** São Paulo: Fonte Editorial, 2013.

RIBEIRO, C. **Pluralismo e Libertação.** São Paulo: Paulinas, 2014.

_____ Religiões e Paz: perspectivas teológicas para uma aproximação ecumênica das religiões. In: **Revista Horizonte.** Belo Horizonte, v. 10, n. 27. p. 917-936. DOI: 10.5752/P.2175-5841.2012v10n27p917

SABANES PLOU, D. **Caminhos de Unidade.** Itinerário do Diálogo Ecumênico na América Latina. **(**1916-2001). São Leopoldo: Sinodal, 2002.

SÁNCHEZ VAQUERO, J. **Ecumenismo:** manual de formacion ecumenica. Salamanca: Centro Ecumenico Juan XXIII, 1971.

SANTA ANA, J. **Ecumenismo e Libertação.** Petrópolis: Vozes, 1987.

SCHERER,; E.; NANTES,, M. **Somando Diferenças para o Encontro de Soluções.** 2014. 5 páginas (Arquivo pessoal).

SCHERER, E. S. "A juventude compreende o ecumenismo como o cuidado da mesma casa..." [Entrevista] In: DIAS, Z. M. **Memórias Ecumênicas Protestantes.** Os protestantes e a ditadura. Colaboração e resistência. Rio de Janeiro: KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço, 2014. p. 159-163.

_____ **Políticas Públicas para as Juventudes:** o papel da juventude ecumênica a partir da experiência da REJU pós-Constituição de 1998. 2015. 125 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) – Centro Universitário Univates, Lajeado, 2015.

SILVA, N. T. **Do Confronto ao Diálogo.** O Estilo Batista de Ser e a Questão Ecumênica no Brasil. São Paulo: Fonte Editorial, 2012.

SINNER, R. V. **Confiança e Convivência. Reflexões éticas e ecumênicas.** São Leopoldo: Sinodal, 2007.

SINNER, R. V. (Org.) **Missão e Ecumenismo na América Latina.** São Leopoldo: Sinodal; Quito: CLAI, 2009.

SHAULL, R. **Surpreendido pela Graça.** Memórias de um teólogo. Estados Unidos, América Latina, Brasil. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SOFIATI, F. M. **Religião e Juventude.** Os novos carismáticos. Aparecida: Ideias & Letras; São Paulo: FAPESP, 2011.

_____ **Juventude Católica.** O novo discurso da Teologia da Libertação. São Carlos: EdUfSCar, 2012.

SOUZA, D. S. & CARDOSO, N. **Ecumenismo: um grão de salvação escondido nas coisas do mundo.** São Paulo: Fonte Editorial, 2014.

SOUZA, D. (org.) **O Espírito sopra onde quer.** Estudos bíblicos para uma convivência ecumênica. São Leopoldo: CEBI; Rio de Janeiro: REJU, 2011a.

_____ **A Educação e as Práticas Ecumênicas.** Aracruz, 23 jul. 2011b. 14 *slides.* Apresentação em *Power Point.*

_____ **Juventude e Justiça Socioambiental: perspectivas ecumênicas.** São Leopoldo: CEBI; Rio de Janeiro: REJU, 2012.

_____ **O Espírito sopra onde quer.** Estudos bíblicos para uma convivência ecumênica. (Versão ampliada) São Leopoldo: CEBI; São Paulo: REJU, 2013a.

_____ **Juventudes: o que sonhamos com Deus?** São Leopoldo: CEBI; São Paulo: REJU, 2013b.

SPADARO, A. **Ciberteologia.** Pensar o Cristianismo em tempos de rede. São Paulo: Paulinas, 2012.

STEEL, E. H.; STRONG, K. Associação Cristã Feminina. In: LOSSKY et al. **Dicionário do Movimento Ecumênico.** Petrópolis: Vozes, 2005. p. 108-109.

STRANSKY, T. Conselho Mundial de Igrejas (CMI). In: LOSSKY et al. **Dicionário do Movimento Ecumênico.** Petrópolis: Vozes, 2005.

TAIZÉ. **Vocação e História.** Taizé, 2016. Disponível em: <http://www.taize.fr/pt_rubrique2658.html>. Acesso em: 30 de jan. 2016.

TEIXEIRA, F. & DIAS, Z. M. **Ecumenismo e Diálogo Inter-religioso.** A arte do possível. Aparecida: Santuário, 2008.

TEIXEIRA, F. & MENEZES, R. **Religiões em Movimento.** O Censo de 2010. Petrópolis: Vozes, 2013.

TEIXEIRA, F. **Teologia das Religiões.** Uma visão panorâmica. São Paulo: Paulinas, 1995.

_____Uma Eclesiologia em Tempos de Pluralismo Religioso. In: TOMITA, L.; VIGIL, J. M.; BARROS, M. **Teologia Latino-americana Pluralista da Libertação.** São Paulo: Paulinas, 2006.

_____ **Buscadores do diálogo.** Itinerários inter-religiosos. São Paulo: Paulinas, 2012a.

_____ **Teologia e Pluralismo Religioso.** São Bernardo do Campo: Nhanduti Editora, 2012b.

_____ **Cristianismos e Teologia da Libertação.** São Paulo: Fonte Editorial, 2014.

TIEL, G. **Ecumenismo na perspectiva do Reino de Deus.** Uma análise do movimento ecumênico de base. São Leopoldo: Sinodal; Centro de Estudos Bíblicos, 1998.

TILLARD, J.M.R. Koinonia. In: In: LOSSKY et al. **Dicionário do Movimento Ecumênico.** Petrópolis: Vozes, 2005. p. 691-695.

TYSOE-DÜLKEN, E. Associação Cristã de Moços. In: LOSSKY et al. **Dicionário do Movimento Ecumênico.** Petrópolis: Vozes, 2005. p. 107-108.

UNFPA. **Direitos da População Jovem.** Um marco para o desenvolvimento. ed. 2ª. Brasília: UNVPA-Fundo de População das Nações Unidas, 2010.

VERBO FILMES. **Juventudes e Espiritualidade Libertadora.** São Paulo, 05 jun. 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=N3UCEFZjOrc>. Acesso em: 25 nov. 2015.

VIGIL, J. M. **Teologia do Pluralismo Religioso.** Para uma releitura pluralista do cristianismo. São Paulo: Paulus, 2006.

WAISELFISZ, J. J. **Mapa da Violência 2014.** Os jovens do Brasil. Rio de Janeiro: FLACSO BRASIL, 2014.

WEBB, P. Mulheres na Igreja e na Sociedade. In: LOSSKY et. al. **Dicionário do Movimento Ecumênico.** Petrópolis: Vozes, 2005. p. 808-811.

WHITE, T. Diaconia. In: LOSSKY et al. **Dicionário do Movimento Ecumênico.** Petrópolis: Vozes, 2005. p. 353-357.

WIESER, T. Federação Universal de Movimentos Estudantis Cristãos. In: LOSSKY et. al. **Dicionário do Movimento Ecumênico.** Petrópolis: Vozes, 2005. p. 543-546.

WOLFF, E. **Caminhos do Ecumenismo no Brasil.** História. Teologia. Pastoral. São Paulo: Paulus, 2002.

_____ **A Unidade da Igreja. Ensaio de eclesiologia ecumênica.** São Paulo: Paulus, 2007.

_____ **Unitatis Redintegratio, Dignitates Humanae, Nostra Aetate.** Textos e comentários. São Paulo: Paulinas, 2012.

_____ **Vaticano II: 50 anos de ecumenismo na Igreja Católica.** São Paulo: Paulus, 2014.

_____ Elementos para uma espiritualidade do diálogo inter-religioso. In: **Revista Pístis & Práxis.** Curitiba, 2015. v. 7, n. 1, p. 81-111. DOI: 10.7213/revistapistispraxis.07.001.DS04

WORLD COUNCIL CHURCHES (WCC). **Igreja e Mundo.** Unidade da Igreja e renovação da comunidade humana. São Paulo: ASTE; Salvador: CESE, 1993. Disponível em:

<http://www.oikoumene.org/es/resources/documents/commissions/faith-and-order/vi-church-and-world/file/FO1990_151_po_text.pdf>. Acesso em: 08 set. 2015.

_____ **"Nós somos a igreja" diz a juventude ecumênica.** Genebra, 06 set. 2005a. Disponível em <https://www.oikoumene.org/pt/news/nos-somos-a-igreja-diz-a-juventude-ecumenica>. Acesso em: 31 out. 2015.

_____ **Líderes estudantis ecumênicos se preparam para a Assembleia do CMI.** Genebra, 13 set. 2005b. Disponível em <http://wcc2006.info/po/noticias-imprensa/artigos/portuguese-features/browse/2/article/469/lideres-estudantis-ecum.html>. Acesso em: 06 out. 2015.

_____ **Ecumenical Youth Participation at the World Social Forum 2009.** Brazil, 2009. Disponível em: <http://www.oikoumene.org/en/folder/documents-pdf/WSF2009youth_report.pdf>. Acesso em: 03 dez. 2015.

_____ **Report of the Echos Youth Commission**. Genebra, 31 out. 2011. Disponível em: <http://www.oikoumene.org/en/resources/documents/commissions/youth/report-of-the-echos-youth-commission?set_language=en>. Acesso em: 01 nov. 2015.

_____ **Members of the Central Committee as Elected by the 10th Assembly**. Busan, 2013. Disponível em: <http://www.oikoumene.org/en/about-us/organizational-structure/central-committee/NC032FINALMembersoftheCentralCommitteeasElectedbythe10thAssembly.pdf>. Acesso em: 30 out. 2015.

_____ **Official Report of the WCC 9th Assembly**. Genebra, 30 ago. 2007. Disponível em: <http://www.oikoumene.org/en/resources/documents/assembly/2006-porto-alegre/official-report-of-the-wcc-9th-assembly>. Acesso em: 06 nov. 2014

_____ **Report of the Echos Youth Commission.** Genebra, 31 out. 2011. Disponível em <http://www.oikoumene.org/en/resources/documents/commissions/youth/report-of-the-echos-youth-commission?set_language=en>. Acesso em: 01 nov. 2015.

_____ **Report 10th Assembly WCC**. Genebra, 24 jun. 2014. Disponível em: <http://www.oikoumene.org/en/resources/documents/assembly/2013-busan/encountering-the-god-of-life>. Acesso em: 06 nov. 2014.

_____ **Introducción al Consejo Mundial de Iglesias.** Genebra, 2014. Disponível em <http://www.oikoumene.org/es/about-us/WCCintro_ESP.pdf>. Acesso em: 07 out. 2015. (brochura)

_____ **Commission Report For Executive Committee.** Genebra, 30 mai. 2015. Disponível em <http://www.oikoumene.org/en/resources/documents/commissions/youth/echos-commission-report-for-executive-committee>. Acesso em: 1º nov. 2015.

_____ **Programa Ecuménico de Acompañiamento en Palestina e Israel (PEAPI).** Genebra, 2016. Disponível em: <http://www.oikoumene.org/es/nuestra-labor/eappi-es>. Acesso em: 27 jan. 2016.

WORLD STUDENT CHRISTIAN FEDERATION (WSCF). **History.** Genebra, 2015a. Disponível em: <http://wscfglobal.org/?page_id=10947>. Acesso em: 1º dez. 2015.

_____ **WSFC Structure.** Genebra, 2015b. Disponível em: <http://wscfglobal.org/?page_id=10936>. Acesso em: 1º dez. 2015.

YOUNG MAN CHRISTIAN ASSOCIATION (YMCA). **New Way.** Strategic Plan 2011-2014. Disponível em <http://www.ymca.int/uploads/media/New_Way_Strategic_Plan_English_02.pdf>. Acesso em: 30 out. 2015.

_____ **YMCA Italia.** Itália, 2015. Disponível em <www.ymca.it>. Acesso em: 24 out. 2015.

YOUNG WOMEN CHRSTIAN ASSOCIATION (YWCA). **Our History.** Genebra, 2015a. Disponível em: <http://es.worldywca.org/About-us/Our-History>. Acesso 30 out. 2015.

_____ **Our parterns.** Genebra, 2015b. Disponível em: <http://es.worldywca.org/About-us/Our-partners>. Acesso em: 30 out. 2015.

ANEXOS

Anexo 1:

HISTÓRICO DA REJU EM CORDEL

(Gilmária Santos, Alagoas 21 de agosto de 2010)

Trabalhar com a juventude
É ir de frente ao hostil
É levantar a bandeira
Com esse povo juvenil
Que busca a cada dia
Com garra e harmonia
Superar seus desafios.

A necessidade foi vista
E o FÉbrasil percebeu
Que as nossas juventudes
Queriam um espaço seu
Pra trocar experiências
potencializar sua essência
E valorizar o seu eu.

Mas algo já vinha andando
Já havia passos dados
No nordeste a KOINONIA
Já tinha se mobilizado
E um trabalho com os jovens
Que com as desigualdades sofre
Já havia começado.

Os fatores permitiram
Algo maior ser criado
Foram as jornadas ecumênicas
todos eram beneficiados
Independente da igreja
da raça, seja o que seja
todos foram valorizados.

E mais de 300 jovens
Foram bem articulados
De Bahia, Pernambuco
Rio de Janeiro e São Paulo
Sem esquecer Alagoas
Oh! terra de gente boa
E o Rio Grande do Norte amado.

Foi definido no encontro

Os facilitadores regionais
Que deveriam animar
Jovens urbanos ou rurais
Católicos ou anglicanos
Candomblé ou batistano
Pra ir em busca da paz.

Foi definido também
O facilitador nacional
Pra favorecer os processos
E o nível organizacional
Interligar as conversas
Ou quem sabe até fazer festas
E estabelecer um canal.

Daí não parou mais
As jornadas prosseguiram
Do Centro oeste ao Sul
Os jovens se reuniram
Com o PAE-CESE presente
E uma juventude contente
Mais organização conseguiram.

Outras jornadas tivemos
No nordeste e no sudeste
E também houve um curso
Para que as lideranças fizessem
Aconteceu no Rio de Janeiro
Para que 32 jovens certeiros
De quatro regiões viessem.

E a REJU foi crescendo
Foi mostrando sua cara
Mandando carta ao presidente
na CONJUVE é jóia rara
e fez cine juventude
e foram tantas atitudes
que não cabem nesta fala.

No Norte ainda não houve
Mas um jovem se animou
E a empolgação foi tanta
Que pro Centro Oeste se mandou
E ficou bem satisfeito
E foi assim desse jeito
Que dessa jornada participou.

A REJU é uma rede
Que atrai pelos ensejos

Onde as diferenças se encontram
Em busca do mesmo desejo
Conquistar o seu espaço
Fortalecer esse laço
De amizade e apreço.

Para isso foi criada
E para isso se criou
E hoje aqui estamos
Com a mesma força e clamor
Reivindicando os direitos
Guardados em nosso peito
De uma juventude em clamor!

E agora eu finalizo
Vou deixando o meu recado
Não iremos nos calar
Não seremos mais massacrados
Lutaremos até o fim
e conseguiremos assim
tudo o que é nosso de fato.

Anexo 2:

CARTA CONTRA TODA VIOLÊNCIA

"E o fruto da justiça será a paz!
A prática da justiça resultará em tranquilidade
e segurança duradouras." (Isaias 32.17)

Rede Ecumênica da Juventude exige ações públicas efetivas para Superação da violência contra a juventude brasileira

A Rede Ecumênica da Juventude pelos Direitos da Juvenis (REJU), organizada com o apoio das instituições ecumênicas, conselhos ecumênicos e igrejas cristãs que conformam o **Fórum Ecumênico do Brasil (FE Brasil),** existe desde 2007. Nosso propósito é reunir jovens representantes de diferentes localidades, movimentos sociais rurais e urbanos, comunidades religiosas cristãs e não-cristãs, para a promoção dos direitos juvenis e o diálogo contra a intolerância.

Considerando que o ano de 2009 foi aquele da realização da *Conferência Nacional de Segurança Pública*, e que o Estado brasileiro enseja a participação da sociedade civil para obtermos uma segurança cidadã, que preserve a vida humana e faça valer o direito, em especial para os mais pobres e injustiçados;

Considerando que para as comunidades religiosas a *paz é fruto da justiça* e esta unidade é elemento indivisível da experiência da fé;

Considerando que para os movimentos sociais não teremos nenhuma forma de superação da violência na sociedade brasileira sem que se superem as desigualdades socioeconômicas e as intolerâncias que amargamos;

Os (as) jovens da **REJU** realizaram uma **ação nacional**, mobilizando 300 jovens lideranças comunitárias, em quinze cidades de quatro regiões do país. Por meio desta mobilização, estabeleceu um diálogo com vistas ao reconhecimento das situações de violência experimentadas no cotidiano.

Mais que isso, identificou as práticas que estas lideranças jovens realizam para a superação da violência. Por isto, demanda do Estado, nas suas diferentes instâncias, o reconhecimento e o apoio para o fortalecimento de tais ações. Ensejando assim, por meio de tal atitude, empoderar geracionalmente a construção da segurança humana, de valorização da vida, da dignidade humana e dos direitos humanos no Brasil, em sua integralidade, civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais.
As seguintes propostas de ações para a superação da violência precisam de reconhecimento e apoio das autoridades públicas nas áreas:

Pedagógicas
Ações de inclusão às crianças da comunidade, nos debates sobre violência e sua superação;
Ação formativa com jovens da REJU sobre o tema da violência;
Fortalecer os movimentos populares e organizações de apoio, como CPT e MST;
Promover educação camponesa de qualidade;

Promover por meio da escola, orientação familiar para redução da violência doméstica;
Promover políticas de educação e saúde que desenvolvam os valores da paz e da superação da violência.

Culturais
Desenvolver projetos como o ***CINEJUVENTUDE*** da ***REJU***, que também abordem o tema da saúde, e sejam acessíveis para a população;
Cinema popular;
Promover ações de formação cultural (bandas marciais, etc);

Superação da Intolerância
Atuar de acordo com a paz de Jesus (Jo 14, 27);
Desenvolver práticas culturais de tolerância (religiosa, cultural, étnica, etc);
Fortalecer as ações sociais das igrejas com a juventude;
Incentivar o estudo e o testemunho de promoção da paz;
Leitura popular da Bíblia com assessoria do CEBI;
Participar da ação do Dia Nacional da Juventude da Pastoral da
Juventude do Brasil;
Promover debates sobre os preconceitos;
Formação de um grupo de jovens que haverá de trabalhar a temática de
Políticas Políticas Públicas para a Juventude.

Políticas de geração de trabalho e renda
Criar programas de geração de emprego e renda;
Promover cursos profissionalizantes.

Solução de problemas de infraestrutura
Promover projetos sociais nas comunidades urbanas e rurais;
Promover melhoria de condições de vida nas comunidades urbanas e rurais.

Ações específicas na área de segurança pública
Campanha de desarmamento permanente;
Combate à violência sexual;
Desenvolver apoio aos pais de jovens que praticam e/ou sofrem violência;
Desenvolver mecanismos de apoio social aos jovens que estão envolvidos com a criminalidade;
Desenvolver maior acesso da juventude ao sistema judiciário;
Fortalecer os Conselhos Tutelares de Crianças e Adolescentes;
Fortalecer políticas públicas de juventude que incluam o diálogo com as famílias;
Promover debate sobre política de drogas, com atendimento a usuários e políticas de redução de danos;
Promover parceria com associações de moradores para debater a política pública de segurança e seus efeitos geradores de violência.

Ações específicas de Políticas Públicas para a Juventude (PPJ)
Criar fórum de juventude nas comunidades para diagnosticar e atuar em favor dos interesses da juventude;
Incentivar a solidariedade de jovens às áreas carentes para promover a solidariedade de classe;
Pressionar às autoridades públicas para que efetivem as Políticas
Públicas para a Juventude.

Com isso, também queremos denunciar que não é por inoperância da juventude que estamos a viver a letalidade da violência no País. Assim como, não nos podem responsabilizar por um processo que tem como principal vítima nossos iguais, a saber, em especial a juventude, de 15 a 24 anos, que vive nas periferias urbanas e rurais e que é, majoritariamente composta de negros. Denunciamos que em nossas regiões temos vivido a aflição das ameaças constantes, e temos convicção que, em grande parte, essa violência é de responsabilidade do Estado que não nos assegura um ambiente adequado para o desenvolvimento de nossa vida, educação e trabalho. Neste sentido, exigimos das autoridades que:

- *nos subsidiem para a continuidade da realização dessas ações;*
- *assumam as responsabilidades devidas para a execução das ações que correspondam à sua esfera de atuação;*
- *divulguem pelos meios que se façam pertinentes a existência dessas ações promovidas por lideranças juvenis da REJU em várias regiões do Brasil.*

Nós, jovens dos movimentos sociais urbanos e rurais, das comunidades religiosas cristãs e não-cristãs exigimos contar com o apoio do Estado brasileiro.

Pela ***Rede Ecumênica da Juventude pela Promoção dos Direitos Juvenis (REJU)***

Hidrolândia/GO, 2009.

Anexo 3:

PALAVRAS DAS JUVENTUDES ECUMÊNICAS
REDE ECUMÊNICA DA JUVENTUDE – REJU

"E vossos jovens terão visões" (Joel 2.28)

As Juventudes participantes da 4ª Jornada Ecumênica, reunidas em Itaici (São Paulo), representadas por meio de diversos movimentos, espaços eclesiais, redes e instituições não governamentais - mobilizadas pela Rede Ecumênica da Juventude (REJU) – saúdam as (os) coordenadores desta 4ª Jornada. Especialmente, festejamos a intensa presença das (os) jovens em diversos espaços de discussão, debate, partilha e liderança. Com esta *novidade*, irmãs e irmãos, apesar do conservadorismo de algumas comunidades de fé, sinal de um retrocesso, e das crises de organismos ecumênicos, nós confiamos que a trajetória deste movimento – que celebra cem anos da Conferência de Edimburgo - continua em construção e fortalecimento! Somos pro-vocadas (os), com o pensamento crítico e a ousadia próprias das juventudes, a continuar afirmando a utopia de uma casa habitável para todas as pessoas. Assumimos que a justiça permanece no coração de nossa fé e a diversidade de espiritualidades é o vento que nos movimenta em seus (a) braços. As nossas marcas, os nossos rostos, nossas vozes e lutas evidenciam que a prática ecumênica de nossas juventudes acontece na pluralidade de nossos corpos, de nossos encontros e de nossa fé. Nossa realidade exige críticas e práticas contrárias às relações econômicas excludentes, que sacrificam nos altares do consumo os corpos empobrecidos e vitimizam as juventudes. Diante deste contexto, propomo-nos a trabalhar em prol de uma economia solidária, participativa e justa, na defesa da criação e da dignidade humana. Enfatizaremos e nos organizaremos para a maior inserção das juventudes em conselhos compostos pela sociedade civil e instâncias governamentais, para promover e monitorar políticas públicas em favor da justiça em nosso País. Sonhamos com a integração de nossa "*Afro-ameríndia*", sinalizada nesta Jornada Ecumênica com jovens de diversos países. Esperamos que as articulações entre o nosso povo, nossa gente, se fortaleçam e se ampliem. As juventudes aqui presentes – facilitadas pela REJU em suas mais diversas regiões – abraçam os compromissos da 4ª Jornada Ecumênica e oferecem outros quatro compromissos de atuação nacional para 2011, o ano internacional da Juventude:

1. Realizar, em organizações pertencentes à REJU, uma campanha contra o extermínio das juventudes, tendo como agentes do processo as (os) jovens pertencentes à rede ecumênica;
2. Promover uma campanha, com produção de textos e vídeos criados pelas (os) jovens, em combate à intolerância religiosa, sendo realizada em comunidades de fé e em institutos educacionais;
3. Acompanhar e fiscalizar-nos conselhos e fóruns juvenis, especialmente no CONJUVE - as políticas públicas para as juventudes realizadas pelo Governo Federal.
4. Articular conferências livres de juventudes em comunidades de fé, movimentos e organizações sociais e organismos ecumênicos, buscando a participação das (os) jovens ecumênicas (os) na 2ª Conferência Nacional de Juventude.

Por fim, afirmamos a esperança de um novo tempo para todas as pessoas e para toda a terra habitável em dignidade e justiça, a partir do texto de Joel 2. 28-29: "Eu derramarei o meu Espírito sobre toda carne: e os vossos filhos e as vossas filhas profetizarão; os vossos velhos sonharão; e os vossos jovens terão visões..."

Amém, Axé, Ta upeicha.
Itaici, São Paulo, 15 de novembro de 2010.

Anexo 4:

CONFERÊNCIA DA JUVENTUDE ECUMÊNICA

"PROMOVER DIREITOS, FORTALECER CONQUISTAS" CARTA DE BRASÍLIA

A juventude ecumênica - organizada pela Rede Ecumênica da Juventude (REJU), com o apoio da Pastoral de Juventude do Conselho Latino-americano de Igrejas (CLAI) e da Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE) – realizou em Brasília (DF), entre os dias 6-8 de dezembro de 2011, a *Conferência da Juventude Ecumênica: Promover direitos, fortalecer conquistas*. Um encontro que articulou mobilizações juvenis das cinco regiões do país com o intuito de sinalizar as violações de direitos juvenis em nossos contextos, de refletir sobre os direitos e as políticas públicas de juventude no Brasil e de incidir politicamente na 2ª Conferência Nacional de Juventude, que será realizada entre os dias 9-12 de dezembro.

Como juventude ecumênica, reconhecemos a relevância política de todo o processo das Conferências de juventude realizadas neste ano (livres, territoriais, municipais, estaduais e nacional), em sua busca por ampliar os meios de participação e de inserção das distintas juventudes na construção de políticas governamentais e por articular os direitos juvenis a partir das distintas dimensões da vida, em integralidade. Reconhecemos, também, os avanços realizados durante o ano de 2011 em efetivação de marcos legais para as políticas de juventude no Brasil, como a aprovação da PEC da Juventude e da aprovação do Estatuto da Juventude na Câmara dos Deputados.

Entretanto, a realidade nos provoca a continuar com olhares críticos e orientados pelos ventos de transformação e resistência. Por isso, reconhecemos que muitas juventudes são cada vez mais levadas a uma profissionalização antecipada, demonstrada em algumas políticas governamentais; evidenciamos que em determinados processos de construção de políticas públicas há uma burocratização de direitos e uma negação das especificidades e singularidades das juventudes; e apontamos a falta de efetivação de políticas propostas em acordos e documentos governamentais.

Com esta realidade, a *Conferência da Juventude Ecumênica*, sintetizando um processo de seis meses de trabalho em conferências livres em distintos territórios do Brasil, apresenta os seguintes desafios em políticas públicas de juventude e as suas propostas de execução:

Eixo 1 – Direito ao desenvolvimento integral

Desafios: i) A formação alternativa para jovens, favorecendo o rompimento de uma educação utilitarista e negadora da diversidade juvenil; ii) O acesso ao primeiro emprego, com possibilidades de experiências de trabalho; iii) Desvalorização do espaço escolar que resulta na desmotivação do Professor, que não se sente preparado para identificar a diversidade cultural no contexto escolar propiciando o agravo da Intolerância.

Propostas: i) Efetivar a inserção de jovens, em especial de empobrecidas (os), à educação básica e superior, considerando a diversidade e as diferenças locais; ii) Superar as deficiências e falhas educacionais, propiciando à (ao) acadêmica (o) a permanência frente aos desafios do trabalho, ao contexto familiar, construindo um pensamento crítico e aberto à pluralidade; iii) Incluir conteúdos programáticos no currículo da educação básica relacionados à valorização da diversidade cultural no combate ao preconceito e a discriminação, na prática da formulação de atitudes e valores essenciais à formação da cidadania de nossos educandos, para uma sociedade de paz.

Eixo 2 – Direito ao território

Desafios: i) O acesso à educação no espaço rural; ii) A valorização e proteção dos povos; tradicionais; iii) Redução do tempo do jovem no trânsito das cidades metropolitanas.

Propostas: i) Investir em escolas na zona rural que valorizem a juventude que trabalha com a agricultura e eduquem para o trabalho cooperativo, com agricultura familiar e agricultura agro-ecológica; ii) O investimento, por parte do Governo Federal, em projetos de resgate e valorização da cultura dos povos tradicionais de acordo com percepções de cada população; iii) Ampliar a rede intermodal de transporte, em especial nas zonas mais periféricas da cidade, ampliando a rede viária de ciclovias e o número de bicicletários seguros, mantendo uma estrutura e interligação das regiões metropolitanas.

Eixo 3 – Direito à experimentação e qualidade de vida

Desafios: i) Ausência de agentes culturais e agentes de saúde nos espaços públicos (escolas, praças de Juventude e etc.); ii) As exigências de eficácia do mercado de trabalho e do processo educacional que excluem da juventude, muitas vezes, os momentos de experimentação do novo; iii) Esvaziamento das práticas recreativas e lúdicas durante a formação escolar e universitária.

Propostas: i) Criação de equipes de agentes de cultura e de saúde, nestes espaços, com a presença de jovens; ii) Elaborar em conjunto com as (os) jovens, políticas públicas que favoreçam práticas recreativas e o lúdico; iii) Incluir momentos específicos, na grade escolar do ensino médio, de discussão e apreciação de temas como a saúde integral voltada para a juventude, e um maior tempo para o favorecimento da criatividade e lazer.

Eixo 4 – Diversidade e vida segura

Desafios: i) Criminalização e extermínio da juventude, principalmente negra e empobrecida; ii) Combate à intolerância religiosa e sexual; iii) A participação de algumas (alguns) jovens como agentes da violência juvenil.

Propostas: i) Como prevenção, rediscutir por meio de encontros e materiais de capacitação, as questões da juventude na educação básica reforçando as temáticas do racismo, justiça sócio-econômica e direitos humanos; ii) Subsidiar a educação formal com materiais que possibilitem o diálogo sobre as temáticas da diversidade sexual e religiosa. Além disto, produzir materiais, seminários, encontros que tenham como público alvo as comunidades religiosas; iii) Ampliar os recursos governamentais para a criação de programas que incentivem o protagonismo juvenil por meio da cultura, da educação e do lazer.

Eixo 5 – Direito à participação

Desafios: i) Ter uma verdadeira cultura de participação que estimule práticas democráticas, buscando a participação efetiva das juventudes na discussão de diversas políticas públicas (Ex. PNE, Política Nacional de saúde); ii) participação efetiva das (os) jovens na construção, execução e avaliação de Políticas Públicas de Juventude (PPJ); iii) participação das singularidades juvenis nas Conferências Nacionais de Juventude.

Propostas: i) Elaborar metodologias criativas e adequadas para a participação das juventudes e ampliar e estimular o acesso à produção de informação e comunicação sobre os direitos e as PPJ's; ii) Financiamento de projetos e produtos de comunicação elaborados por grupos de jovens, estimulando uma pratica de inclusão digital como webcidadania, utilizados para a mobilização juvenil e diálogo sobre as PPJ; iii) Realizar mudanças na metodologia das conferências nacionais, construindo maneiras de acesso de delegadas (os), que abarquem mais efetivamente as pluralidades juvenis.

Brasília, 08 de dezembro de 2011

Anexo 5:

CARTA DE SÃO PAULO

As Jovens e os jovens, organizados (as) pela Rede Ecumênica da Juventude (REJU), com o apoio da Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE), da Fundação Luterana de Diaconia (FLD), de Koinonia – Presença Ecumênica e Serviço, do Conselho Latino Americano de Igrejas (CLAI) e do Fórum Ecumênico ACT Brasil (FEACT – Brasil) – realizou em São Paulo (SP), entre os dias 6-9 de dezembro de 2012, o *Encontro Nacional da REJU: Incidência Política e Garantia de Direitos*. Esta atividade promoveu o empoderamento em incidência política em temáticas como: juventude, equidade de gênero e direitos LGBT; juventude e vida segura; juventude e justiça socioambiental e juventude e superação da intolerância religiosa. Além disto, possibilitou a articulação de juventudes das cinco regiões do país com o intuito de sinalizar os eixos de atuação da rede nos dois próximos anos (2013-2014), para refletir e incidir em direitos e políticas públicas de juventude no Brasil.

A Rede Ecumênica de Juventude, em sua busca por fortalecer os elos que concorrem para a observação, manutenção e promoção de direitos juvenis, reconhece que as suas ações em 2012, no âmbito da garantia de direitos e nos fortalecimentos de conquistas, especialmente na promoção da justiça socioambiental, combate de intolerâncias religiosas e sexuais, bem como no requerimento e conquista de espaço para articulação dos direitos da juventude em âmbito governamental, foram satisfatórios e ampliaram horizontes para a continuidade de processos.

Sem permitir a queda no sonolento poço da comodidade e não permitindo que nossos corpos dancem músicas de composições alheias, miramos para o objetivo comum da juventude, que é a caminhada constante em prol dos direitos que nos são devidos. Assim, ousamos denunciar uma vez mais que a intolerância religiosa e racial tem acometido a juventude nas diversas regiões e contextos do Brasil. Além disto, a fragilidade e/ou ausência de políticas públicas que respondam a essas demandas, legítima as várias formas de violência que são praticadas veladamente contra as (os) filhas (os) jovens de nossa frágil e amável mãe gentil.

Visando a recuperação dos danos já sofridos e a promoção de uma juventude com maior equidade propomos como eixos de atuação em 2013-2014:

Eixo 1: Juventude e Equidade de Gênero:
Objetivo: desconstruir as relações de poder, a fim de diminuir os conflitos de gênero e construir um espaço de diálogo, informação e denúncia; promover espaços de debates sobre a autonomia do corpo, despertando a celebração e autoconhecimento.

Eixo 2: Juventude e Superação de Intolerâncias:
Objetivo: contribuir com a visualização, problematização e denúncia da intolerância religiosa; favorecer o diálogo entre juventudes de diferentes religiões; proporcionar a reflexão e capacitação sobre a intolerância sexual (homofobia-lesbofobia) desde perspectiva de direitos humanos e a interface com distintas espiritualidades.

Eixo 3: Enfrentamento à violência contra a juventude negra
Objetivo: fortalecer e dar visibilidade às iniciativas e campanhas de outras organizações e ao Plano Nacional "Juventude Viva"; criar espaços de diálogo e reflexão em nossas comunidades religiosas e em outros ambientes vivenciados pela juventude; dar visibilidade e incentivar o

acesso das (dos) jovens negras (os) às ações afirmativas, contribuindo com a efetivação destas políticas.

Eixo 4: Juventude e justiça socioambiental
Objetivo: Empoderar as juventudes em relação à plataforma de direito à cidade com ênfase em direito à moradia, ao saneamento ambiental, à acessibilidade, ao lazer, e as ações para prevenção de riscos e desastres ambientais; denunciar casos de violação de direitos ao território e acompanhar processos de reconhecimento e garantia da terra;

Com estas devidas pontuações, visibilizamos nossos anseios e projetos e afirmamos que faremos valer nossas propostas. Também, sinalizamos que estamos dispostas (os) a receber outras (os) em nossos braços, dar nossas mãos, continuarmos a aprender a dialogar e cantar a canção sincera de nossas entranhas em prol de nossa dignidade, de uma casa-comum realmente justa.

Rede Ecumênica da Juventude (REJU)

São Paulo, 09 de Dezembro de 2012.

Anexo 6:

CARTA DE SALVADOR

Nós, juventude ecumênica, participantes da REJU, estivemos reunid@s para o Encontro Nacional em Salvador/BA de 05 a 08 de dezembro do ano de 2013 na sede da CESE – Coordenadoria Ecumênica de Serviço. **"As conexões em rede e a garantia de direitos das juventudes"** foi o tema que nos guiou durante esses quatro dias. Para a atividade, recebemos o apoio da CESE - Coordenadoria Ecumênica de Serviço, da Fundação Luterana de Diaconia (FDL), de KOINONIA Presença Ecumênico e Serviço e da ICCO.

O Encontro Nacional teve como objetivo: i) vivenciar a experiência de ser rede ecumênica pela promoção dos direitos das juventudes; ii) partilhar as diferentes experiências das regionais da REJU, buscando um maior conhecimento das realidades da rede e a possibilidade de diferentes articulações; iii) refletir sobre a conjuntura atual, a partir das realidades de juventudes, pautando a incidência política e a garantia de direitos; e iv) celebrar uma mística da acolhida, da valorização e do respeito, na superação das intolerâncias.

A escolha de Salvador como sede do encontro deste ano, teve como intenção o fortalecimento e a ampliação da atuação da rede no Nordeste, especialmente na REJU-BA. Além disto, também existiu o desejo de ampliar os diálogos e parcerias com outras redes e movimentos deste contexto, incluindo as conexões e interações realizadas em outras regionais, como as parcerias com a Pastoral de Juventude (PJ-ICAR), a Pastoral de Juventude do Conselho Latino-Americano de Igrejas (PJ-CLAI), a Marcha Mundial de Mulheres, o Levante Popular da Juventude, a Igreja Batista de Nazareth e Aliança de Batistas, a Rede de Protagonistas em Ação de Itapagipe (REPROTAI) e o Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE).

Nós jovens, tivemos a possibilidade de partilhar as experiências e a atuação da REJU, por meio das tendas regionais; e a oportunidade de participar dos vivenciais celebrativos e da biodança. Em todos os nossos passos e inquietações, a espiritualidade se fez uma *presença*. Em cada Encontro Nacional, celebramos as nossas utopias e histórias em comunidade, guiando-nos pelos ventos que nos envolvem e nos conduzem aos sonhos e ações diárias que buscam uma casa-comum realmente justa, casa de todas as gentes.

Quanto aos desafios das juventudes e incidência política na garantia de direitos, partilhamos nossas perspectivas. O enfrentamento à violência contra a juventude negra, a desmilitarização da polícia, o patriarcado, a homofobia, a intolerância religiosa, a democratização dos meios de comunicação, a luta do povo negro e as "jornadas de junho" foram temas pontuais e importantes levantados em nosso encontro. Como destaque, sinalizamos que essas injustiças que marcam a nossa casa-comum são estruturadas a partir de um tripé: capitalismo, patriarcado e racismo. Junto a isto, apontamos a ambiguidade das experiências religiosas, que podem legitimar estas intolerâncias e injustiças que estruturam a nossa sociedade. Mas, também, sinalizamos – a partir de experiências como a REJU – a possibilidade criativa que as distintas espiritualidades podem trazer na promoção de direitos e na construção de outros modos de viver, em um movimento: *anti-patriarcado*, *anti-capitalismo* e *anti-rascismo*.

Para nós, esta articulação acontece a partir de nossa organização em redes. Outro diálogo que realizamos em nosso Encontro Nacional. O desafio posto a partir das novas configurações da sociedade e da ação política, passa pela capacidade de se articular lutas particulares com eixos de convergência e unidade; pela procura permanente de uma organização sustentada na horizontalidade, valorizando as conexões entre as pessoas, a lógica descentrada, a

multiliderança, com outras comunidades de pertença e outras narrativas. O trabalho em rede mostra-se como uma capacidade de colocar comunidades e vivências de espiritualidade distintas, mas conectadas, na luta e promoção dos direitos das juventudes.

Com estas perspectivas, nos reunimos em regionais para avaliarmos as ações realizadas em 2013 e planejarmos o ano de 2014, revisitando e reafirmando os quatro eixos de atuação propostos para o biênio 2013/2014, sinalizado na "Carta de São Paulo": 1) Juventude e Equidade de Gênero; 2) Juventude e Superação de Intolerâncias; 3) Enfrentamento à violência contra a juventude negra; e 4) Juventude e justiça socioambiental.

Por fim, celebramos e partilhamos a vida! Jovens de distintas experiências religiosas que se encontraram com o objetivo de ser rede na garantia dos direitos das juventudes, buscando interfaces com outros agrupamentos juvenis e sociais, sonhando outros mundos e lutando, a partir das distintas vivências de espiritualidade, pela justiça – o pulsar de nossa fé.

Rede Ecumênica da Juventude (REJU)

Salvador, 08 de dezembro de 2013.

Anexo 7:

CARTA DO ESPÍRITO SANTO

Nós, juventudes* de várias crenças e comunidades de fé ou sem vinculação religiosa, que lutam por justiça, reunidas entre os dias **12 a 15 de dezembro de 2014**, no Município de Marechal Floriano, no Estado do Espirito Santo, para **IV Encontro Nacional da REJU** – Rede Ecumênica da Juventude, com parcerias da CESE (Coordenadoria Ecumênica de Serviço), FLD (Fundação Luterana de Diaconia), CEBI (Centro de Estudos Bíblicos), CONIC/ES (Conselho Nacional de Igrejas Cristãs, Regional Espirito Santo), IPU (Igreja Presbiteriana Unida - Presbitério de Vitória), IECLB (Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil), SOS Corpo e apoio do Koinonia – Presença Ecumênica de Serviço e FE ACT Brasil (Fórum Ecumênico do Brasil membro da ACT Aliança), manifestamos, a partir desta carta, as nossas intenções para o biênio 2015/2016.

Objetivando fortalecer a atuação em todo território nacional e considerando a **laicidade** do Estado e as questões da **lationoamericanidade, educação popular e amplitude cultural**, por meio de suas regionais e das juventudes que as integram, atuaremos a partir de quatro **objetivos estratégicos**:

- **Criar** e **desenvolver** conteúdos e metodologias criativas e inovadoras, de modo a dialogar com as demandas nacionais, contemplando as realidades regionais;
- **Fortalecer** e **empoderar** as juventudes e suas lutas, demandas e realidades, implicando em incidências socioculturais, religiosas e políticas;
- **Denunciar** e **evidenciar** as impressões da REJU por meio da presença e/ou notas, sempre que necessário e a convite das parcerias;
- **Ocupar, compor, articular** e **apoiar** ações de organizações e redes da sociedade civil, agregando e fortalecendo a luta de temas comuns das juventudes;

Cinco **eixos temáticos** foram pensados a fim de dar conta desses objetivos estratégicos:

- **Enfrentamento** ao **extermínio** da **juventude negra**;
- Juventudes, **sexualidades** e **lutas feministas**;
- Juventudes, **desenvolvimento** e **justiça socioambiental**;
- Juventudes e **democratização das comunicações**;
- Juventudes, **estado laico** e **superação de intolerâncias**;

Nesses termos, seguimos nossos caminhos de luta e militância para a construção de um cotidiano com paz justa e plena de diálogo para que as diferenças sejam evidenciadas na unidade e para que toda forma de intolerância seja subtraída da convivência de nossas juventudes.

Amém, Asé, Awere, Aleluia, Gasshô, Shalom!

Marechal Floriano, 15 de dezembro de 2014

Anexo 8:

2ª Carta de São Paulo: Encontro Nacional da REJU

Nós, juventude ecumênica, participantes da Rede Ecumênica da Juventude (REJU), estivemos reunidxs entre 11 e 14 de dezembro do ano de 2015 na Paróquia centro - Igreja Martin Luther (IECLB), na cidade de São Paulo/SP, para o nosso Encontro Nacional. Estiveram presentes jovens de todas as regiões do Brasil. Durante os quatro dias, o tema "Direitos, Fé e Lutas" nos orientou.

O propósito do encontro foi avaliar os eixos propostos para o biênio 2015-2016 e nossa atuação durante o ano de 2015 nas incidências de políticas públicas de juventudes, isso em um importante momento em que presidimos o Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE). Foi um tempo de olharmos para nós enquanto rede e percebemos o nosso papel e os nossos passos e contribuições dentro desta luta maior que nos engajamos por um mundo mais justo para todas e todos.

Assim, o encontro teve como objetivos: i) o fortalecimento e a ampliação da REJU; ii) a efetivação dos diálogos e parcerias com outras redes, movimentos e organizações; iii) a avaliação das atividades da REJU durante o ano de 2015; iv) o planejamento das atividades e ações para a continuidade do biênio 2015-2016.

Quanto aos desafios das juventudes e incidência política na garantia de direitos, partilhamos nossas perspectivas:

- Denunciamos um dos maiores crimes ambientais do Brasil, tendo como responsável a empresa Samarco (BHP e Vale), na barragem de Mariana, que #NãoFoiAcidente e evidencia um modelo de desenvolvimento que contraria os princípios de uma justiça socioambiental.
- Destacamos o nosso apoio ao #OcupareResistir, movimento dos estudantes secundaristas das escolas do Estado de São Paulo contra a (des)organização escolar anunciada pelo governador Geraldo Alckmin (PSDB) e por uma educação pública de qualidade, assim como denunciamos a atuação truculenta da Polícia Militar do Estado contra o movimento com ações regidas pelo já citado governador.
- Denunciamos toda tentativa de golpe contra a democracia e o impedimento da presidenta Dilma Rousseff (PT), orquestrada por determinados partidos políticos, por grupos midiaticos, setores econômicos e do judiciário, que possuem o presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB), como grande parceiro e aliado.
- Destacamos o nosso apoio à #PrimaveraFeminista e às lutas das mulheres, da Marcha das Margaridas, a Marcha das Mulheres Negras, Marcha das Vadias, Marcha do Empoderamento Crespo e toda a movimentação pelos direitos sexuais e reprodutivos com o lema: a #PílulaFicaCunhaSai.
- Denunciamos e repudiamos o assassinato de Roberto de Souza Penha (16), Carlos Eduardo da Silva de Souza (16), Cleiton Correa de Souza (18), Wilton Esteves Domingos Junior (20) e Wesley Castro Rodrigues (25), jovens negros de Costa Barros, no Rio de Janeiro, acontecimento que constata mais uma vez o racismo institucional que estrutura a sociedade brasileira e que revela a falência de uma política de segurança pública orientada pela criminalização da pobreza. Fuzilados com cruéis 111 disparos feitos pela Polícia Militar, os cinco jovens negros com idades entre 16 e 25 anos tornaram-se mais um símbolo de um governo cuja política pública para as favelas e comunidades de periferia é pautada deliberadamente pela violência e um projeto de pacificação mantido pelas armas e pelo controle militarizado.

Após um profundo debate e partilha sobre as nossas práticas, avaliamos nossas ações a partir das nossas vivências e reafirmamos os nossos compromissos em incidirmos nos seguintes eixos de atuação: i) sexualidades e lutas feministas; ii) Estado laico e superação de

intolerâncias; iii) desenvolvimento e justiça socioambiental; iv) enfrentamento ao extermínio da juventude negra; e v) democratização das comunicações.

Para este encontro, recebemos o apoio da Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE), da Fundação Luterana de Diaconia (FLD), do Centro de Estudos Bíblicos (CEBI), do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil (CONIC) e do SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia. Também contamos com o apoio na comunicação do encontro de Zwei Arts e de Fernanda Scherer - Fotografia e Vídeo.

Assim, regado pela nossa mística ecumênica, de cuidado e de diálogo, jovens de distintas experiências de espiritualidade se encontraram com o objetivo de ser rede na garantia dos direitos das juventudes, buscando interfaces com outros coletivos juvenis e sociais, sonhando outros mundos, lutando pela justiça e construindo aquilo que ainda não vemos, mas teimamos em imaginar.

São Paulo, 14 de dezembro de 2015

Anexo 9:

CARTA DE FORTALEZA - I ENCONTRO NACIONAL DE JUVENTUDES E ESPIRITUALIDADE LIBERTADORA

Jovens de diferentes lugares, regiões, sotaques, igrejas e experiências nos encontramos em Fortaleza (CE) entre os dias 1º e 04 de maio de 2014, para uma vivência e um diálogo inter-geracional sobre a espiritualidade libertadora. Foram trajetórias pessoais, comunitárias, eclesiais e de movimentos que vêm de distintos rios, riachos, lagos, cacimbas... inspirad@s pelo sonho de se construir outros mundos possíveis e animad@s na busca da justiça e pela utopia do reino de Deus, sinais de um prosseguimento do sonho de Jesus, fontes de água viva ante aos desertos de nossa história.

Reunid@s nas plenárias, oficinas e encontros cotidianos, bebemos de fontes de nossas vidas e realidades juvenis; de teologias da libertação; da memória de tantas mulheres e homens e de tantas experiências que foram vividas antes de nós.

É com essas águas que alimentamos o nosso cotidiano. Reconhecemos que a espiritualidade libertadora é um modo de viver, de expressar o apelo radical feito por Jesus quando assumiu a nossa humanidade. Essa espiritualidade perpassa nossos corpos, o nosso "coração de carne?, nossas entranhas, ante as provocações da realidade que nos oprime, permeada por sinais de morte e cruzes fixas nas esquinas de nossas casas, nas vielas de nossas comunidades, nos espaços eclesiais. Elas nos provocam para uma opção pelas pessoas excluídas e à margem do neoliberalismo, sistema idolátrico que pede vítimas. A espiritualidade deve nos levar à boa notícia da vida plena e abundante para todas as pessoas e toda a Criação. Uma vida sem muros, sem as barreiras do individualismo, fundamentalismos e intolerâncias.

Com este espírito, com humildade e rebeldia amorosa, nos comprometemos a:

- denunciar e lutar contra o extermínio da juventude negra, pobre e periférica, configurado como verdadeiro genocídio;
- enfrentar a homofobia, a lesbofobia e transfobia, que negam o direito de expressar a vivência de uma sexualidade marcada pela pluralidade e pelas diferenças;
- combater o capitalismo, o patriarcado e o machismo, que (des)estruturam a nossa casa-comum e destroem e ceifam as vidas de tantas mulheres e desumanizam os homens;
- contestar a influência do fundamentalismo religioso no exercício da política institucional, um modo de agir que testemunha uma religião arrogante, preconceituosa e excludente, que compromete a garantia do Estado Laico;
- participar ativamente no processo da reforma do sistema político brasileiro;
- sensibilizar e assumir a defesa de uma justiça socioambiental que garanta a vida do nosso planeta e de seus habitantes, assegurando os recursos naturais para as futuras gerações;
- engajar-se na luta pela justiça no campo, pela realização de uma reforma agrária popular, pela demarcação das terras indígenas e das terras ancestrais d@s quilombolas e outras comunidades tradicionais, como também pela integridade de suas culturas. Essas dimensões são fundamentais para evitar o genocídio destas populações;
- lutar contra todo tipo de atitude ou expressão de intolerância religiosa e assumir a profecia de uma vivência ecumênica que testemunhe o Mistério atuante na diversidade reconciliada;

Que a nossa espiritualidade se alimente da mesma mística de Jesus e da sua fidelidade ao sonho maior do bem-viver. Vinho novo em odres novos nos reúna na festa que já celebramos na fé do que há de vir, antecipado na alegria de nossos corpos, de nossos encontros, brincadeiras e danças na construção de mundos novos, possíveis e imaginados, numa esperança organizada.

Amém, Axé, Aleluia, Awiri.

Fortaleza, 1º a 4 de maio de 2014.